



Asas de Jacutinga

Asas de Jacutinga



COORDENAÇÃO EDITORIAL *Lia Ribeiro Dias*
COORDENAÇÃO DO PROJETO *Hilton Viotti*,
Ponto TOC Fotografia e Publicidade
EDIÇÃO DE TEXTO *Leda Beck e Patrícia Cornils*
REVISÃO *Leda Beck*
PESQUISA *Alex Duarte e Patrícia Lima (Cultura)*,
Flávia Stecca e Marli Nicioli (Arquitetura),
Jeanette Freitas (Tricô), *Luciano Glória (produção*
de moda), *Marcelo Pinheiro (História, Turismo*
e Meio Ambiente) e *Thiago Bittencourt (Imigração)*.
PROJETO GRÁFICO *Marina Oruê*
EDIÇÃO DE FOTOS *Nívea Dias*
ILUSTRAÇÃO *Naiad*
PRODUÇÃO *Bit Social*
IMPRESSÃO *Gráfica Mundo*

CAPA Casal de tesouras-do-brejo (*Gubernetes yetapa*)
esvoaça no brejo de Jacutinga. *Foto Nívea Dias*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Agência Brasileira do ISBN – Bibliotecária Priscila Pena Machado CRB-7/6971

A798 Asas de Jacutinga / coords. Hilton Viotti e Lia Ribeiro Dias.
São Paulo: Bit Social, 2018.
200 p.: il. color.; 28 cm.

ISBN 978-85-54026-00-4

1. Jacutinga (MG) – História. 2. Indústria têxtil. 3. Jacutinga (MG) – Cultura.
I. Viotti, Hilton. II. Dias, Lia Ribeiro. III. Título.

CDD 981.8151

Bit Social
Av. São Luiz, 258 – conj. 2111
Cep 01046-000 São Paulo – SP
www.bitsocial.org.br

A todos aqueles que viveram e lutaram
para construir uma Jacutinga mais justa e digna.

*As cidades são como os sonhos; são construídas por desejos e medos,
ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas,
as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.*

Ítalo Calvino, em *As cidades invisíveis*





Apresentação

Pertencimento. Certamente esse é o sentimento maior que nos leva a empreender um projeto de registrar a história da cidade onde nascemos e nos fizemos cidadãos, a resgatar as suas memórias, as suas culturas, as suas conquistas, as suas derrotas, as suas famílias, os seus imigrantes, as muitas transformações, as coisas que se foram, as que estão nascendo.

O projeto deste livro nasceu dessa necessidade de concretizar o pertencimento. E só foi possível com o apoio, o trabalho, a cumplicidade e a memória de muitas pessoas e famílias de Jacutinga. Certamente não é uma reconstituição perfeita. Tem várias lacunas. Mas foi o retrato que conseguimos traçar. Um começo. Um legado para as gerações de hoje, a impulsionar pesquisas e registros futuros.

Cada cidade, por menor que seja, tem sua particularidade. Jacutinga se diferenciou com cultura e hábitos próprios, pertinentes a uma cidade de fronteira, onde a mobilidade é grande em todos os sentidos.

Começamos a existir nos primeiros anos do século XIX, desmatando, plantando fumo e cereais. Mais tarde, com a crise do café se acentuando no Vale do Paraíba, a partir da Lei do Ventre Livre, a cultura cafeeira caminha em direção ao Oeste e chega aqui. Figuramos entre os cinco maiores produtores de café de Minas Gerais no início do século XX. Após a crise de 1929, a fome e a miséria causaram um grande exôdo da mão de obra agrícola do município em direção à colonização do Paraná e aos subúrbios das grandes cidades da região.

Até o aparecimento da indústria do tricô, Jacutinga viveu o encolhimento de sua população, da economia e das oportunidades. Tentou, a partir da década de 1940, transformar-se em uma estância hidromineral, conseguindo o título em 1950, o que deflagrou a construção da Fonte São Clemente (1956) e do Hotel Estância (1962), hoje Hotel Parque das Primaveras. Por falta de planejamento e investimento público, a Fonte se transformou talvez no maior problema urbano da cidade nos dias de hoje.

Amanhecer em
Jacutinga, visto
do Alto Alegre.
(pág. 4)

Foto Nívea Dias

A cidade só se recuperou economicamente com o ciclo das malhas, que começa com o feltro nos anos 1960 e se consolidou a partir da década seguinte. Mas o caminho não tem sido fácil. A dificuldade de manutenção de políticas públicas estáveis, acompanhada da incapacidade de planejamento de médio e longo prazo para as atividades das pequenas e médias empresas da indústria têxtil, traz uma cenário de poucas certezas, que se somam à conjuntura macroeconômica adversa.

Ainda não somos um destino turístico. Deixamos também de ter a malharia como atividade principal e iniciamos um polo industrial sem uma política clara para o setor. E sem discussão com a sociedade civil. É preciso fazer uma pausa e pensar qual é a vocação de Jacutinga.

Como disse lá no começo, este projeto foi resultado de um trabalho coletivo. Mas entre os agradecimentos especiais, quero lembrar Dona Lu Viotti, minha mãe, pelo conhecimento que me transmitiu e por me despertar para a cidadania.

Registro ainda Wilson Silveira Junior, que se dedicou a realizar o Plano Diretor de Jacutinga; Carlos Cruz, pela articulação; Nívea Tavares, pelo incentivo; Walter Fonseca, pela luta em manter a memória da cidade; Otávio Salles, que recolheu e preservou documentos históricos; e Agnaldo Perugini, que nos apoiou no projeto deste livro desde os primeiros momentos.

Meu muito obrigado a Nívea Dias e aos meus filhos —Iris, Júlio, Ian e Isa— e aos netos Rafael e Isabel. Não fosse seu comprometimento, este trabalho teria ficado pela metade.

Por fim, quero agradecer a todos que abriram as portas de suas casas e de suas memórias para compartilhar conosco as suas histórias.

Hilton Viotti

Jacutinga, novembro de 2018

Sumário

Linha do tempo

*Alguns dos principais marcos
na história da cidade.*

(12)

Tricô

*Atual motor da economia local, a indústria de malharia
começou na década de 1960, com as atividades de tricô e crochê
de mulheres pioneiras, que colocaram Jacutinga como destaque
no segmento da moda.*

(18)

História

*O Sul de Minas foi povoado aos poucos, sobretudo a partir
da descoberta de ouro na região, no século XVIII. O povoado
de Santo Antônio da Jacotinga já produzia café em meados
do século XIX e foi elevado a município em 1901.*

(40)

Cultura

*Teatro, cinema, fotografia e arquitetura, música e escultura,
pintura e desenho podem ser encontrados ao longo da história
da cidade, que também tem obras de arte em áreas públicas
e abriga vários artesãos tradicionais.*

(106)

Turismo

Em Jacutinga, há caminhadas organizadas, como o Caminho da Prece e a Rota da Revolução. A cidade também conta com guia local para observação de pássaros. Já o FestMalhas leva até 200 mil turistas à cidade.

(152)

Meio Ambiente

Resta pouco menos de 10% da Mata Atlântica original, mas o brejo de Jacutinga acolhe vários pássaros raros, inclusive alguns em perigo de extinção, e o lobo guará, a onça parda e muitos outros mamíferos ainda habitam suas poucas florestas.

(166)

Referências

(194)

Prefeitos de Jacutinga

(198)

Agradecimentos

(199)

Nos anos 1920
Esquina da atual
Rua Júlio Brandão
com a Rua
Coronel Estevan.
(pág. 10)

Foto Alfredo Bertucci
Acervo Walter Bertucci





Linha do tempo



Estação Ferroviária Silviano Brandão. Foto Alfredo Bertucci, anos 1930.

1803

Primeiros moradores habitavam a região do Pico da Forquilha. A fazenda de Antônio Pessoa de Lemos na barra do Ribeirão de São Paulo abrangia a região onde hoje está a cidade.

1835

Construída a primeira capela do povoado de Ribeirão de Jacutinga, que se chamava Mogi Abaixo até 1805, quando chegou às margens do Rio Eleutério. Em 1847, tornou-se Santo Antônio da Jacutinga.

1871

Santo Antônio da Jacutinga torna-se distrito de Pouso Alegre e, em 1880, é incorporado ao município de Ouro Fino. Já plantava 1 milhão de pés de café.

1897

Para escoar a produção de café, é inaugurada a Estação Ferroviária Silviano Brandão e, um ano depois, a estação de Sapucaí.



Grupo Escolar Júlio Brandão. Foto Pedro Rebello, 1910. Acervo Otávio Salles

1901

Santo Antônio da Jacutinga é elevado à condição de município e passa a se chamar apenas Jacutinga, em homenagem à ave *Aburria jacutinga*, abundante na região.

1905

A vasta colônia italiana da cidade funda o Circolo Italiani Uniti, associação de assistência aos imigrantes e também um clube recreativo, conhecido como *fascio*.

1910

No mesmo dia 29 de maio, inaugurou-se a primeira escola pública de Jacutinga e chegou a luz elétrica à cidade. O Grupo Escolar Júlio Brandão, construído pelo próprio Júlio Brandão, é hoje uma escola estadual.

1913

Inauguram-se a Igreja Matriz de Santo Antônio e o Jardim Público Municipal, hoje Praça Francisco Rubim. Projetada pelo arquiteto Otto Piffer, a igreja já passou por muitas reformas.

Linha do tempo



João Benjamin, Benedito de Oliveira, Pelezão e Eliseu: transportando café nos anos 1960. *Acervo Sacram*

1914

Em 4 de janeiro, inauguração do Mercado Municipal, hoje Paço Municipal. Era o ponto de encontro da população depois da missa dominical. Ali se vendia, trocava e barganhava todo tipo de produto, até canjica.

1920

Jacutinga já era um dos cinco maiores municípios cafeeiros de Minas Gerais. Nos anos 1960, o transporte da safra já se fazia por caminhões.

1923

Inauguração do prédio da Santa Casa de Misericórdia, onde desde 1958 funciona o Asilo São Vicente de Paulo, fundado em 1913.

1927

Fundado o jornal *A Gazeta de Jacutinga*, que em janeiro de 2018 completou 91 anos. Impresso na gráfica da Casa da Criança, a publicação tem periodicidade semanal.



Destacamento federalista em Jacutinga. Revista "A Noite Ilustrada". Biblioteca Pública Estadual de MG

1930

Quatro soldados do 2º Regimento de Cavalaria de Pirassununga, morreram em Jacutinga, quando um trem que descarrilou e tombou num pasto de Paschoal Perugini.

1932

Um destacamento federalista em Jacutinga, que viu combates na sua zona rural, era comandado pelo Coronel Galdino Esteves (*segundo da dir. para a esq.*).

1948

Construção da Casa da Criança, que hoje atende cerca de 400 crianças entre 8 e 14 anos. A Casa foi ampliada em 1957, com projeto de Walter Bertucci, e adquiriu uma tipografia em 1960.

1950

Lei estadual classifica Jacutinga como estância hidromineral, o que não resultou em investimentos públicos. Em 1957, foi inaugurado o Parque das Águas São Clemente, iniciativa privada hoje em mau estado de conservação.

Linha do tempo



Nando Viotti (à esq.) e Jorge Batista, no torneio leiteiro em 1984. *Acervo Coapeja*

1957

Inauguração da Maternidade de Jacutinga. Em 1958, o edifício da nova maternidade foi doado à Santa Casa, que hoje também abriga o Pronto Socorro Municipal.

1962

Fundação da Coapeja, que anualmente promove torneios de gado leiteiro como este de 1984, de que participaram Nando Viotti (*de óculos*) e Jorge Batista. A cooperativa recebia apenas leite, mas em 1989 passou a receber também café e, em 2009, parou de receber leite.

1972

Surge a primeira malharia de Jacutinga, da pioneira Rosa Maria Bartolomei Cardoso. Teve início ali a indústria que marca um novo ciclo econômico na cidade, que tem hoje cerca de mil empresas do setor.

1975

Ocorre a primeira Feira de Malhas de Jacutinga, que deu origem à FestMalhas, evento que, hoje, está em sua 41ª edição e atrai centenas de milhares de turistas a Jacutinga por ocasião do feriado de Corpus Christi.



Vista aérea da fábrica da Verallia. Foto Hilton Viotti, julho de 2018.

1992

Criada a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Jacutinga (Acija). Em 2017, a entidade construiu e inaugurou sua sede própria.

1997

Na Rua Augusto Wolf, ocorre a I Semana Cultural, promovida pela Associação Cultural de Jacutinga. Hoje, o evento ocupa diversos espaços na cidade.

2012

A reforma da Praça Francisco Rubim e o calçamento dos passeios revitaliza o centro da cidade. O conjunto arquitetônico inclui a fonte luminosa da Rua Senador Luís Lisboa.

2018

A multinacional francesa Verallia, que produz embalagens de vidro, instala-se em Jacutinga. Estima-se que vai gerar 250 novos empregos —e pode mudar o perfil econômico da cidade.



Das mãos femininas à linha de produção

Tricotar, fazer crochê e bordar foram, em um passado não muito distante, atividades de moças prendadas, consideradas habilidosas na arte de constituir e manter um lar tradicional. Não foi por outra razão que a principal atividade econômica de Jacutinga nasceu literalmente das mãos de mulheres que faziam malhas, roupas de bebês, enxovais e mantas para a família.

Este capítulo conta como, ao longo de décadas, uma atividade doméstica se tornou uma fonte de renda para as mulheres e, pouco depois, uma alternativa econômica para famílias inteiras. A partir dos anos 1970, com o surgimento de teares que podiam ser operados em casa, deu-se mais um passo para que a confecção de malhas se tornasse o que é hoje em Jacutinga: uma indústria que emprega entre oito mil e dez mil pessoas e que faturou pelo menos R\$ 240 milhões em 2017 segundo a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Jaicutinga (Acija).

Essa indústria inclui oficinas domésticas e pequenas, médias e grandes empresas. Dela fazem parte atividades como a venda de máquinas e insumos, a fotografia e a publicidade, a produção de eventos e também outros segmentos econômicos da cidade, como restaurantes e hotéis. A cada ano, a FestMalhas (*ver pág. 155*), atrai a Jacutinga centenas de milhares de turistas.

As mulheres continuam à frente de muitas das empresas e, agora, estão em contato com tendências da moda no exterior, fornecem peças para grandes magazines, produzem criações exclusivas. Elas são muito mais do que prendadas, recatadas e do lar. Criaram uma indústria que hoje define a identidade de Jacutinga —e, por isso mesmo, este livro começa pelo tricô.

Sempre mulheres
Trabalho em
remalhadeira na
fábrica da FioSul.

Foto Nívea Dias



Na TV

Em 1976, o prefeito
Luís Moraes Cardoso
(*à dir., de perfil*) foi
divulgar Jacutinga
no programa da TV
Tupi comandado
por Lolita Rodrigues
(*em pé*).

Acervo Clélia Fonseca

As pioneiras

O talento e o gosto das mulheres na criação de peças em tricô, herança cultural dos imigrantes europeus, principalmente os italianos que se instalaram na região de Jacutinga, deram origem ao processo de industrialização da cidade a partir da década de 1970, com o surgimento da indústria retilínea de malhas.

De ascendência portuguesa, a pioneira Cacilda Rezende Caponi, 88 anos, cultivou a tradição. Desde mocinha mantinha as mãos ocupadas com agulhas, a bordar ou tecer em crochê ou tricô peças para enxovais, roupas de bebê e agasalhos para vestir a família. “Tinha uns seis anos e vivia na Estância dos Vieira quando uma vizinha italiana, da família Facanalli, me ensinou a fazer o tricô de quatro agulhas”, lembra.

A mesma história é contada por Rosa Maria Bartolomei Cardoso, 77 anos, também reverenciada pelo pioneirismo na atividade: “Comecei com o tricô, fazendo vestido para filha, agasalho para o marido, tudo de tricô, numa ‘reco-reco’ Lanofix que ganhei em 1965. Minhas amigas começaram a pedir. Atendia um e outro e começou a virar um comércio.”

Cardoso começou a ensinar outras pessoas. Comprava máquinas para elas, que pagavam com o serviço. “Foi aumentando, aumentando, e eu não estava dando conta de atender os pedidos”, revela. Adquiriu então uma máquina industrial e estabeleceu a primeira equipe de tece-lões, para explorar a atividade em maior escala.

Em 1972, ela registrou a empresa Rosa Maria Malhas, que atendia clientes como Mappin, Ducal e Mesbla, as maiores lojas de departamentos do país na época. Projetou o nome de Jacutinga como polo produtor e estimulou conterrâneas a se aventurarem no ramo. “O que eu fazia, vendia”, recorda. “Enfeitava com couro, seda, aplicações em bordados. Além de dominar a técnica para usar todos os recursos de que a máquina dispunha, o malharista tinha que ser muito criativo.” Naquele tempo, diz ela, a inspiração vinha das revistas de moda.

Propaganda é a alma do negócio

A prosperidade do negócio, com a geração de um comércio local de malhas de tricô, revelou que as mulheres de Jacutinga tinham, além do talento para tecer tramas e misturar cores, muita aptidão para o comércio. Que o diga a professora Clélia Fonseca de Carvalho, 81 anos. Com muita facilidade de comunicação, ela atuou, na prática, como relações públicas do município e contribuiu para colocar Jacutinga na rota do turismo de compras. Junto com as pioneiras, promoveu a primeira Feira de Artesanato de Jacutinga além das fronteiras da cidade.



Desfile

Em 1964,
Mariwalda Freire
da Fonsêca de Lima
desfila a moda local
em ação beneficente
no Clube Lútero
Jacutinguense.

*Acervo Maria
Carolina Freire*

Em 1976, um grupo de 20 artesãs apresentou suas peças no Hotel Serrano, em Belo Horizonte. “Convidamos mulheres que trabalhavam com feltro, bordados, tricô de quatro e de duas agulhas, crochê, bordados à máquina e à mão”, lembra Carvalho. “Expusemos no saguão do hotel e vendemos tudo o que levamos. Ninguém voltou com mercadoria pra casa.”

Nos anos 1970, auge do regime militar, o Brasil vivia o “milagre econômico” em meio à primeira crise mundial do petróleo. Sabia-se que a demanda interna por vestuário era potencialmente gigantesca e reprimida. Jacutinga ainda era sustentada pela atividade agropecuária, com a criação de gado leiteiro e a tradicional lavoura do café. A manufatura em lã e linha era uma atividade essencialmente feminina, para complementar o orçamento familiar.

Geada

Um fenômeno climático ocorrido em 1975 sacudiu o espírito empreendedor dos moradores de Jacutinga. Uma forte geada atingiu as regiões sul e sudeste do Brasil, dizimou plantações de café da região e disparou uma série de transformações econômicas e sociais. “A gente trabalhava na roça, apanhava café, bem pequenina”, testemunha Vilma Ribeiro, 58 anos, proprietária da grife que leva seu nome, hoje tocada por ela e suas filhas Vanessa e Fernanda. “Meu pai tinha uma lavoura grande. Acordamos um dia e as folhas do cafezal estavam pretas e secas.” Com uma população de 10,5 mil habitantes na época, a cidade viu minar, de uma hora para outra, sua principal fonte de renda. “Começamos do zero, com uma máquina manual, sonhando”, lembra Ribeiro. “Quem sabe um dia teríamos um negócio maior.”

Dona da Fios Ideal, sucesso de vendas de roupas de bebê, Cacilda Caponi vislumbrou no emergente mercado a chance de ganhar mais dinheiro. Além de seus próprios artigos de malharia, começou a vender máquinas e insumos. “Eu trazia lã de Amparo e máquinas de São Paulo”, explica. “Facilitava a aquisição de matéria-prima e maquinário em troca da mão de obra ou da produção.”

A conquista de clientes como o Grupo Pão de Açúcar indicava o potencial que o mercado atacadista representava. Para isso também contribuiu a localização estratégica de Jacutinga, na divisa entre Minas Gerais e São Paulo, próxima a outros polos da indústria paulista de vestuário e aos principais centros consumidores do país.

Além disso, a cidade tem uma boa posição no Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas e é muito próxima do Circuito das Águas de São Paulo, que inclui Serra Negra, o que lhe permitiu entrar na disputa pelos turistas que movimentam o mercado do varejo na região.

Com a procura cada vez maior por malhas, surgiram empresárias como Arminda Perugini, Cleuza Bueno, Ercília Grassi, Gina Cardoso, Geni Fusco, Hermínia Bisco, Ivone Morais Cardoso, Lola Matile, Matilde Furrier, Wilma Legatti, Maria de Lurdes Siqueira Palomo, Sebastiana Legatti, Silvia Prado, Tereza Pioli, Olívia Grassi, Alice Antunes, Ordália Cleuza, Ontália do Conde, Sônia Fonseca, Sebastiana Aciolly e Carmita Palomo Duarte, entre muitas outras.

“Eu fazia o esquema da peça, treinava e passava para outras pessoas trabalharem”, conta Cacilda Caponi. “Contratei uma pessoa para ensinar a cortar, a usar a máquina de overloque, outra para parafinar o fio, operar a remalhadeira e movimentar a galoneira. Ninguém sabia nada.”

As pioneiras contam que, naquele tempo, tudo o que se produzia era vendido e que a margem de lucro podia chegar a 200%. A atividade têxtil se disseminou e alimentou sonhos de prosperidade ou, simplesmente, se apresentou como alternativa de trabalho e sobrevivência.

“Sempre procurei valorizar meu dom para misturar materiais e criar modelos originais e diferenciados”, lembra a pioneira Maria Cleomar Bartholomei Galias, 81 anos, que guardava os seus lucros no fundo de uma caixinha de relógio. “Comecei a trabalhar com roupas de bebê, produzi e vendi principalmente mantas. Fiz uma manta super simples. Como a máquina não fazia o lado direito e avesso, tecia meio triângulo, costurava e colocava fita trabalhada. Vendi muito.”

“Dei aula na Várzea da Forquilha”, relata Cacilda Caponi. “Muitas mulheres trabalhavam durante o dia na lavoura e faziam tricô e crochê à noite.” A pulverização da mão de obra foi estratégica para o crescimento da produção e gerou renda mesmo para quem não tinha nem capital, nem conhecimento. Um número cada vez maior de moradores envolveu-se com o setor. Com o tempo, não havia família em que pelo menos um membro não trabalhasse com malhas.

Evolução do Polo Têxtil de Jacutinga

A cadeia de produção e comercialização de malhas em Jacutinga atravessou em franca expansão as décadas de 1980 e 1990, marcadas pela luta contra a recessão e a instabilidade econômica, e se consolidou como principal atividade econômica do município.

Mesmo com a informalidade predominante nas relações trabalhistas, o processo de industrialização gerou uma classe trabalhadora que se especializou em áreas de criação e produção, qualificando-se como tecelões, costureiros, modelistas, programadores, vitrinistas, vendedores e demais trabalhadores do setor administrativo.

Vinculada à produção, a comercialização dos artigos também gerou ocupação, renda e riqueza. “Com os mostruários, eu percorria o comércio de Serra Negra toda segunda-feira, recebendo os pedidos para entrega na sexta-feira”, recorda Cristiane Furrier, diretora fundadora da Wool Line. Além da própria marca, ela vendia aos lojistas a produção de outras cinco malharias de Jacutinga.

Conforme a cidade conquistava fama como Capital das Malhas, o comércio evoluiu e passou a atrair compradores de outros setores da economia da cidade. No final dos anos 1970, foi organizada a primeira FestMalhas, que se tornou uma das mais importantes feiras de malharias do Brasil. Na 40ª edição, em 2017, de acordo com a (Acija), 70 dos cerca de mil fabricantes locais ocuparam com estandes um espaço de 3 mil metros quadrados de área coberta, em 8 mil metros quadrados de área total. A FestMalhas inclui desfiles e uma programação cultural.

Estância hidromineral, com potencialidades que podem aliar o foco nas compras a lazer e entretenimento, a cidade conta com gastronomia mineira, hotéis e pontos turísticos, tanto na área urbana quanto na rural, para bem receber os visitantes. Em busca de variedade, qualidade e bons preços, o fluxo de turistas na cidade cresceu para além da FestMalhas (*ver pág. 155*), realizada geralmente no feriado de Corpus Christi.

Negócio de família

Antes gerenciada por mães, tias ou esposas, a pequena empresa familiar experimentou, a partir de 1985, uma fase de profissionalização, com a incorporação de novos sócios e parceiros, geralmente na figura de maridos, irmãos ou filhos, chamados para assumir a direção administrativa e financeira dos negócios. A segunda geração de empreendedores formulou estratégias para conquistar nichos de mercados e explorar metas de produção e produtividade, valorizando o *know how* e a expertise das matriarcas.

Em um setor extremamente competitivo como o da indústria do vestuário e da moda, algumas sociedades sucumbiram. Mas outros negócios de família surgiram, em alguns casos dentro do mesmo ramo mas explorando nichos diferentes. Estimulados pelo retorno líquido e certo, mais trabalhadores se aventuraram a empreender: apostaram suas economias, financiaram máquinas e, sobretudo, empenharam sua força de trabalho na incansável maratona para produzir e vender. A prosperidade do setor também despertou o interesse de novos investidores, que vislumbraram a possibilidade de abocanhar uma fatia nos lucros.

Uma das pioneiras na busca de nichos foi Jane Almeida Rodrigues Canela, que fundou a Clajan Malhas em 1995 para produzir roupas infantis. “Mas somos todos grandes na família e logo começamos a desenvolver a modelagem usando nossos próprios corpos”, lembra ela. “Nossa roupa caiu no gosto dos clientes e se tornou uma opção para o consumidor de tamanhos especiais”. Hoje a Clajan produz a partir do G, oportunidade descoberta graças à necessidade da família.

A sazonalidade da atividade de produção de malhas sempre foi um desafio para a economia de Jacutinga. Segundo dados da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Jacutinga (Acija), o setor emprega atualmente de 8 mil a 10 mil trabalhadores no auge da temporada, de fevereiro a julho. Nos outros meses do ano, boa parte das microempresas reduz drasticamente seus quadros e o ritmo de produção. Em alguns casos a atividade é totalmente suspensa. Parte do comércio também fecha as portas.

MUITAS EMPRESAS, DE MUITOS TAMANHOS

Ainda hoje, boa parte da produção de Jacutinga é feita em micromalharias domésticas, que funcionam nas residências dos proprietários. Voltadas para o mercado atacadista (lojistas e sacoleiros), 89% das malharias de Jacutinga tem uma equipe de, no máximo, dez pessoas para produzir, administrar e vender suas mercadorias. Sob coordenação dos proprietários, essas unidades produzem em média três mil peças por mês. As empresas de médio porte (com até 30 funcionários) produzem cerca de 12 mil peças mês.

O setor é extremamente informal. Desde seus primórdios é constante a terceirização de mão de obra, principalmente nos meses que antecedem o inverno, quando as malharias estão com a produção plena. O contratante fornece a matéria prima (fio para tecelagem) e recebe o pano corrido para posterior corte e costura. O trabalho é realizado na casa do contratado, em seu próprio tear.

Estas malharias podem ser definidas como micro malharias e seu número é difícil de ser estimado. Passeando pelos bairros da cidade, é comum ver um tear em operação nas garagens das casas. Muitas costureiras também possuem máquinas de costura em casa. Há também profissionais que se dedicam ao processo de passar roupas.

As pequenas empresas contam com uma média de dez funcionários e sua produção é totalmente voltada para o inverno. Na maior parte delas, o sucesso depende da participação de toda a família. Esse era o

caso de Vilma Ribeiro. Ela conta que, em 1998, a família acordava por volta das 2h e colocava a sacaria com toda a produção dentro do carro. Fernanda, sua filha mais velha, então com 12 anos, montava a barraca e ajudava nas vendas, fazendo as contas.

Na correria, várias compradoras deixavam o cheque assinado em branco com a anotação do valor para ser completado depois: Fernanda voltava da Feira da Madrugada, também conhecida por Feira Permanente ou Feirinha, com o bolso cheio de cheques para preencher em casa. “Lá pelas 10h, a gente já tinha vendido tudo”, lembra Ribeiro. Hoje, a empresa tem uma loja e toda a produção é comercializada em Jacutinga mesmo. Os homens da família ficaram responsáveis pela área administrativa.

Outro exemplo de pequena empresa é o da jovem empresária Janaína Soleo. Cresceu na cidade onde a malharia era a melhor opção de negócio e, junto com o marido, Bruno Corradi, resolveu criar sua própria marca. Ela integra grupo de novos empreendedores de Jacutinga, que acompanham as tendências mundiais da moda e se preocupam em apresentar um produto com identidade, ou seja, sua marca é obrigatória no seu tricô: ela abre mão de clientes que impõem a colocação da marca deles.

Exército de bordadeiras

Referência no polo malharista, a Portal Tricot, fundado em 1992 por Elza e Creuza Docema, mantém as características que a consagraram no mercado: produz peças diferenciadas, com aparência artesanal e requintada. “Uma das características de nossa marca é o trabalho manual”, explica Elza Docema. “Nossas peças são ricas em detalhes, como bordados, fitas, pedrarias, franjas e rendas.” Bordadeira de mão cheia, ela sabe misturar as tramas com pedrarias e outros materiais.

Com 15 funcionários diretos, incluindo a irmã Creuza e a filha Nathália, Elza Docema e sua empresa são um bom exemplo de como funcionam essas pequenas unidades. O Portal Tricot atende um nicho de mercado disposto a pagar mais por um artigo bordado à mão por um exército de 150 bordadeiras, espalhadas pela cidade e pela zona rural da região. “Enquanto tivermos mão de obra qualificada disponível continuaremos fiéis ao nosso estilo”, diz Elza.

Para atender o mercado e gerar capital de giro para o ano inteiro, a equipe de criação começa a desenvolver outra coleção mal termina um inverno. “Procuramos modelar a produção, respeitando os processos e a participação de todos na cadeia produtiva, introduzindo novos conceitos para arejar e consolidar nossa posição no mercado”, reflete Nathália Docema, recém-formada em Engenharia de Produção.

Mineiro é hospitaleiro por natureza e os malharistas de Jacutinga aprimoraram essa qualidade. Os compradores que vêm à cidade em grupos e excursões encontram estacionamentos à sua disposição e são recebidos com uma farta mesa de produtos mineiros —café com leite, pão de queijo, roscas, goiabada-cascão e queijo. Muitas vezes, as malharias oferecem até hospedagem.

De braços abertos

A Malharia Jacutinga, por exemplo, do empresário José Francisco Pioli di Carvalho, soube tirar proveito do nome para se posicionar no mercado com foco na qualidade e no corte de alfaiataria. Além de receber grupos de compradores, também realiza pequenas exposições de produtos para lojistas em cidades do sul e sudeste do Brasil.

Detentora de tecnologia e máquinas de última geração, a Helton Malhas, do empresário Milton Ribeiro da Costa, produz em minutos uma peça em tricô de malha sem costura. Reconhecido pelo estilo ousado de vender, Costa conta que começou há mais de 30 anos: “Morava na roça com minha família, mas tínhamos notícia de que muita gente estava enriquecendo na cidade. Vim para aprender a trabalhar com malharia”.

Além da Helton Malhas, várias outras empresas (como Dois Corações, Ponto de Arte, Alvorada, Maria Morena e Kriptonia) também recebem grupos de compradores e excursões que chegam à cidade de madrugada e lotam seus ônibus de mercadorias —um nicho que representa uma boa parcela das vendas de vestuário de Jacutinga.

Voltadas principalmente para grandes magazines, dez empresas de Jacutinga destacam-se pelo porte e pela produção em escala. Cada uma delas emprega entre 80 e 150 funcionários e produz, em média, de 80 mil a 100 mil peças por mês.

Na primeira década do milênio, com a abertura do país à globalização, por volta de 2009, as malharias tiveram que adequar sua produção à concorrência com empresas do exterior. A chegada de produtos chineses foi responsável pelo fechamento de confecções que não conseguiram concorrer com os preços dos importados. Algumas malharias de grande porte reduziram seu tamanho. Outras arriscaram produzir na China. A maioria recuou com problemas de logística, modelagem e qualidade.

Na luta pela sobrevivência, uma saída foi o *private label*. Neste modelo de negócio, a malharia produz para outra marca, vendendo o serviço como locadora de equipamento e mão de obra. As empresas investiram na aquisição de máquinas e em tecnologia de ponta, planejaram o aumento da produção e da produtividade e estabeleceram condições, principalmente a partir de 2011, para vender para os grandes magazines.

Entre elas estão Ana Gonçalves Tricot, Fio Sul Tricot, Ralm, Tricopoint e Viviane Furrier. Elas produzem para os magazines, mas, preocupadas em manter a marca, desenvolvem suas próprias coleções.

Sócio fundador, ao lado de Jucélia Zorzi, da Fio Sul Tricot, uma das dez maiores malharias de Jacutinga, Carlos Dias do Prado Neto também tem uma história de sucesso. Recém-casado em 1998, de posse de três máquinas repassadas pelo pai, ele vendeu uma para comprar fios e fazer o primeiro lote de peças. “Estocava no verão pra vender no inverno”, recorda. “Não tinha capital para fazer um estoque muito grande, vendia e comprava fio, economizava em tudo. Na entressafra, tinha poucos funcionários e pequena produção.”

Em 2004, a produção ganhou impulso com a aquisição de duas máquinas Shima Seiki de última geração. Em 2011, a utilização de um fio diferenciado, resultado de uma pesquisa feita na Turquia, proporcionou à Fio Sul condições para dar o pulo do gato, como diz Jucélia Zorzi: “Vendemos muito bem. Ninguém tinha nada parecido. Investimos em equipamentos, compramos máquinas e ampliamos a planta industrial”.

Responsável pela criação e vendas, Jucélia faz ao menos duas vezes por ano o circuito da moda nos EUA e na Europa para verificar tendências e apresentar propostas de coleções exclusivas aos grandes magazines.

Comercialização

A feira permanente, no centro da cidade, foi o começo de tudo para muitos empresários. As histórias se repetem: com a venda do estoque da primeira produção, comprava-se uma nova remessa de fios para produzir mais e tentar um lucro maior, até ser possível comprar uma nova máquina e aumentar a produção. A venda incansável de porta em porta, carregando uma mala com o mostruário, também foi o começo para alguns. Hoje, com um conjunto de prédios comerciais modernos e espaçosos, a Avenida Minas Gerais, principal via de acesso a Jacutinga, concentra as principais marcas e grifes. O comércio se estende pelas demais ruas do centro, em pontos tradicionais que ocupam o entorno da Praça da Estação e nos Chalés — uma galeria aberta de casas pré-moldadas de madeira. A Avenida dos Imigrantes, onde está a Feira Permanente, continua a ser a expressão mais popular do comércio de malhas em Jacutinga.

Algumas empresas conseguem manter o negócio por meio da produção de catálogos dirigidos a revendedores. “O catálogo é a principal ferramenta de venda da minha empresa”, explica o empresário Zezinho Crivelaro, da Layana Malhas, que comercializa toda a sua produção sem sair da cidade. “Procuro incluir todas as variantes de tamanho e cor para facilitar a venda.”

Além disso, todo janeiro, muitas empresas participam das grandes feiras de atacado organizadas no sul e sudeste do país. A FENIN é, hoje, a mais procurada por malharistas do circuito. Um grande investimento em estandes e profissionais de venda é feito para lançar as coleções de outono/inverno. Depois, a partir de maio, ocorrem as muitas feiras de varejo, que têm papel importante no escoamento dos produtos do Circuito Turístico das Malhas, maior polo brasileiro de malharia retilínea em número de empresas. A Dynamica Eventos, empresa de Jacutinga, é promotora da tradicional Feira de Malhas de Tricô Sul de Minas, realizada em Belo Horizonte. Segundo Antonio Raffaelli, da Dynamica, o evento movimenta até R\$ 6 milhões e envolve cem malharias do Sul de Minas. Esta feira já está consolidada na agenda cultural da capital mineira.

O grande varejo e as redes de pequenas lojas são os canais que mais cresceram neste mercado. A maioria dos compradores visita a cidade quatro a cinco vezes por ano para fazer as compras diretamente no fabricante. Uma pesquisa do governo de Minas, junto com o Banco Mundial, aponta que 86% dos entrevistados preferem comprar no Circuito das Malhas do Sul de Minas, pela qualidade, inovação e estilo dos produtos.

“O mercado hoje vai além das tendências e da qualidade dos produtos”, afirma Augusto Mariotti, 37 anos, diretor de conteúdo da Luminosidade. “As novas gerações estão mais conscientes, existe um movimento grande em direção à sustentabilidade. O consumidor final quer saber como foi produzida a roupa que ele vai usar.”

Cecília Prado, da empresa homônima, hoje investe no fortalecimento da marca e também na responsabilidade na produção. “Buscamos produzir uma roupa com identidade, mas também nos preocupamos com a qualidade do fio e principalmente com os envolvidos na cadeia produtiva”, diz ela. Com um produto consolidado no mercado, Jacutinga hoje percorre dois novos caminhos para fortalecer sua indústria: a consciência ambiental, em busca da sustentabilidade, e a abertura de novas frentes no turismo.

Fábrica
Produção de
malharia retilínea
na fábrica
Ana Gonçalves.
Foto Nívea Dias



O que é malharia retilínea?

¶ É um tipo de malha com tramas idênticas às do tricô artesanal, mas feita em máquinas eletrônicas retilíneas. A alta tecnologia dessas máquinas permite maior variedade de texturas, construções e tramas — desde rendas trabalhadas, passando por tramas pesadas de tranças, com pontos que se confundem com construções artesanais, até a meia malha

simples, que simula tecidos de malharia circular. A tecnologia também possibilita agilidade na confecção, minimizando operações de costura em linhas de montagem.

¶ Os teares retilíneos produzem um tecido aberto, diferente dos teares circulares. Têm fácil programação e são usados principalmente para tecidos com fios de grande diâmetro, como os tricôs e crochês.

¶ As tramas são tecidas horizontalmente com diferentes fios

ou grupos de fios industriais, ou seja, são tecidas no sentido da largura do tecido, que é determinada pelo número de agulhas das máquinas retilíneas (ou, nas máquinas circulares, pelo diâmetro da máquina). O fio evolui por diversas agulhas e forma uma carreira de sucessivas laçadas, que se vão entrelaçar com as laçadas da carreira seguinte.

¶ A principal característica da malha retilínea é a elasticidade, devido à construção das tramas com laçadas.





Malhas

Vista da produção
na fábrica da Ralm.

Foto Nívea Dias

Vista aérea da
FestMalhas no
ano de 2016.
(pág. 34)

Foto Hilton Viotti





Moda ao longo das décadas

Seis décadas de história do mundo, do Brasil e da moda. Seis décadas que, na moda criada em Jacutinga, foram dos trabalhos artesanais com feltro à malharia produzida com alta tecnologia.

Década revolucionária, marcada pela luta da juventude no mundo inteiro por liberdade, com uma explosão de rebeldia. No Brasil, militares e empresários depuseram o presidente João Goulart e iniciaram um regime autoritário que durou até 1985. Foi na década de 1960 que surgiu a pílula anticoncepcional, contribuindo para a liberação sexual, principalmente da mulher. Foi o tempo da minissaia e do laquê. O vestido tubinho de Yves Saint Laurent também foi sucesso, ao lado de estampas psicodélicas e de bolinhas, em vestidos com cintura marcada. Chegam os tecidos sintéticos. Em Jacutinga, começavam a se multiplicar muitos trabalhos com feltro, como a saia da foto, do acervo da Casa da Criança.

1960



Marcada pelo estilo hippie e romântico, a década de 1970 teve como lema “Faça o amor, não faça a guerra”. Batas, pantalonas e colares de miçangas compunham o visual *fashion*. Surrado, modelado em calças boca de sino (*flair*), o jeans ganhou destaque e teve seu uso popularizado. Cheias de tachinhas, bordados e muito brilho, as calças compunham o visual com peças em camurça e franjas, bijuterias étnicas, estampas florais e psicodélicas, roupas artesanais, agasalhos, bolsas, turbantes, toucas e boinas em tricô e crochê. Nas cabeças, o corte Pigmaleão 70 era sinônimo de modernidade. Também eram modernas as madeixas em desalinho. Na foto, uma blusa em tricô do acervo de Luciano Glória.

1970



No Brasil, desemprego e inflação nas alturas, sucessivos planos econômicos e moedas, lento retorno à democracia. Na chamada “década perdida”, o mundo assistiu à expansão da Aids e ao acirramento da Guerra Fria. Em 1988, por aqui, foi promulgada a Constituição Cidadã. O ambiente conturbado por toda parte gerou uma moda também exagerada, como o *maxpull* do acervo de Luciano Glória (*foto*). A ginástica se tornou febre e a moda esportiva ganhou força, com o uso de calças *legging* em lycra justa, meias coloridas e brilhosas, moletons, manga-morcego, polainas e ponchos. Calças e saias com cintura e cós altos, ombreiras, pregas e drapeados, mangas bufantes, saias balonê, faixas e bandanas.

1980



A última década do milênio marcou o ingresso da humanidade no mundo virtual, com a chegada da internet e a disseminação da telefonia móvel. No Brasil, depois de um longo jejum de democracia, o povo foi às urnas em 1989. Na moda, a cultura *rapper* se firmou, com o uso de calças largas de moleton, jaquetas *bomber* (na foto, uma de Vilma Ribeiro), *parkas* coloridas e bonés de couro, muito dourado em sapatos, correntes, cadeados e *slogans*. Meias sete-oitavos até a coxa e jeans rasgados e esgarçados em calças mais largas (*baggies*), combinados com camisas de mangas longas e jaquetas de times esportivos. Na malharia, destaque para os vestidos trapézio e os maxi suéteres, golas curtas e caneladas.

Em 2003, Lula assume a presidência da República e o Brasil começa a implantar programas sociais para resgatar da pobreza a maioria de sua população. No mundo, a chamada Guerra ao Terrorismo gera conflitos e ondas de imigração. Começa o turbulento século 21. Os grandes clássicos dos anos 1970 e 1980 ressurgem repaginados e modernizados. O ar retrô do estilo hippie romântico se encaixa em releituras de batas, calças boca de sino, vestidos florais, gola rolê, os conjuntos de calças e saias com *cropped*, capas sobrepondo vestidos, bordados, franjas, coletes compridos, ponchos (como o da foto, do Portal Tricot) e quimonos. Em Jacutinga, roupas tecnológicas seguem as tendências mundiais.

1990



2000

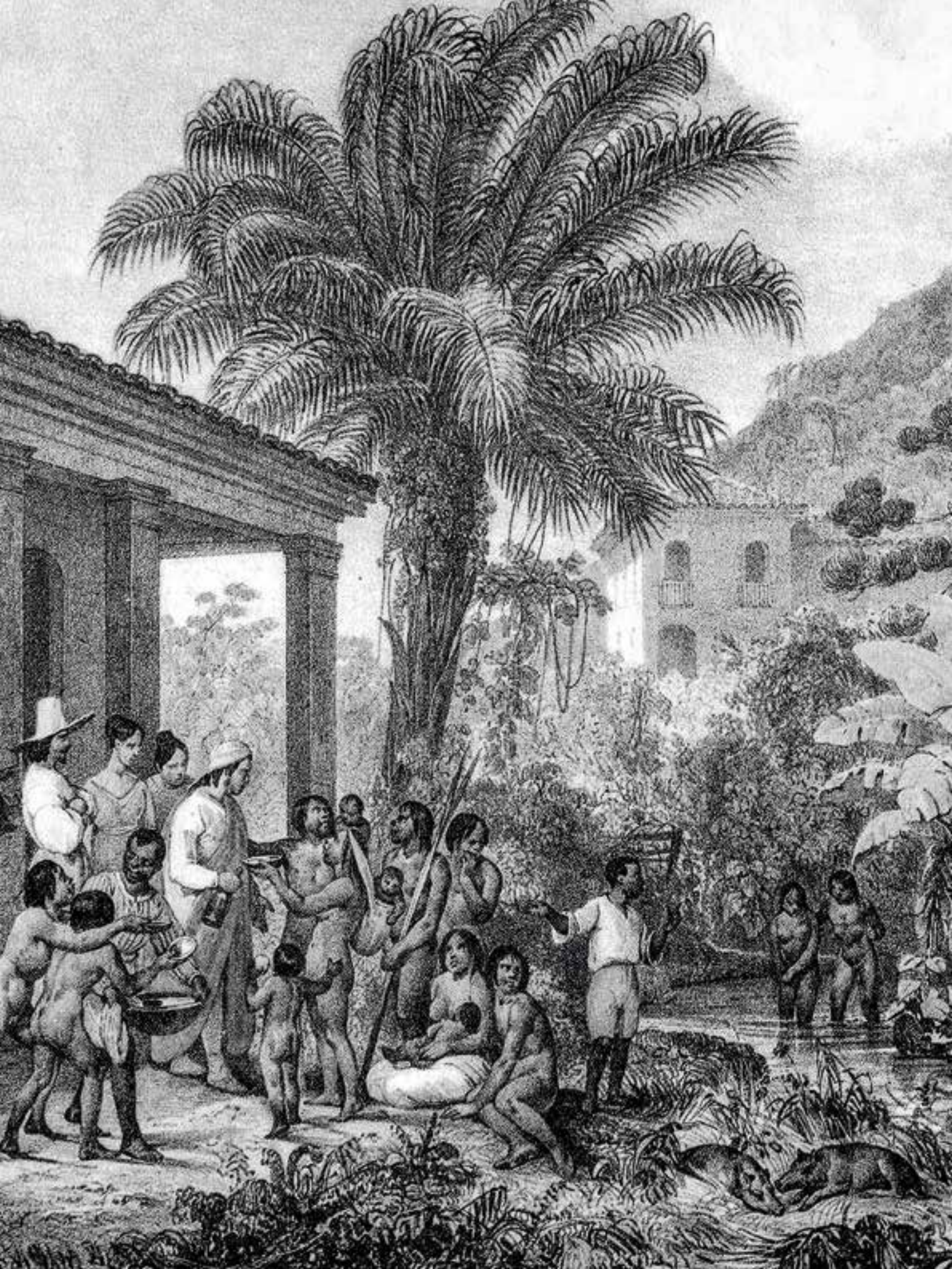


A tecnologia chega às mãos da maioria da população, em *smartphones* conectados o tempo todo. As redes sociais se tornam o ambiente em que as pessoas se comunicam, trabalham e debatem o rumo de suas vidas. O monitoramento constante dos consumidores e a coleta de seus dados pessoais cria empresas gigantes. No final da década, a onda de desinformação e o debate sobre o que afinal é verdade são sintomas da fusão definitiva entre tecnologia e política. Consolidada a era da globalização, a moda adere ao tricô produzido com alta tecnologia e valoriza o acabamento. São desenvolvidas peças sem costura e os vestidos são o destaque da vez (na foto, um de Cecília Prado), em comprimentos diversos e estilos variados.

2010



*Fotos Nívea Dias,
com produção de
Luciano Glória.
(págs. 37-39)*



O passo dos séculos

No século XVI, quando os portugueses chegaram ao Brasil, o atual estado de Minas Gerais era um imenso território habitado por muitos povos indígenas. Quase todos foram exterminados pelos colonizadores. Desses povos nativos, não sabemos quase nada. Dos colonizadores, somos informados pelos ciclos de exploração de recursos naturais: a busca por escravos indígenas e pedras preciosas no século XVII, tempo das entradas e bandeiras; a mineração de ouro, prata e diamantes no século XVIII; e as fazendas de café do século XIX em diante.

A colonização da região onde hoje está Jacutinga começou com uma disputa entre paulistas e mineiros pelo controle do ouro. Mais tarde, já em plena expansão da cultura cafeeira, Jacutinga tornou-se o distrito mais rico de Ouro Fino e foi o primeiro a se emancipar, em 1901. No primeiro século da sua história, a cidade viveu da agricultura, principalmente do café e do fumo. Também foi o município mineiro que registrou a maior arrecadação de tributos entre aqueles que se emanciparam no começo do século XX em Minas. Mas, assim como o café fez a cidade crescer, a crise da economia cafeeira a partir dos anos 1920 esvaziou a área rural e reduziu o número de habitantes.

Nos anos 1970, enfim, o município inaugurou um ciclo econômico menos dependente da exploração de recursos naturais: a produção de malhas. Iniciativa de mulheres, a indústria de malharia cresceu e é, hoje, a principal atividade econômica de Jacutinga, envolvendo mais de dez mil trabalhadores e atraindo milhares de visitantes. Este capítulo aborda brevemente os principais eventos desta história de séculos.

Na fazenda mineira

Detalhe de litogravura do alemão Johann Rugendas, que viajou pelo Brasil entre 1822 e 1825, retratando os povos que encontrava.

Acervo Museu Imperial de Petrópolis

Um novo lugar chamado Brasil

Os portugueses chegaram ao Brasil em 1500, mas só em 1530 Martim Afonso de Souza conduziu a primeira expedição colonizadora à nova terra. Foram instalados diversos núcleos de colonização por todo o litoral. Eram as feitorias, que podiam ser desde uma simples casa ou capela até estruturas militares ou de acolhimento e manutenção de navios e armazéns. Também funcionavam como mercado, alfândega ou até sede do governo da colônia. Naquele distante século XVI, os portugueses ainda desconheciam as riquezas minerais do interior do Brasil, habitado por nativos dos quais mal sabemos a história.

Somente depois de 1572 começaram a circular rumores de que havia pedras preciosas nos confins da capitania do Espírito Santo. Este território era constantemente invadido por grupos de aventureiros que vinham da recém-fundada aldeia de São Paulo (1554), na capitania de São Vicente. Os paulistas percorriam os sertões em busca de nativos para escravizar. Em uma dessas caçadas, chegaram ao Rio Doce e lá recolheram minérios. Diante desta notícia, a coroa portuguesa começou a organizar as entradas, que eram grupos de exploradores para buscar jazidas no interior. As entradas percorreram o território por mais de um século antes de conseguir encontrar ouro. Também as bandeiras, organizadas por paulistas, exploraram os sertões durante boa parte do século XVII sem encontrar minérios. Um século se passaria antes que isso acontecesse.

Antes das Minas Gerais

A região de onde emergiriam as Minas Gerais era, no final do século XVII, um imenso e confuso território. Toda a margem esquerda do Rio São Francisco pertencia à capitania de Pernambuco e era importante porque nela havia grandes currais de gado. O Rio São Francisco era chamado de Rio dos Currais. A margem direita era território baiano e também era usada para a criação de gado. O restante era conhecido como Campos Gerais dos Cataguases, pertencia à capitania de São Paulo e era habitado pelos índios que ali viviam até o século XVIII.

Em 1694, um paulista natural de Taubaté, Antônio Rodrigues Arzão, trouxe provas da existência de ouro na região de Caeté e a notícia se espalhou. A partir deste momento, os paulistas passaram a empregar, na busca do ouro, o mesmo empenho aplicado, nos séculos anteriores, para capturar nativos. As comitivas de bandeirantes aumentaram na região. As vilas da capitania de São Paulo se esvaziaram e o caminho de Minas era percorrido dia e noite, a pé ou no lombo de mulas.

Um grande número de pessoas desceu da Bahia, atraídas pela possibilidade de negócios com os paulistas, que pagavam altos preços por gêneros de primeira necessidade. A notícia chegou a Portugal e outra considerável massa de gente, composta de judeus, ciganos, cristãos novos, militares, fidalgos empobrecidos, negociantes, artífices e camponeses, vendeu tudo o que tinha e atravessou o Atlântico. Vinham cegos de ambição pelo ouro do interior do Brasil. Estima-se que, entre 1705 e 1750, cerca de 10 mil pessoas deixaram Portugal, todo ano, em busca de riqueza no Brasil. Em 1693, os Cataguás, nativos do Sul de Minas, foram expulsos e os caminhos para as minas se abriram mais ainda. Logo os descobrimentos foram se sucedendo e os primeiros arraiais e vilas foram criados.

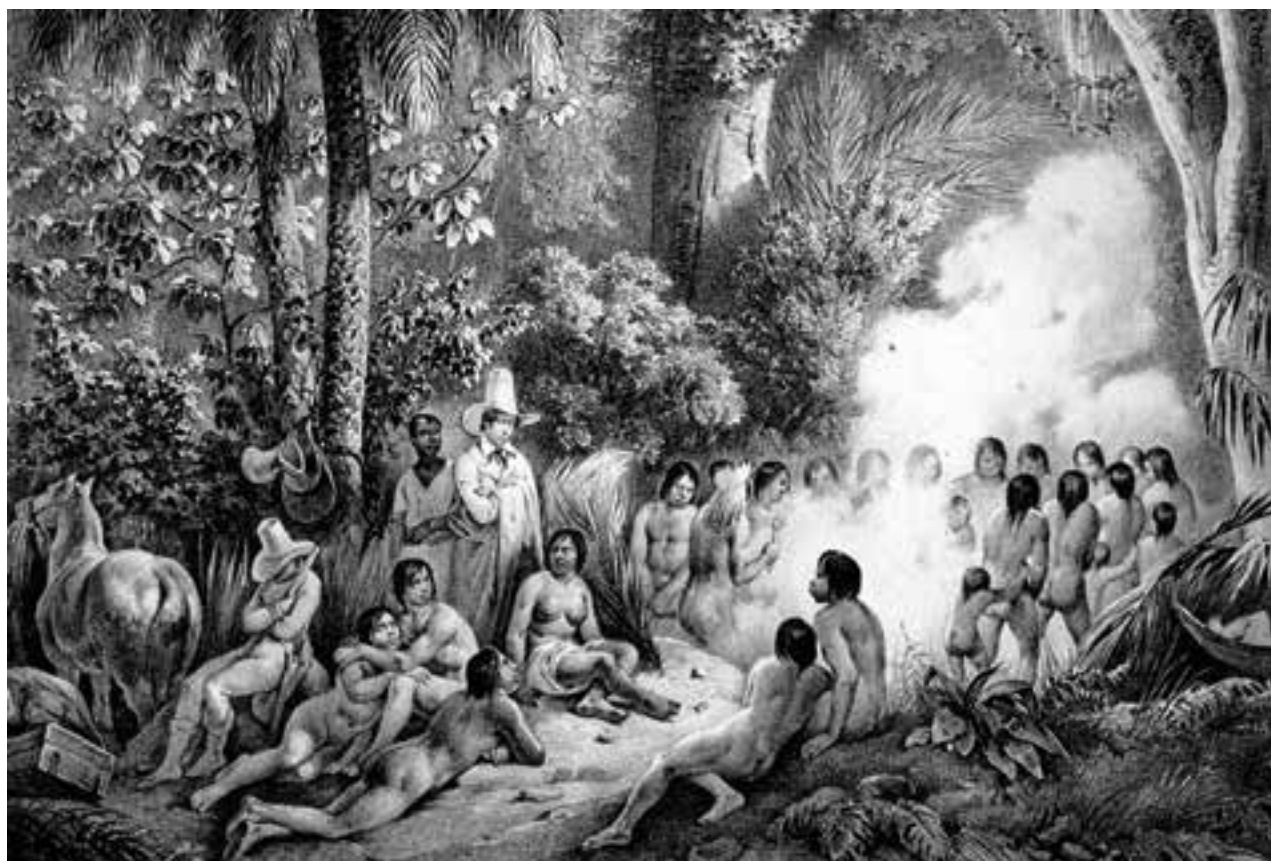
ENTRADAS, BANDEIRAS E CATAGUÁS

As bandeiras eram empreendimentos privados, financiados por um investidor, o armador, que normalmente não ia ao sertão. O nome nasceu do costume de levar uma bandeira ou estandarte à frente da expedição. A formação típica incluía um capitão-mor; com pleno poder sobre os comandados, duas a seis dezenas de brancos, duas a quatro centenas de mamelucos (filhos de brancos e índias) e alguns milhares de índios, domésticos e escravos. Marchavam de 10 a 12 quilômetros por dia e as jornadas podiam durar de seis meses a três anos. Quando em deslocamento, se alimentavam com farinha, mel, palmito e a caça e pesca que encontravam. Já as entradas eram expedições oficiais da coroa portuguesa para exploração do sertão.

Bandeirantes

Foram os piratas do sertão. Perambulavam pelos planaltos e pelas planícies armados até os dentes, rasgando a mata e caçando homens. Seu principal negócio era a escravização de nativos. Em apenas 50 anos do século XVII, mais de 500 mil índios foram escravizados pelos bandeirantes, que vendiam cada um por até 20 mil réis, cerca de um quinto do preço de um escravo africano. À sua passagem, os bandeirantes deixavam um rastro de devastação: velhos, mulheres e crianças passadas a fio de espada; altares profanados, sangue, lágrimas e chamas.

Foram chamados de “raça de gigantes”. Eram sujeitos intrépidos e indomáveis, tidos como os principais responsáveis pela expansão territorial do Brasil. Transformaram sua capital, São Paulo, em um dos



Os Puris

Na litogravura de 1824 de Rugendas, a dança dos Puris, tribo exterminada em Minas Gerais.

Acervo Museu Imperial de Petrópolis

maiores centros do escravagismo indígena de todo o continente. A cidade fundada pelos jesuítas estava no caminho das rotas para o sertão e nascera pobre. “Buscar o remédio para a pobreza” era o pretexto dos paulistas para enfrentar os rigores do sertão em busca de “peças”, como chamavam os nativos escravizados e vendidos.

Na primeira metade do século XX, três renomados historiadores paulistas, filhos da rica elite local, deram início à fabricação do mito bandeirante. Os documentos que acharam revelavam a saga de horrores promovida pelos bandeirantes entre os povos da terra, mas Alfredo Ellis Junior, Afonso Taunay e Basílio de Magalhães escolheram ignorar essa parte e forjar a imagem do bandeirante nobre e altaneiro, com Taunay e Magalhães enfatizando as conquistas e as descobertas. Já Ellis Junior trabalhou para demonstrar a existência de uma nobreza paulista, mesmo sabendo que muitos dos bandeirantes andavam descalços, mal falavam português e eram treinados em escravizar e matar.

Considerados responsáveis pela elaboração de uma história das bandeiras paulistas, os três historiadores escreveram sobre seus antepassados com o desejo de comprovar seu próprio direito de herdar o poder. Foram buscar, na genealogia do século XVIII, os elementos necessários para afirmar uma tradição inventada no século XX — e a história do genocídio dos povos indígenas foi relegada a um pé de página desta narrativa.

Cataguás

Também chamados Cataguases, esse povo nativo era uma grande nação que, até o século XVIII, ocupava o centro, o sul e o oeste de Minas, subdividida em várias tribos de densa população. De acordo com historiadores não indígenas, foram praticamente exterminados a partir da conquista do território mineiro pelos paulistas.

A enorme extensão de seus domínios em solo mineiro, até o início do século XVIII, fazia com que este território se chamasse, de início, Campos Gerais dos Cataguases e, depois, Minas Gerais dos Cataguases. Os Cataguás procediam de longas migrações feitas pelos Tremembés, grupo indígena do Ceará. Partindo da região do Jaguaribe, subiram o Rio São Francisco até suas nascentes e foram acampar, primeiro, nos vales dos rios Grande e das Mortes. Numerosos, acabaram divergindo, lutando e se separando. Um grupo que habitava o Sul de Minas aliou-se a uma bandeira de Taubaté para atacar seus irmãos.

Eram temidos por sua ferocidade e foram rudemente combatidos pelos bandeirantes. Historiadores argumentam que, para evitar a matança, se apresentavam aos brancos como *cataguás*, nome formado pelas raízes

ca+tu+auá, que significa “gente boa” em tupi. Em vão. Sem meios para se opor ao avanço das bandeiras, eles foram vencidos, assassinados ou levados como prisioneiros. Não foram recolhidas maiores informações sociais, políticas, etnológicas e econômicas sobre esse povo (ou povos?). Uma perda irreparável. Hoje pouco sabemos do complexo e agitado mundo dos povos originários de Minas.

Oiliam José, membro da Academia Mineira de Letras e autor do livro *Indígenas de Minas Gerais*, publicado em 1965, fala disso no prefácio:

Indígenas de Minas Gerais foi escrito e se publica, pois, sob o signo da esperança. A de que os ameríndios, já extintos em sua totalidade, recebam dos brancos de hoje pelo menos estudo e compreensão. E para benefício exclusivo dos brancos. Os indígenas já morreram e não mais reclamarão os bens que os devassadores lhes subtraíram, mas poderão, com as terríveis lições emanadas de suas deficiências e erros, ensinar o “branco civilizador” a ser branco civilizado!

O Sul de Minas foi o portão de entrada para os bandeirantes no final do século XVII. Várias das suas cidades são remanescentes do Ciclo do Ouro, surgindo como ponto de apoio para bandeiras ou mesmo para efêmeras atividades mineradoras. Em 1720, a movimentação em torno da mineração força a divisão administrativa da capitania de São Paulo e nasce a capitania das Minas Gerais.

Mais tarde, com a decadência da mineração, foram ocupadas as terras até então desprezadas por não terem ouro. Os chamados sertões da Mantiqueira ficavam entre a estrada de Goiás e as estradas que levavam às Gerais. Em 1736, essa área foi interdita pelo Bando de Adiantamento ao Regimento de Minerar, para evitar a abertura de novos caminhos nos matos onde não havia vigilância — e, assim, impedir extravios do ouro.

Ouro na fronteira

Mas foi ali, já no século XIX, que a nova capitania encontrou os férteis campos do sul, um excelente espaço para o pastoreio. Este era, até então, outro espaço desconhecido pelo homem branco, que apenas circulava pelas suas bordas, pelas estradas que a cercavam.

A configuração político-administrativa do que viria a ser o território mineiro já era uma realidade desde o início do século XVIII. Mas a definição mais precisa das divisas a oeste e sudeste de Minas e leste de São Paulo, distantes das regiões auríferas das Gerais, não foi posta em

discussão até que, em meados do século XVIII, descobriu-se ouro nas áreas limítrofes entre São Paulo e Minas Gerais. Mais precisamente, as regiões de Jacuí e Ouro Fino em Minas e de Caconde em São Paulo despertaram o interesse das elites políticas e econômicas das duas capitanias — e teve início a disputa sobre quem as governaria.

Com essas descobertas, foi grande o fluxo de paulistas, mineiros e portugueses para essa região. Com a nova ocupação, a fluidez da demarcação da divisa desencadeou conflitos entre paulistas e mineiros. Isso levou as autoridades das duas capitanias, depois províncias, a expedir, ao longo dos séculos XVIII e XIX, várias determinações para fixar as fronteiras entre as duas áreas administrativas. Não foram cumpridas: no decorrer do século XIX, a ocupação indistinta por paulistas e mineiros prosseguiu pelos dois lados da fronteira.

Manobras

A divulgação da existência de ouro nessa fronteira e o crescimento populacional, agrícola e comercial no entorno da capelinha de São Francisco de Paula de Ouro Fino levaram as autoridades políticas e religiosas das duas capitanias a tentarem tomar posse da região, pela lei ou pela força. Dom Luís de Mascarenhas, Conde d'Alva, capitão-general e governador da capitania de São Paulo entre 1739 e 1748, considerava que Ouro Fino estava em suas terras e se armou para defender seu direito nas margens do Rio Moji. Mas, entre 1748 e 1765, o Rei Dom João IV diminui o poder e a autonomia da capitania de São Paulo, subordinando-a à capitania do Rio de Janeiro e deixando larga vantagem para o avanço de Minas.

Seguiram-se golpes e contragolpes entre as autoridades das duas capitanias, cada lado usando a sua cota de influência junto à coroa e à igreja. O então governador de Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, pediu e obteve do rei a provisão régia de maio de 1748, uma ordem para levantamento e demarcação dos limites das duas capitanias. O desembargador Tomás Rubim de Barros Barreto foi incumbido desta missão. Mas o primeiro bispo de São Paulo, Bernardo Rodrigues de Nogueira, faleceu em 7 de novembro de 1748, antes do resultado da demarcação civil de Rubim. O bispo interino realiza uma manobra e, com a provisão de 8 de março de 1749, eleva a paróquia a capela de São Francisco de Paula de Ouro Fino. Esta é a origem da data comemorativa do aniversário da cidade.

O bispo interino de São Paulo, conhecido como Cônego Penteado, baseia seu ato de posse de Ouro Fino nada menos que na autoridade do papa. Recorre à bula de Benedito XIV de 6 de dezembro de 1746, que estendia a diocese de São Paulo até as margens dos rios Grande e Sapucaí.



Assim sendo, segundo ele, São Francisco de Paula de Ouro Fino pertenceria à sua jurisdição religiosa. Entretanto, Tomás Rubim finaliza seu levantamento em 19 de setembro de 1749 e conclui que São Francisco de Paula de Ouro Fino pertencia, pelo lado civil, à capitania de Minas Gerais e, pelo lado eclesiástico, continuava paulista: “Alma para um lado e corpo para outro”. Bicéfala, com a população apaixonadamente dividida entre São Paulo e Minas Gerais, nascia assim oficialmente a freguesia de Ouro Fino.

O personagem principal para o surgimento de Ouro Fino foi o guarda-mor português Francisco Martins Lustosa, nomeado pelo governo da capitania de São Paulo, portanto defensor dos interesses paulistas. Lustosa resistiu com armas à decisão do ouvidor de anexar à capitania das Minas arraiais que possuíam atividades mineradoras. Agia também em interesse próprio: em 1747, encontrou ouro em Santana do Sapucaí. Comunicou rapidamente o achado a Dom Luís de Mascarenhas, governador da capitania de São Paulo, e foi nomeado, em setembro de 1746, guarda-mor das novas jazidas. Mas perdeu a briga em junho de 1750, quando a administração civil e eclesiástica da capitania das Minas conseguiu tomar posse do arraial de Ouro Fino. Com medo de retaliações, Lustosa retirou-se com a família para Campos Altos de Curitiba.

A expansão de Ouro Fino

O arraial de Ouro Fino ficou desde então sob jurisdição da Vila de São João del Rey e depois, em 1799, da Vila de Campanha. Em 1831, foi criado o município de Pouso Alegre e Ouro Fino passou a ser seu distrito, até 22 de julho de 1868, quando foi elevado à condição de vila. As mesmas forças que levaram à descoberta de Ouro Fino se voltaram para a conquista de novas terras. Este movimento provocou a ocupação da região dos futuros municípios de Jacutinga, Andradas e Espírito Santo do Pinhal. Com a decadência do ouro, os sertões da Mantiqueira deixaram de ser área proibida e seu povoamento foi intensificado em direção ao oeste. Desenvolveram-se a pecuária e a agricultura.

A região onde hoje se situa a cidade de Jacutinga teve o povoamento ligado à abertura de um caminho entre Ouro Fino e Espírito Santo do Pinhal, no início do século XIX. Ao longo deste caminho surgiu, em 1835, um povoado que cresceu em torno de uma capela construída em honra de Santo Antônio. Conhecido anteriormente como Ribeirão da Jacutinga, passou a ser chamado Santo Antônio da Jacutinga. Foi elevado a distrito do município de Pouso Alegre em 1871 e incorporado ao município de Ouro Fino em 1880. A expansão da cultura cafeeira a partir de São Paulo e a chegada de imigrantes europeus, sobretudo italianos

Mapa de 1924

Jacutinga já fazia divisa com o estado de São Paulo e com os então distritos mineiros de Caracol e Ouro Fino.

Acervo Comissão Mineira do Centenário

introduzidos na região como mão-de-obra para as atividades agrícolas, deram grande impulso à região. A produção de café propiciou a ligação de Jacutinga e outros centros produtores do Sul de Minas aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, pelas ferrovias Mogiana e Sapucaí. Em 16 de setembro de 1901, a Lei nº 319 criou o Município de Jacutinga.

Bem antes da abertura de picadas, o povoamento da região já se iniciara pelas vias naturais, os rios, sobretudo o Rio Mojiguaçu, na região então conhecida como Mogi Abaixo, o Ribeirão de São Paulo (ao norte) e o Rio Eleutério (ao sul). Há registros de que, em 1803, já havia moradores no Sítio Forquilha. Por volta de 1805, havia povoamento nas margens do Eleutério.

Nasce Jacutinga

Entre os antigos povoadores da região estão Joaquim Silvério de Souza, dono de uma sesmaria na divisa do Rio Eleutério; Antônio Pessoa de Lemos, falecido em 1811, vindo de Sabará e enterrado em Ouro Fino; e o Capitão Antônio Correia de Abranches Bizarro, português, que também tomou posse de terras na região da Fazenda Poço Fundo e em diversos pontos do território de Jacutinga, na divisa com Ouro Fino. Em 1817, José Francisco Fernandes se tornou dono de parte das terras de Bizarro e, em 1826, a Fazenda Poço Fundo passou a pertencer ao Coronel Emídio de Paiva Bueno. Em 1835, com José Francisco Fernandes e Silvério José Machado, o coronel começa a construção de uma capela para Santo Antônio. Essa construção é o ponto de partida do distrito, sua fundação oficial. Contudo, a inauguração só acontecerá em 1847. Nessa época, a região deixa de se chamar Mogi Abaixo e passa a se chamar Santo Antônio da Jacutinga. Em 1871, depois de elevado a freguesia, o distrito passou a se chamar simplesmente Jacutinga.

Em 1874, o *Almanaque Sul Mineiro* publicou esta descrição da freguesia:

Há povoações cujo aspecto sombrio e tristonho como que traduz o desânimo de seus habitantes, a pobreza de seus campos e o marasmo a que estão condenadas. Outras, ao contrário, se mostram risonhas e faceiras e, com a simples inspeção ocular, vê logo o observador que há ali o trabalho vivificador e a confiança animadora no progresso e no futuro. A estas pertence a paróquia de Santo Antônio da Jacotinga. Rodeada de soberbas matas que se prestam a toda cultura e onde, além da cana e do fumo, já há cerca de um milhão de pés de café, a freguesia da Jacotinga contém já grande número de lavradores e de negociantes cujo estado lisonjeiro muito concorre para sua prosperidade.



O povoado
Desenho do
jacutinguense
Dialulyas de Azevedo
mostra os primórdios
do povoado de
Jacutinga.

*Acervo Gazeta
de Jacutinga, 1993.*

O mesmo almanaque também informava que Jacutinga já tinha 522 casas, a maior parte na zona rural. Na povoação propriamente dita, havia somente 50 e uma praça onde foi erguida a igreja matriz. “Este templo, que já carece de alguns reparos, foi construído exclusivamente à custa do povo e até hoje nele ainda se não gastou quantia alguma que não tivesse origem na piedade dos fiéis”, afirmava a publicação. Além da igreja matriz, dedicada a Santo Antônio, havia uma capela dedicada ao Senhor Bom Jesus dos Passos, de construção e proporções muito modestas, um cemitério todo fechado e de tamanho regular e duas escolas de primeiras letras, sendo uma para o sexo masculino e outra para o feminino. A escola para meninos era paga pelos cofres públicos e era mais frequentada. Tratava-se, então, do único benefício que o lugar devia aos poderes provinciais.

Antes do café, o fumo era o principal produto da exportação no Sul de Minas. Era cultivado em todos os municípios, mas especialmente nos de Pouso Alegre, Jaguari (marca Piranchim), Baependi, Itajubá, Cristina, Campanha e Lavras. A produção anual era calculada em 500 mil arrobas em 1884, das quais 400 mil para exportação. Em Jacutinga, o fumo foi muito cultivado e esteve sempre entre os principais itens exportados. As famílias Crivelaro e Zanelato eram produtoras do grande destaque que foi o fumo de marca Sublime, que começou a ser comercializado na década de 1930 por Abramo Pieroni, atividade continuada por seu filho, Otorino Pieroni.

Em 1885, o mesmo *Almanaque Sul Mineiro* registrava que “Jacotinga não é mais a aldeia deserta e sombria de outrora. (...) Hoje a vida ali se manifesta de mil modos diferentes”. Também havia lugar para rebelião: em agosto de 1875, “bandos de homens armados” se revoltaram contra a junta de alistamento militar. “Foi um ato criminoso, é certo, inspirado por ideias erradas”, opina o *Almanaque*, defensor da ordem. “Mas nada produziu, além da interrupção brusca do trabalho que se fazia com regularidade e ordem, e que só mais tarde recomeçou, compreendendo melhor o povo seus direitos e seus deveres.”

Este mesmo texto descreve a proporção amazônica da diversidade vegetal da região, engolida depois pelo café e pelas maria-fumaça. As árvores eram ipês, diversas espécies de jacarandá, canelas preta e parda, pães de vinho, araribás, ingás, perobas, cedros, maçarandubas, sassafras, pinheiros, aroeiras, bálsamos, candeias, pereiras, sobragis, sucupiras, angicos, jequitibás, tiribas, canjeranas “e muitas outras que agora nos escapam à lembrança”, além de extraordinária quantidade de plantas medicinais, entre as quais anil de diversas espécies, baunilha, quina, noz moscada, barbatimão, arnica, caapiá, goma arábica, caroba, japecanga, capororoca, jaborandi, ipecacuanha, cevada, canafístula, aconito, bardana, beladona,



1900

Com a ferrovia em primeiro plano, vê-se o Hotel Estação (*à dir.*), onde hoje é a rodoviária.

À esquerda, parte da igreja da Rua Rita Cristina, hoje Avenida Senador Luiz Lisboa.

Acervo Paulo Pieroni

caapeba, camomila, cardamomo, carqueja, cicuta, cinamomo, copaíba, fumaria, erva moura, erva tostão, parietária, sapé, tuia e trapoeraba.

O café era a principal cultura, com 1,6 milhão de pés e exportação de mais de 50.000 arrobas (735 mil toneladas) por ano. No entanto, havia falta de estradas e a via férrea paulista estava a mais de 40 quilômetros. “Da povoação ao Rio Eleutério, que é a divisa de Minas com São Paulo, vão apenas 12 quilômetros, e uma estrada regular nessa pequena extensão prestaria ótimos serviços”, ponderava o *Almanaque*. Em 1896 seria iniciada a construção da linha férrea, que inclusive consumiria parte significativa das florestas locais.

Café e ferrovia

A cidade descrita em 1908 já havia crescido muito. Eram cinco milhões os pés de café em produção, de acordo com o *Anuário Nelson de Sena*. No *Anuário de Minas 1906-1911*, a exportação de café havia sido multiplicada por oito em relação a 1885. E havia três estações de trens: “O município produz 400 mil arrobas de café exportado todo para Santos pela Rede Sul Mineira e Companhia Mogiana, havendo (...) três estações próximas, Jacutinga (Silviano Brandão), Eleutério e Sapucaí (entroncamento). (...) A vila tem 2 mil habitantes, muito comércio, imprensa local, grupo escolar, colégio, matriz, mercado, cadeia, jardim público, banda musical e grande colônia italiana”.

Além de café, produziam-se cereais em grande escala, como feijão, arroz e milho, grande quantidade de batata inglesa, batata doce, fumo, cana de açúcar. Havia também pequenas fábricas de vinho. E muita produção de madeira de construção pela Companhia Sapucahy.

Este crescimento levou Jacutinga a se emancipar de Ouro Fino em 1901. Já em 1893, a *Gazeta de Ouro Fino* contava que, “em espaço de dez anos, pouco mais ou menos, a aldeia solitária, esquecida com alguns pardieiros cobertos com capins, área dos capoeirões, sem possuir um só melhoramento de forma alguma, tendo tudo por fazer-se, passou por uma completa metamorfose, que a julgarmos pelo aspecto que se apresenta pode assegurar que não vem longe o seu futuro desejado. Jacutinga é hoje uma localidade garrida com uma agricultura nova, excelente, cujo futuro promete em breve fazer sua independência”.

Em 1908, Jacutinga foi descrita como o município mais importante da comarca de Ouro Fino e um dos mais importantes de Minas. Era administrado por uma Câmara Municipal composta de sete vereadores, escolhidos por eleições populares para mandatos de três anos. O presidente da Câmara acumulava as funções de Agente Executivo do Município. Mas já havia críticas à administração: “Foi desastrosa

para os interesses do município a primeira administração municipal e entregou a sua sucessora o município exausto de recursos. A Câmara sucessora da primeira em boa hora elegeu seu presidente o Major Luiz Lisboa”. O novo presidente “tratou de pagar as dívidas, fez ruas, sólidas pontes, excelentes estradas, jardim na praça do mercado, rede telefônica e distribuição de água potável”, diz o *Anuário Nelson de Sena* de 1908.

Em 1919, havia em Jacutinga 350 fazendas e 120 sítios. Em 1917, operavam 18 máquinas de beneficiamento de café, instaladas em fazendas, dez engenhos de moer cana e fabricar açúcar, aguardente e rapaduras; três máquinas para limpar arroz, três fábricas de macarrão, três de cerveja, um curtume de peles, serrarias, uma fábrica de sabão e várias oficinas de marmoristas, marceneiros, ferreiros, sapateiros, alfaiates, seleiros. A cidade era iluminada por uma empresa de eletricidade organizada por iniciativa particular e a população, calculada em duas mil almas.

A Fazenda da Mata, de Delfina de Silva Campos, com uma área total de 600 alqueires, era a principal do município, ainda segundo o *Anuário Nelson de Sena*. Tinha 342 mil pés de café e produzia 30 mil arrobas por ano. Produzia também 200 alqueires de batatas, 180 carros de milho e os demais cereais para consumo. Seus colonos eram famílias brasileiras, italianas e espanholas, que habitavam 70 casas de tijolos e cobertas de telhas. Tinha uma capela, escola, banda de música e clube recreativo, bons engenhos de café e arroz e sua residência principal era iluminada a luz elétrica. Era avaliada em 1.300 contos.

Colonos e obras

A Fazenda da Mata, a maior da região, abrigava 80 famílias em 1908.

(pág. 56)

Foto Pedro Rebello
Acervo Otávio Salles

Em 1908, a igreja matriz estava em construção.

(pág. 58)

Foto Francisco Soucasaux
Arquivo Público Mineiro













Festa na rua
Festa de São
Sebastião em
1930, na atual
Rua Américo Prado,
esquina com a Rua
dos Expedicionários.
A segunda casa à
esquerda viria a ser
o primeiro cinema
de Jacutinga.

Acervo Walter Bertucci

ALL' EMIGRANTE

N.° 56



La Ligure Brasiliana

SOCIETÀ ANONIMA DI NAVIGAZIONE ITALIANA A VAPORE

Capitale 2.500.000 Lire interamente versate

GENOVA

BIGLIETTO PERSONALE D'IMBARCO PER N.° uno POSTI DI 3.° CLASSE

Stazza lorda del Vapore Tonn. 3171

• multa • 2053

Velocità miglia all'ora 12

Durata del viaggio giorni 22

col Vapore *Re Umberto* di bandiera italiana

che partirà da GENOVA il 24 NOV 1906

per *SANTOS* toccando di scalo i Porti di

facoltativa: Tenerife o S. Vincenzo

RIO-JANEIRO

NOME E COGNOME		Edà	Cassette	Piazze razioni
1.	<i>Alusiani Giuseppe</i>	18	1	1
2.				
3.				
4.				
5.				
6.				
7.				
8.				
9.				
10.				
TOTALE			1	1

Nolo di passaggio L. It. 100 per ogni posto commerciale

Il presente biglietto dà diritto ad imbarco gratuito di 100 kg. di bagaglio, purché non superi il volume di mezzo metro cubo, in ogni posto commerciale. L' eccedenza bagaglio è tassata in ragione di L. It. 5 per ogni decina di metro cubo.

DISTINTA

N. 1 posti a L. It. 100. - Totale L. 100

IL RAPPRESENTANTE

Acconto pagato al Rappresentante in

ragione di L. It. per posto

A saldo pagato al Vettore L. It. 100

Per IL VETTORE

Genova, li 24 NOV 1906 1906

A. Normaz

Da Itália para Minas Gerais

A imigração italiana em Minas Gerais ocorreu entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Só São Paulo e Rio Grande do Sul receberam mais imigrantes italianos do que Minas. Esse movimento migratório está intimamente ligado ao fim do tráfico negreiro (Lei Eusébio de Queirós, de 1850) e à abolição da escravidão (Lei Áurea, de 1888). Desde meados do século XIX, com a proibição da entrada de novos cativos do continente africano, o país necessitava de mão de obra e incentivou a vinda de um número cada vez maior de imigrantes. Além disso, havia o plano, fundamentado no racismo da elite nacional, de “branquear” o Brasil, trazendo imigrantes da Europa, em vez de contratar ex-escravos para trabalhar nas lavouras.

A Itália passava por grandes dificuldades sociais na época: miséria e desemprego, um processo industrial que acarretou a marginalização do trabalho e, sobretudo, crise no campo pela superpopulação e falta de terras. Logo após a unificação italiana de 1861, o país sofreu um grande êxodo de seus habitantes. “Fazer a vida na América” era o sonho de muitos italianos. Aqueles que tiveram o Brasil como destino (cerca de 1,5 milhão, no decorrer de 70 anos) foram encaminhados, em um primeiro momento, à região sul, em um plano de colonização arquitetado pelo Império do Brasil. Data de 1857 o primeiro decreto de Dom Pedro II para estimular a “importação” de mão de obra europeia para “branquear” a população — o que acabou estimulando também a criação de várias agências de imigração por cafeicultores, sobretudo paulistas. Mas os imigrantes italianos chegaram em massa ao Brasil a partir de 1870, quando, em 20 de setembro, as tropas do Reino da Itália tomaram Roma e acabaram com o poder temporal dos papas, incorporando ao país a região do Lácio, onde fica Roma.

Italianos, a maioria

Isso não quer dizer que não tenha havido imigrantes antes disso: Jacobus Francisco Viotti, por exemplo, chegou ao Rio aos 15 anos, em 1828, vindo de Gênova, na Ligúria, uma região que enviou pouquíssimos imigrantes para cá (os descendentes desse primeiro Viotti construíram a Casa Viotti, ainda preservada em Jacutinga — ver *pág. 136*). A Úmbria, o Lácio e a Sardenha tampouco tiveram imigração importante para o Brasil. Segundo o IBGE, a maioria dos imigrantes italianos veio da região do Vêneto, no norte da Itália. A seguir, estavam os italianos da Campânia e da Calábria, no sul, e da Lombardia, no norte.

Entrada de italianos em Minas Gerais

- ◆ 1894 → 4.406
- ◆ 1895 → 4.221
- ◆ 1896 → 18.991
- ◆ 1897 → 17.303
- ◆ 1898 → 2.111
- ◆ 1899 → 650
- ◆ 1900 → 21
- ◆ 1901 → 41

De navio

A passagem de navio de José Sebusiani em 1906.

Acervo José Mauro Sebusiani

De 1890 a 1929, o Brasil recebeu 3.523.591 imigrantes. Desse total, 2.033.654 estabeleceram-se em solo paulista entre 1889 e 1930, representando 57,7% dos imigrantes recebidos pelo Brasil (Petrone, 1977). Desses, 1.156.472 (33%) eram italianos. Em segundo lugar, estavam os portugueses, com 1.030.666. Em terceiro, os espanhóis, com 551.385. Segundo uma estimativa, no ano de 1900 viviam no Brasil 540 mil italianos, ou seja, 3,1% da população do país era nascida na Itália.

Para o ano de 1902, o número de italianos teria saltado para 600 mil. O censo nacional de 1920 contabilizou 558.405 italianos (52% dos estrangeiros no Brasil, 71% concentrados no estado de São Paulo). O censo não contabilizou os filhos, netos e descendentes de italianos, pois qualquer pessoa nascida no Brasil era contada como brasileira, a despeito de ser filha de estrangeiros. O censo de 1940 inovou ao perguntar aos brasileiros se eles eram filhos de estrangeiros. Neste censo, 1.260.931 brasileiros disseram ser filhos de pai italiano, enquanto que 1.069.862 disseram ser filhos de mãe italiana.

A província mineira era a mais populosa do Brasil e, supostamente, teria população suficiente para substituir os escravos, que, em 1887, às vésperas da abolição, ainda eram 191.952 em Minas Gerais. Pesquisas feitas em áreas cafeeiras mostram que esses escravos não abandonaram as fazendas após a abolição e não foram completamente substituídos pelos imigrantes europeus. Não tinham como sair de lá e recomeçar a vida.

Poucas colônias

Influenciada por São Paulo, onde a mão de obra na lavoura era quase exclusivamente italiana e dava bons frutos, Minas também passou a preferir o imigrante italiano, particularmente do norte da Itália. Assim, o único grupo que imigrou em massa para Minas no último quartel do século XIX foi o italiano. Este se adaptava relativamente bem aos costumes do Brasil e era considerado excelente trabalhador, acostumando-se com facilidade ao sistema de parceria ou meação.

No ano de 1895, Minas recebeu apenas 4% dos imigrantes que entraram no Brasil, mas chegou a 14% do total em 1896, caindo para 12% em 1897. A partir de então, a província ficou fora dos destinos principais de imigrantes no Brasil. No *ranking* dos imigrantes em Minas, os italianos aparecem sempre em primeiro lugar, deixando os espanhóis em um distante segundo lugar. Os portugueses aparecem em terceiro.

As colônias agrícolas formadas por italianos não tiveram grande relevância no contexto imigratório de Minas Gerais, ao contrário do que ocorreu nos estados sulinos. Em 1898, a colônia de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, contava, sozinha, com a expressiva população



Em festa

Festa na fazenda
de João Lobato
Perdigão em 1908.

*Foto Pedro Rebello
Acervo Otávio Salles*

de 25 mil pessoas, quase todos italianos. Por outro lado, em 1900, em todo o estado de Minas Gerais as colônias abrigavam apenas 2.882 pessoas.

Os núcleos coloniais eram áreas agrícolas nas quais os imigrantes viviam como pequenos proprietários. Esses núcleos apenas prosperaram nas regiões onde não havia plantações de café, como nos estados do sul e mesmo no vizinho estado do Espírito Santo. Nas regiões cafeeiras, como São Paulo e Minas, as terras disponíveis para colonização eram marginais e escassas e o fluxo migratório era preferencialmente destinado às plantações de café, já que os cafeicultores pressionavam para que o governo fornecesse os trabalhadores para as suas propriedades.

Do campo para a cidade

A presença dos imigrantes no campo contribuiu para a formação de dois novos segmentos sociais: os trabalhadores rurais assalariados e uma classe média. Os imigrantes tiveram um papel ativo no enfrentamento da autoridade dos fazendeiros, contra os maus tratos e outras violências perpetradas contra os trabalhadores e seus familiares. Sua presença desafiou a mentalidade escravocrata da elite mineira e também resultou na formação de uma classe média rural, constituída por pequenos e médios proprietários, oriunda de assentamentos coloniais e fruto da mobilidade social conquistada pelos próprios imigrantes.

Dos italianos que entraram em Minas em 1895 e entre 1897 e 1901, 71,7% foram encaminhados às fazendas de café, 12,4% seguiram para os centros urbanos, 1,6% foram para os núcleos coloniais, de 13,5% não se soube o paradeiro e 0,8% morreu nas hospedarias de imigrantes. Apesar do amplo predomínio do destino rural desses imigrantes, em pouco tempo a tendência foi se invertendo.

As condições nas fazendas de café mineiras eram árduas, pois predominava o sistema de parceria com o dono das terras e, muitas vezes, os italianos se viam obrigados a vender sua parcela da colheita para o próprio fazendeiro, que lhes pagava preço inferior ao de mercado. Além disso, a produção cafeeira não era constante, pois variava de preço e dependia da demanda internacional. E era difícil substituir o café por outros produtos agrícolas. Assim, muitos dos italianos abandonavam Minas Gerais após um período nas fazendas. Voltavam para a Itália ou se deslocavam para o Rio de Janeiro ou para São Paulo. Entre aqueles que não abandonaram o estado, muitos se deslocaram para os centros urbanos. Em 1913, estima-se que 30% dos italianos em Minas já habitavam zonas urbanas, exercendo atividades predominantemente comerciais (gêneros alimentícios, tecidos) ou como operários na indústria, no artesanato ou na construção civil.



Fazenda da Mata
Os colonos posam
para a foto em 1908.

Foto Pedro Rebello
Acervo Otávio Salles

Dos 77.483 imigrantes italianos estabelecidos em Minas até 1930, segundo estimativa feita por F. Campoli, cerca de 80% foram trabalhar nas fazendas de café da Zona da Mata e um terço desse total teria se estabelecido no Sul de Minas. Por um levantamento das cidades mineiras que mais receberam imigrantes italianos, feito pelo pesquisador Francisco Cenni, percebe-se que os municípios mais contemplados com outros núcleos de povoamento localizavam-se nas regiões mais desenvolvidas do estado. Em ordem de importância decrescente, essas regiões são: Juiz de Fora, Ubá e Rio Pomba, na Zona da Mata; Ouro Fino, Monte Santo e Poços de Caldas, no Sul de Minas; Conquista e Uberaba, no Triângulo Mineiro; e Belo Horizonte, Barbacena e São João del Rei, na região central.

Italianos em Jacutinga

Segundo o jornal *A Evolução*, o italiano Giuseppe Caponi, a esposa e o filho Domingo foram, em 1894, os primeiros imigrantes a chegarem a Jacutinga. No ano seguinte chegaram Giuseppe Ricetto e sua esposa Teresa. Muitos imigrantes italianos que se radicaram na cidade chegaram inicialmente ao vizinho município paulista de Espírito Santo do Pinhal, onde havia uma grande colônia italiana.

Para consumo próprio, algumas famílias italianas fabricavam vinho. Segundo relato de Antônio Bresci, o grande destaque foi o produtor Carlos Filippi, que ganhou medalha na Itália com vinho produzido em Jacutinga. Segundo dados do recenseamento de 1920, em Jacutinga havia 1.402 italianos, 215 espanhóis, 209 portugueses, sete sírios, seis austríacos, dois albaneses, um francês e um africano.

Os italianos que chegaram em Jacutinga ainda no século XIX trabalharam inicialmente na agricultura, especialmente nas fazendas de café. Destacaram-se muito no desenvolvimento da cidade e foram os primeiros a se estabelecer em diversos ramos comerciais. A formação das chamadas associações de socorro mútuo também foi parte importante da experiência migratória dos italianos no Brasil, desde as últimas duas décadas do período imperial. Assim como na Itália recém-unificada (1861), também nos destinos da imigração os italianos foram sujeitos ativos de processos associativos parecidos com os que estavam ocorrendo em suas regiões de origem.

Em 1905, cerca de dez anos depois da chegada dos Caponi e dos Ricetto a Jacutinga, foi fundado o Circolo Italiani Uniti. Em 1910, a entidade já tinha uma sede própria e em 1923, quando os fascistas já estavam no poder na Itália, anexou um terreno vizinho, possivelmente com dinheiro do Estado italiano. O Circolo de Jacutinga, como as associações de



Filippi e seu vinho
Em 1908, adega de
Carlo Filippi, cujo
vinho foi premiado
até na Itália.

*Foto Pedro Rebello
Acervo Otávio Salles*

outras cidades do planeta com grande presença de italianos, também era conhecido como *fascio* (que a imprensa local grafava, erradamente, *faccio*). A organização já se chamava oficialmente Sociedade Italiana de Mútuo Socorro e funcionava na Rua Silviano Brandão.

Um pacto de mútua proteção

Na década de 1890, no norte da Itália, já tinham aparecido associações de socorro mútuo entre camponeses. Por lá, a típica associação mutualista era sobretudo uma agremiação de trabalhadores fechada aos empresários. Tinha funções de assistência aos sócios, claro, mas também auxiliava os sindicatos em formação, colaborando com os grupos políticos republicanos, socialistas e, às vezes, anarquistas. Além disso, organizava e abrigava festas, encontros e reuniões de todo tipo — políticas, culturais, de lazer e esportivas, que incluíam também os trabalhadores não associados.

Na Itália, essas associações foram as primeiras a se apropriar da palavra *fascio* (plural *fasci*), que significa literalmente “feixe”, como num feixe de lenha, tendo o sentido figurativo de força através da união. Originalmente, o *fascio* era o símbolo da autoridade republicana na antiga Roma. Contudo, com a formação do primeiro governo de Benito Mussolini, em 1922, foram os fascistas que se apropriaram da palavra: o Estado italiano passou até a patrocinar a organização de novos *fasci* no exterior, com o principal objetivo de combater imigrantes italianos antifascistas. Ao tempo da II Guerra Mundial, os *fasci all'estero* (*fasci* no exterior) já reuniam 10 milhões de imigrantes italianos em todo o mundo.

O perfil e a dinâmica das primeiras associações italianas de trabalhadores transferiram-se também para as comunidades de italianos em formação no exterior, a partir de 1870 e até por volta de 1930, com as mesmas divisões, uniões, solidariedades e conflitos por motivos políticos, regionais e de classe. No entanto, diversamente do que ocorria na Itália, onde as associações de socorro mútuo eram fortemente ligadas ao mundo do trabalho, quase exclusivamente urbano, e organizadas por cidade, bairro ou ofício, nas coletividades de imigrantes a sociedade de socorro mútuo se fundava quase sempre na comum origem nacional. Ser italiano era o critério principal de agregação.

A esse critério nacional podiam ser acrescentados outros, que acabavam definindo melhor que tipo de associação aqueles imigrantes italianos estavam formando. Se era aberta a todos os italianos independentemente de sua origem regional, se era limitada aos italianos residentes naquela cidade ou em determinados bairros, quando se tratava de grandes cidades, e assim vai, até chegar a limites mais estreitos, como a estruturação por ofício e por província ou cidade italiana de origem.

Nascia, assim, o conceito de Sociedade Italiana de Mútuo Socorro (*Società Italiana di Mutuo Soccorso, SIMS*). Os princípios básicos dessas associações eram: a) o mútuo socorro; b) a proteção dos sócios nos diversos acidentes da vida e, sobretudo, em caso de doença e morte; c) a manutenção dos “vínculos de amor à Pátria distante”; e d) a solidariedade com as sociedades irmãs.

Era um pacto de mútua proteção contraído entre a associação e o sócio e regulamentado por uma carta de direitos e deveres, que era o próprio estatuto. Os sócios contribuíam por mês para receber em troca, fundamentalmente, assistência em casos de doença, que podia ser oferecida diretamente nas estruturas da sociedade, ou, com mais frequência, de forma indireta, por subsídio pecuniário. Em caso de necessidade de remédios, os sócios recebiam diretamente os medicamentos quando havia uma farmácia dentro da própria associação ou a esta ligada, ou um reembolso, se precisavam adquirir os remédios no mercado.

Escola para filhos de imigrantes

Aparentemente, em vez de priorizar atividades fascistas e antisindicalistas, como pretendia o Conselho Fascista do governo italiano a partir dos anos 1920, a associação de Jacutinga promovia atividades artísticas e culturais e atendia os italianos que necessitassem de qualquer ajuda. Ali, havia escola para os filhos de imigrantes, gabinete de leitura, saraus dançantes, exposições musicais e comemorações cívicas. Visando a servir primeiramente à colônia italiana residente na cidade, a sociedade também recebia todos os interessados nas atividades.

Grande parte das sociedades italianas foram fechadas e tiveram o funcionamento proibido depois que o Brasil declarou guerra às potências do Eixo em 1943. Com o fim da guerra, muitas retomaram as atividades e algumas permanecem em funcionamento até os dias atuais. Mas esse não é o caso do Circolo Italiani Uniti de Jacutinga: em 1951, o estado de Minas Gerais incorporou a sede da associação e, em 1957, doou o imóvel à Associação de Proteção à Criança. O mesmo imóvel foi vendido em 1990 para uma empresa, a Irmãos Guerreiro, e, em 1993, para particulares. Hoje funciona ali uma igreja evangélica.

Em compensação, desde 1997 existe a Associação Luchesi Toscani nel Mondo di Jacutinga, cuja ata de fundação tem 300 assinaturas de descendentes de italianos nascidos em Lucca, na Toscana —entre eles, Rafael José Cavaroli, um dos signatários. Com verbas do governo italiano, a associação já mandou muitos jovens para estudar italiano na Itália, com tudo pago, e mandou também idosos que ainda têm família por lá (nesse caso, só a passagem é paga).





Vindima

Zaira Filippi Bertucci, filha de Carlo Filippi, no vinhedo da família nos anos de 1920.

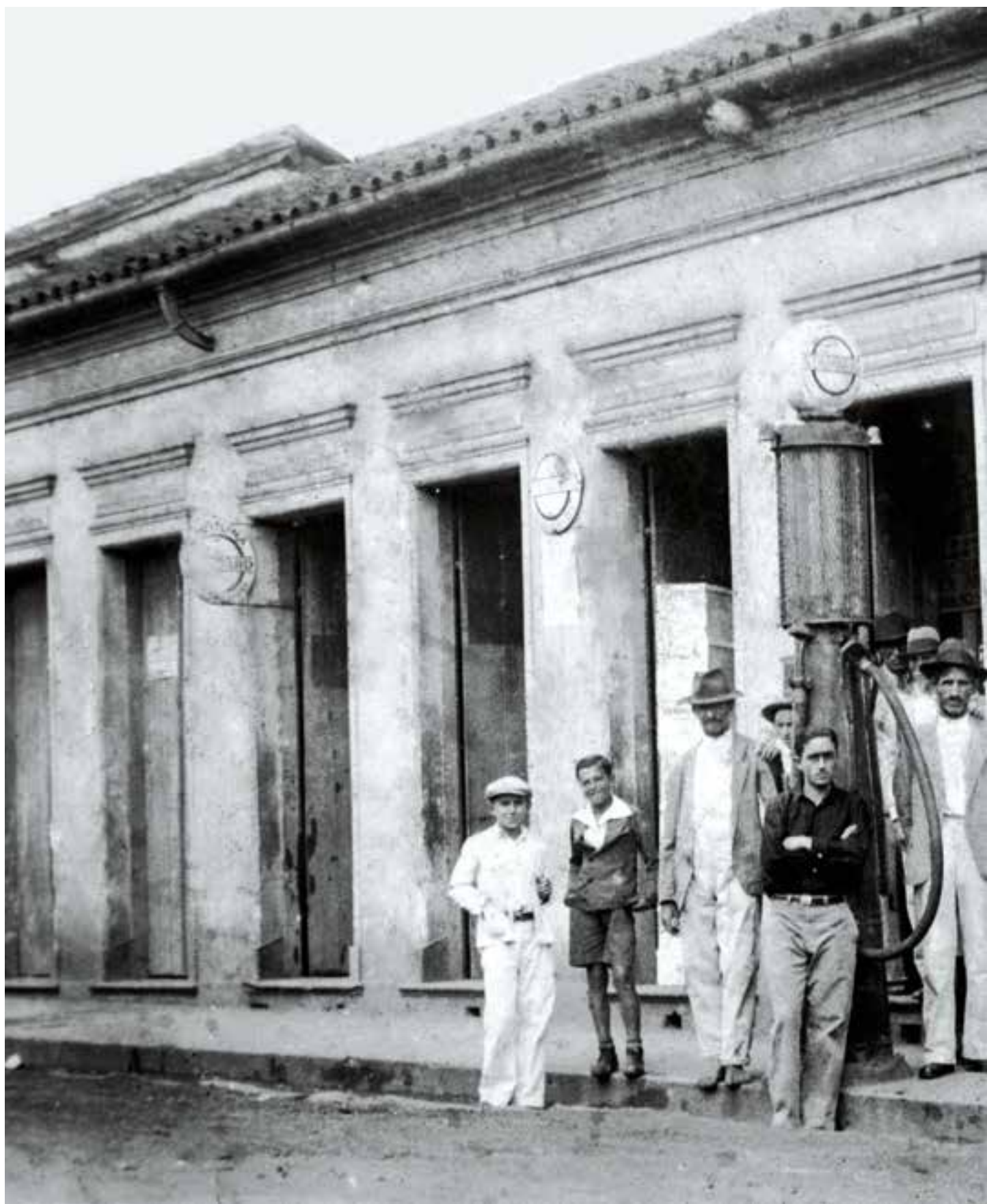
*Foto Alfredo Bertucci
Acervo Walter Bertucci*

Nos anos 1900, cuidados com o vinhedo de Pacífico Niccioli.

*Foto Pedro Rebello,
1908. Acervo Dé Bresci*

O comércio de Sebastião Bacci (*cercado pelos meninos*) nos anos de 1930, com Gino Cavarolli à frente de uma das poucas bombas de gasolina da cidade.
(pág. 74)

Acervo Paulo Pieroni







O café no Sul de Minas

Se nestas 54 freguesias do Sul de Minas a plantação excede de 19.529.000 pés, nas outras 50, em que o plantio de café está também desenvolvido, em quanto poderemos calculá-lo? Este fato já é um indício seguro do nosso progresso, e com satisfação verificaremos adiante que não se limita ao engrandecimento da lavoura a salutar modificação operada nas condições de nossa vida nestes últimos anos. (Almanaque Sul-Mineiro, 1884)

Há controvérsia sobre como o café chegou ao Sul de Minas. A verdade é que somente na década de 1880 a produção na região passaria a apresentar alguma expressão nas exportações totais da província. Nessas duas últimas décadas do século XIX, o café certamente tomou a paisagem da região, deixando de ser apenas mais uma cultura entre outras.

Ao que tudo indica, a expansão da cultura cafeeira no Sul de Minas ocorreu de forma lenta, em propriedades rurais que já se ocupavam do comércio dos itens tradicionais, como gado, fumo, toucinho, derivados da cana e queijos. Afinal, trata-se de um espaço de ocupação relativamente antigo e com fortes laços comerciais, dentro e fora da província.

É possível observar que a exportação de café dá um salto significativo em 1881 na região, enquanto as outras produções tradicionais perdem espaço. O sudoeste de Minas caminhou para uma especialização na cultura cafeeira, abandonando as demais lavouras, mas o extremo sul manteve a produção de mercadorias para o abastecimento interno. É conhecida a ascensão dessa elite sul-mineira por conta do abastecimento da corte desde o início do século XIX.

A chegada de ferrovias na região deu nova dinâmica ao comércio, antes dependente das tropas de burros. O gado e os porcos não precisavam mais, a partir de então, percorrer longas distâncias até os centros consumidores, preservando seu peso e evitando doenças comuns, pelo distante caminho. Café, milho, açúcar e fumo, entre outras mercadorias, não precisavam mais seguir no lombo das mulas, evitando perdas e reduzindo o tempo, o risco e o custo da viagem.

No início do século XX, as plantações de café estavam em plena atividade tanto em municípios fronteiriços com São Paulo, na região da Mogiana, como mais ao centro, em cidades como Machado, Três Pontas e Varginha. As estradas de ferro no sul de Minas —a Minas & Rio, a Sapucaí, a Muzambinho (integradas em 1910 como Rede Sul Mineira) e mais tarde a própria Mogiana, ao atravessar a Mantiqueira nos limites paulistas— garantiram a abertura e a viabilidade dessa fronteira.

O lavrador
Pedro Inácio
da Silva, 65 anos,
na Fazenda Lyria.
Foto Nívea Dias

Como a cultura do café só ganhou corpo no Sul de Minas ao longo da década de 1880, não enfrentou os problemas decorrentes da substituição da mão de obra escrava (a Lei Áurea foi sancionada em 13 de maio de 1888). Não que a região estivesse distante dos dilemas da escravidão: era a segunda região em número de escravos em Minas Gerais. Cidades como Campanha e Lavras eram centros com tradicionais e poderosas elites escravistas. Mas, considerando que a participação do Sul de Minas na produção de café do estado avançou somente ao longo do século XX, o peso da herança escravocrata na formação das fazendas de café foi menor do que aquele verificado na Zona da Mata.

O dilema no Sul de Minas foi outro: o café ascendeu como um potencial concorrente do espaço tradicional das culturas de arroz, milho e feijão, entre outros produtos.

Produção estimada de café, 1909-1910			
Localidade	saco de 60 kg	Localidade	saco de 60 kg
São Sebastião do Paraíso	187.500	Jacutinga	87.500
Monte Santo	125.000	Botelho/Caldas/Campestre	40.000
Guaranésia	125.000	Muzambinho	37.500
Guaxupé	100.000	Caracol/Santa Rita	37.500

Os 5 maiores municípios cafeeiros do Sul de Minas em 1920				
Município	População	Área total cult (ha)	Área ocupada café	Pés de café (mil.)
Monte Santo de Minas	30.572	27.241	21.670	16.252
São Sebastião do Paraíso	37.537	23.043	19.653	14.739
Jacutinga	20.615	14.603	11.084	8.313
Machado	29.357	14.569	10.127	7.595
Guaranésia	25.135	12.724	10.024	7.310
Total	1.057.734	399.178	158.066	118.689

Fonte: Relatórios da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro

A década de 1920 consolidou um novo padrão de atividade econômica no Sul de Minas. Após mais de uma geração da introdução e disseminação da agricultura cafeeira na região, ficou claro que certos municípios eram fundamentalmente cafeeiros. Alguns deles ainda hoje sustentam a condição de produtores representativos do café comercializado dentro e fora do Brasil.

Café, cereais e batatas

Não houve, no entanto, uma dispersão homogênea da nova atividade econômica. Outras cidades do Sul de Minas mantiveram seu apego à produção de gêneros de abastecimento, garantindo uma pauta de exportação bastante diversificada e com fortes laços com os centros consumidores, tanto do Rio de Janeiro como de São Paulo.

Os cereais, que em quilos transportados chegaram a ultrapassar o café em 1908, eram os quatro elementos de produção significativa no Sul de Minas até 1910: milho, feijão, arroz e, a novidade, batatas. Segundo os relatórios da Ferrovia Minas & Rio, a batata, embora com receita menor que a da exportação de água mineral, em quilos figurava em terceiro, sendo algumas vezes em segundo ou até mesmo em primeiro entre os produtos transportados, atrás apenas do café.

Em 1920, os 8.313.250 de pés de café plantados em Jacutinga ocupavam uma área de 11.084 hectares, o que correspondia a 7,01% da área total cultivada com café no Sul de Minas. Como curiosidade, no mesmo ano, Jacutinga produziu um hectare de trigo, o que correspondia a 2,41% da área cultivada com esse cereal no Sul de Minas.

Ao longo da segunda metade do século XIX, a produção de café assumiu papel de destaque nas receitas das exportações brasileiras, ao mesmo tempo em que possibilitava um ambiente favorável para a emergência de novas atividades. O economista Celso Furtado apontou que “o fato de maior relevância ocorrido na economia brasileira no último quartel do século XIX”, reflexo do desenvolvimento da economia cafeeira, foi o aumento do setor assalariado e da produtividade da economia.

O assalariamento, elemento decisivo na monetarização da sociedade, na multiplicação da renda e dos negócios e na formação de um mercado interno, foi reforçado pela literatura como o ponto nevrálgico na sedimentação de uma economia capitalista no país. O fim do século XIX foi também o período em que o país aboliu a escravidão e ampliou sua relação com o mercado internacional — não somente exportando café e borracha, mas recebendo também produtos e capital — e caminhou a passos largos para um processo de urbanização de determinadas regiões.

Fazenda e tropeiros

Fazenda São José em 1908. Os irmãos Marcelo e Fernando Pioli estão, hoje, restaurando os imóveis. (pág. 80)

Em 1908, tropeiros à frente da máquina de beneficiar café de Francisco Rubim, que aparece de terno preto, na primeira porta à esq. (pág. 82)

Fotos Pedro Rebello
Acervo Otávio Salles









Aqui, como em São Paulo, a política de imigração foi pensada com um duplo propósito: prover trabalhadores para as fazendas de café e promover a colonização de áreas pouco povoadas ou não exploradas. No setor agrícola, a contribuição dos imigrantes italianos no desenvolvimento da agricultura comercial se dá de quatro maneiras principais: como assalariados e meeiros nas fazendas de café, como produtores autônomos de café, na produção de alimentos para o mercado interno e no desenvolvimento agrícola do estado. A produção de café reestruturou, ao longo dos séculos XIX e XX, a economia e as finanças públicas mineiras, que vinham em declínio desde o fim do Ciclo do Ouro. Em 1818-19, o café representava apenas 3% das exportações mineiras.

Crise e “reconstrução”

Na década de 1850, era o principal produto de exportação e o imposto proveniente do café representava 49% do total exportado. No quinquênio 1885-89, esse porcentual de imposto subiu para 80%, devido ao aumento da produção e da exportação de café e do seu preço no mercado internacional. De 1889 a 1930, o café contribuiu com quantia igual ou superior a 65% dos impostos sobre produtos exportados. Mas a crise que começou em 1896 contribuiu, nos anos posteriores, para fechar fazendas e reduzir a população rural de Jacutinga.

O país viveu uma crise prolongada no setor cafeeiro devido à superprodução e à queda do preço do café no mercado internacional. Iniciada em 1896, a crise se manteve até 1910. A saca do café exportado pelo Brasil caiu de 3,30 libras em 1895 para 1,49 libras em 1898. Depois de uma ligeira alta em 1899, o preço da saca voltou a cair para 2,06 libras em 1900, mantendo-se abaixo de 2,00 libras até 1910. Essa crise agravou o efeito econômico da diferença em produtividade nos cafezais novos e velhos. Estes acabaram sendo abandonados, devido aos altos custos e à baixa rentabilidade. A região mais atingida foi a Zona da Mata e a produção se concentrou no sul, onde os cafezais eram relativamente mais novos.

Para estancar a crise geral da economia e do café, principal produto de exportação do Brasil, o governo resolveu organizar um grande evento em 1903, o Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais. Reuniu a elite mineira representativa dos três setores econômicos mais importantes para discutir a natureza da crise e procurar alternativas para retomar o crescimento. Nessa época, o governo e a elite mineira estavam profundamente preocupados com a “perda de substância” da sua economia devido ao peso negativo da herança colonial, à dependência excessiva do setor primário e ao caráter tributário interno de sua economia, não mais em relação à metrópole, mas em relação ao Rio de

Janeiro e a São Paulo, que se apropriavam de parte dos recursos gerados por meio do controle do comércio de exportação e importação. A grande ênfase era na “reconstrução econômica”, fazendo-se alusão ao estrago provocado na economia pela abolição e pela crise do café. O Congresso teve uma grande influência posterior na política mineira e brasileira. Legitimou a atuação do Estado como promotor do desenvolvimento em complemento à iniciativa privada.

Quando a crise se abateu sobre Jacutinga, sua população rural diminuiu. Em um processo lento, fazendas como Córrego Grande, da Mata e Azul, que tinham entre 60 e 80 famílias de colonos, se esvaziaram. As pessoas foram colonizar o Paraná ou se mudaram para a área urbana das grandes cidades da região (Campinas, Jundiaí, São Paulo). O café perdeu peso na economia da cidade. Em 1920, de acordo com o Censo do IBGE, havia 16,2 mil habitantes na área rural do município (e 4,4 mil na urbana). Em 1950, eram 12 mil os da área rural e 3,7 mil os da área urbana. A produção de café, que em 1920 ocupava 11,8 mil hectares, em 2016 cobria apenas 3,8 mil hectares, também de acordo com o IBGE.

Jacutinga não é mais um município agrícola. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somente R\$ 32,7 milhões foram agregados pela agropecuária ao PIB do município em 2016, comparados com R\$ 118 milhões da indústria e R\$ 203,7 milhões do setor de serviços. Isso não significa que não se plante mais café e nem que ele tenha perdido sua primazia na área rural do município. Ao contrário, ainda é o principal produto agrícola do município.

Os cafezais de Jacutinga

Hoje, de acordo com a Cooperativa Agropecuária de Jacutinga (Coapeja), o café é responsável por 57% da produção agropecuária do município, muito mais que a participação dos bovinos, a segunda maior, com 18%. “No passado, o café girava a economia de Jacutinga”, rememora Cássio Stecca, produtor de café e diretor-presidente da Coapeja. “Com a entrada da malharia foi diversificando, o que é salutar, uma cidade não pode viver só de uma fonte de renda.”

A maior parte da produção, que deve ser de 90 mil sacas na safra 2018/2019, é feita pela agricultura familiar e por pequenos produtores, que devem colher 60 mil sacas, informa a Coapeja. Médios e grandes produtores devem colher 30 mil sacas. Para comparar com o gigantismo da produção brasileira: de acordo com a Organização Internacional do Café, o país colheu 55 milhões de sacas na safra 2017/2018, das quais 31,58 milhões foram exportadas. A produção mundial foi de 158,93 milhões de sacas. O Brasil é o maior produtor e exportador mundial.

Grandes produtores como os irmãos e sócios Fernando e Marcelo Pioli colhem, nos 180 hectares das fazendas São José e Lyria, oito mil sacas por ano. Stecca, da Coapeja, é um produtor médio e colhe 800 sacas por ano, nas fazendas Itapeva e Floresta, em cerca de 80 hectares. Em 2009 e 2010, quando o preço do café estava em baixa, muitas fazendas do Sul de Minas largaram o café para plantar milho ou eucalipto. “Meu maior desafio foi renovar a lavoura, diz Stecca. “Este ano vou ter uma boa produção, com toda a lavoura reformada.”

Já Nelson Inácio, que produz cerca de 180 sacas por ano em oito hectares, no distrito de Sapucaí, é um pequeno produtor. Todo o trabalho em sua lavoura é feito manualmente, durante o ano por Inácio e mais um funcionário, na safra com o reforço de três empregados. Seu café tem como atividade consorciada o milho e o feijão, para consumo da família. Também é manual a produção dos cinco membros da família de Roberto Crochiquia, que plantam e colhem cerca de 250 sacas de café por ano. Eles são um exemplo de agricultores familiares. “É como o ouro, tudo o que tenho é graças ao café”, diz Crochiquia.

O diretor da Coapeja conta que famílias envolvidas com malharia também plantam café, uma tradição herdada de pais e avós. É só ver os sobrenomes dos maiores produtores e reparar que, nos demais capítulos deste livro, eles aparecem em muitos momentos da história da cidade: Sarah Prado Bartholomei; irmãos Marcelo e Fernando Pioli; Antônio Carlos Prado Bartholomei; Celso Nunes; irmãos Luiz Carlos e José Carlos Viotti; e Fernando Rennó.

“Geralmente a mulher produz o tricô e o homem cuida da lavoura de café”, explica Stecca. Hoje, muitos filhos não se interessam pela agricultura e investem na malharia, mas, em pelo menos um caso, acontece o contrário. Na família de Geraldo Docema, que nasceu “no meio do café” plantado há décadas por pais e avós e é dono da Fazenda Bela Vista, a filha Thais, de 20 anos, preferiu parar de estudar para trabalhar com o pai. É ela que administra a Docema's Coffee e é responsável pela venda em todo o estado de Minas.

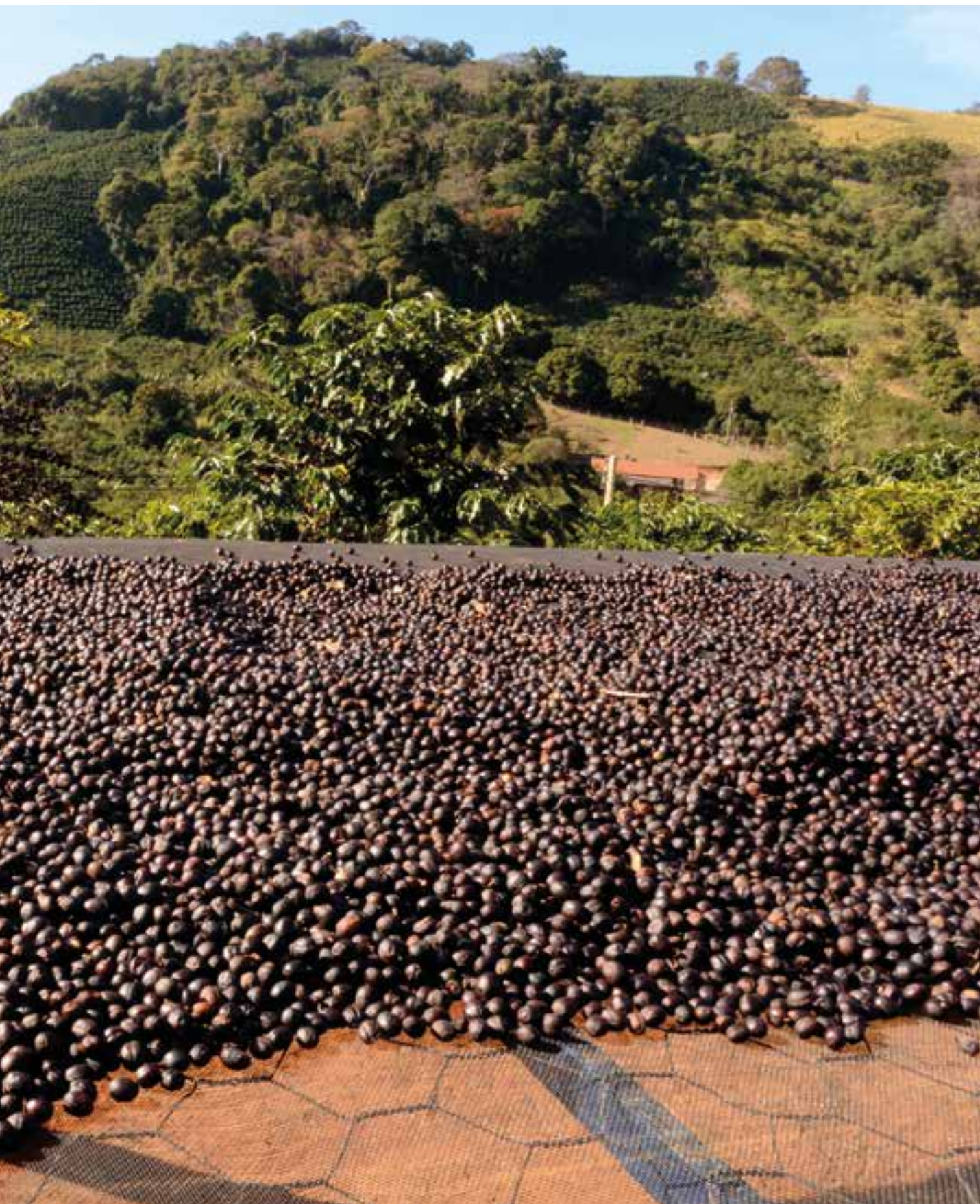
A Fazenda Bela Vista produz 700 sacas por ano em 18 hectares e se diferencia das demais porque foi a primeira a produzir café fino (algumas pessoas chamam de café *gourmet*) em Jacutinga. Começou em 2009, quando o preço do café estava muito baixo e a saída foi agregar mais valor ao produto. Hoje, metade da produção da Bela Vista é de café fino. A classificação do café é feita a partir de amostras de 300 gramas e de acordo com uma série de critérios: a cor e o tamanho dos grãos, defeitos e impurezas encontrados na amostra, sua torração e a qualidade da bebida. Na tabela de classificação, a melhor pontuação é 100. A partir de 82 pontos, o café é considerado fino. O café da Docema's tem 85 pontos.

Diz Docema: “O preço do café estava lá em baixo e ficou muito difícil. Então resolvemos vender o café já torrado para agregar valor ao produto, cerca de 30% a mais. Todo o nosso café é beneficiado”. O valor do café já torrado e empacotado dobra. “Temos 100% de valorização do produto”, acrescenta. Isso exigiu alto investimento em máquinas. Exigiu mais cuidado na produção e um processo de secagem mais uniforme, como o obtido com terreiros de secagem suspensos. O café nesses terreiros precisa ser movido cerca de 15 vezes ao dia. Quando os grãos são colhidos, não podem ficar no chão, para não correr o risco de fermentarem.

Também nas fazendas dos irmãos Pioli se produz café fino, além de uvas Sirah, Cabernet Sauvignon e Pinot Noir. Mas em proporção menor, de 10% da produção. Jacutinga produz cerca de cinco mil sacas de café fino por ano. A meta da Coapeja, para os próximos três anos, é aumentar a produção de café fino para 15 mil sacas, em sua maior parte por pequenos produtores.

Café fino
Terreiro suspenso
para produção
do café fino
Docema, na
Fazenda Bela Vista.
(pág. 88)
Foto Nívea Dias







Acampamento das forças policiais
públicas, sob o comando do coronel
Benedito Vargas, no estado
de São Paulo.



O major Faria, com-
mandante do 1º Ba-
tallão do 4º B. I.,
durante um serviço
em linhas avan-
çadas de São Paulo.

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO NO "FRONT" MINEIRO



Frações abastecidas pela bagagem
das forças governistas, em
São Paulo.

Paulistas versus federalistas

Houve um tempo em que grandes cafeicultores e pecuaristas paulistas e mineiros mandavam no Brasil. Sediado no Rio de Janeiro, o governo federal que se instalou ali com a proclamação da República, em 1889, governava para São Paulo e Minas. O resto era só isso: resto. Essa República Velha (1889-1930), apelidada de república do café-com-leite, terminou com a revolução que levou o gaúcho Getúlio Vargas ao poder em 1930. Além de se concentrar na reorganização do Estado (e das muitas dívidas públicas acumuladas pelos governos anteriores), o governo provisório de Vargas também montou uma comissão para escrever um projeto de nova Constituição.

Mas a demora para convocar a Assembleia Constituinte gerou muita insatisfação entre os paulistas, que passaram a levar suas queixas para as ruas. Em maio de 1932, durante um ato político no centro da capital paulista, a polícia reprimiu duramente a manifestação, matando quatro jovens que ficaram conhecidos por suas iniciais: MMDC, de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. A elite paulista capitalizou a revolta com as mortes e, em 9 de julho daquele ano, eclodiu uma rebelião armada contra o governo federal. Era a Revolução Constitucionalista de 1932.

O conflito durou 82 dias, até outubro de 1932, e teve três grandes frentes de batalha: o Paraná, o Vale do Paraíba e a chamada Frente Leste, na divisa entre São Paulo e Minas. Não houve combates na área urbana de Jacutinga, mas a cidade era um ponto estratégico: por ela passava a única linha ferroviária a ligar o leste paulista à região mineira da Mogiana e, também, a única linha de telégrafo, fundamental para a comunicação entre o revolta dos paulistas comando das tropas e o Rio de Janeiro, então capital do país.

Jacutinga ocupada

Logo no início do conflito, os batalhões paulistas seguiram para essa região e tiveram seu batismo de fogo na primeira semana de guerra. O Batalhão Paes Leme era formado por voluntários e uma de suas companhias foi comandada pelo tenente Fernão Salles, empresário e fazendeiro de Campinas, cuja família frequentava a alta sociedade paulistana. Juntamente com outras companhias, a de Salles tomou algumas cidades na divisa com Minas, sob ordens do capitão Antônio Pietscher. As tropas federais, antecipando um ataque, haviam cortado as linhas da estrada de ferro e destruído os pontilhões, a fim de evitar o avanço das forças paulistas. Que, por sua vez, repuseram os trilhos e foram avançando assim mesmo, na tentativa de tomar Pouso Alegre.

"Front" mineiro
Acampamento
e trincheiras
das forças
comandadas pelo
irmão de Getúlio,
Benjamin Vargas,
nos arredores de
Jacutinga.

*Foto Revista
"A Noite Ilustrada".
Biblioteca Pública
Estadual de
Minas Gerais*



Guerra e traição

Uma trincheira das
forças federalistas
em Jacutinga.

*Foto Revista
"A Noite Ilustrada".
Biblioteca Pública
Estadual de
Minas Gerais*

O delegado Rubim
à frente, de *paletó
branco* e o espião
Pinheiro: acordo
para entregar
a cidade?

*Arquivo Público
Mineiro*



As tropas paulistas passaram por Jacutinga em direção a Ouro Fino, onde marcharam triunfalmente em 13 de julho. Seguiram mais à frente e foram rechaçadas. Então, recuaram para a fronteira entre Minas e São Paulo, onde se entrincheiraram até a rendição. Na tarde de 20 de julho, os paulistas foram repelidos por fuzilaria e artilharia das tropas federais vindas de Pouso Alegre, à altura de Borda da Mata. Esta batalha terminou com o recuo dos paulistas para Eleutério e resultou na morte de dezenas de soldados. Os paulistas improvisaram a sua defesa, em um combate que durou até a manhã de 21 de julho. Neste combate, morreu Fernão Salles.

Na frente mineira, bairros e distritos de Jacutinga foram palco de combates. As tropas federais e mineiras ficaram instaladas no município e as paulistas em Itapira. O bairro São Luís foi local de passagem de tropas legalistas. Ali ocorreram bombardeios aéreos. A Fazenda São José, no bairro Machados, foi ponto de concentração das tropas federalistas da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. O bairro de Sapucaí, onde fica o prédio da antiga estação, foi local de intensos combates.

Prefeito jacutinguense

Ao final de setembro de 1932, as cidades paulistas próximas à divisa com Minas Gerais já estavam ocupadas pelas tropas leais a Getúlio Vargas e os paulistas recuaram sua linha defensiva para os arredores da cidade de Campinas. Isolados economicamente e sem apoio de outros estados, em outubro de 1932 —apenas três meses depois do início das batalhas— os paulistas anunciaram a rendição. Vargas nomeou um interventor paulista para o estado e um novo prefeito para Jacutinga, Floriano Saretti, o primeiro jacutinguense a ocupar o cargo. No ano seguinte, convocou eleições para a formação da Assembleia Constituinte.

Segundo as estimativas oficiais, a Revolução de 1932 causou 624 mortes, sendo a grande maioria de soldados paulistas. Uma foto não datada no Arquivo Público Mineiro mostra o delegado de Polícia de Jacutinga na época, João Rubim, posando para uma foto com o advogado Abílio Pinheiro, ambos cercados por presos da cadeia local, que também posam. Pinheiro era um emissário dos revoltosos paulistas.

A visita ao delegado, a permissão para fotografar o encontro e a entrada, em seguida, das tropas paulistas na cidade sugerem que houve algum tipo de acordo entre o delegado mineiro e o advogado paulista. A foto foi utilizada no processo de demissão do delegado Rubim. De acordo com a legenda original da fotografia, Pinheiro participou da organização das forças paulistas nas incursões a Jacutinga e Pouso Alegre.

Outubro de 1932
Chegada triunfal
de Floriano Saretti,
nomeado prefeito
de Jacutinga
quando terminaram
os combates,
com vitória do
governo federal.
(pág. 94)

Foto Adolfo Ariza
Acervo Maria
José Grossi







Da biquinha do Abel à água engarrafada

...uma pitição assignada para mandar intimar o cidadão João Américo Ferreira Salles para dar entrada franca para denominada biquinha, fonte esta que tem servido de utilidade pública ficando hoje o público prejudicado por ter o dicto cidadão João Américo Ferreira Salles fusado com taipa.

(Petição apresentada à Câmara Municipal de Jacutinga pelo presidente do conselho distrital, Antônio Gomes Correa, em 25 de fevereiro de 1893)

Foram os antigos romanos que descobriram os bons efeitos para a saúde de certas águas minerais —ou mesmo de simples banhos de imersão. Durante a Idade Média, o hábito foi abandonado, mas renasceu aos poucos a partir do século XVII, em estâncias hidrominerais como Bourbon e Vichy, na França, ou Bath, na Inglaterra. Essas primeiras estâncias europeias, devidamente equipadas com hotéis de luxo e serviços de todo tipo, eram redutos da aristocracia. Só no século XIX o bom hábito começou a contaminar o resto da sociedade.

Cidades inteiras foram edificadas com a promessa da cura milagrosa pela água. Com o tempo, as águas minerais caíram no gosto também da elite brasileira do século XIX e impulsionaram o turismo em cidades-estâncias, que experimentaram grande desenvolvimento com o afluxo de visitantes. Muitas delas surgiram em Minas Gerais, onde a profusão de fontes de água mineral era notória desde o século XVIII: a região de Campos de Caldas, por exemplo, já tinha relatos sobre os poderes de suas águas sulfurosas desde 1772.

Embora fosse um lugar perdido entre as capitânicas de Minas Gerais e São Paulo, a descoberta das fontes de água mineral transformou a região. Ali surgiram Poços de Caldas, Araxá, Caxambu, Cambuquira, São Lourenço e Leopoldina, que adequaram sua infraestrutura para receber os visitantes e não se limitaram a comercializar as águas minerais. Na Poços de Caldas de 1870, por exemplo, já estavam em curso as obras para a construção de um balneário.

Era esse o cenário que os vereadores de Jacutinga contemplavam quando celebraram a descoberta de águas radioativas no município, numa sessão de 15 de julho de 1940, conforme registra a ata: “As águas dos senhores Clemente Cataldi, João E. Pereira e as da prefeitura (...) podem, portanto, sem boa vontade e sem favores, ser consideradas como radioativas. Abrem, para Jacutinga, rumos novos e perspectivas lisonjeiras com a verificação da existência de águas minerais em seu solo”.

A fonte em 1932
Clemente Cataldi
(sentado), Sebastião
Caçapava (com
o garrafão), Eni
Saretti (de vestido
branco com bolsos)
e Augusto Wolf
(centro, olhando
para a esq.).
Acervo Sandra Cataldi

As águas eram radioativas mesmo: a radioatividade variava de 6,34 a 8,24 unidades maché, conforme noticiou *A Gazeta de Jacutinga* à época, quando se acreditava que água radioativa era sinônimo de “água milagrosa para curar moléstias”. A notícia sobre essa sessão da Câmara em 1940 falava em “grandiosos planos”: “Impõe-se a construção de um hotel que deverá servir às fontes.” Naquele momento, diz o jornal, não havia na cidade nem hotel, nem instalações para engarrafamento ou qualquer outro processo de beneficiamento das águas radioativas de Jacutinga.

Ao contrário dos vereadores de 1893, que exigiam o acesso público a uma fonte privada, nota-se que os de 1940 não estavam preocupados com o abastecimento de água. Acreditavam que Jacutinga podia enriquecer com base em suas fontes e se tornar, de fato, um balneário bem sucedido. Já não existe a “biquinha do Abel”, sucessora daquela mencionada na epígrafe desta seção. A propriedade acabou nas mãos de Clemente Cataldi, que deu o próprio nome a uma das nascentes e o de sua mulher, Sophia, à outra. As nascentes passaram a ser chamadas de São Clemente e Santa Sophia.

Estância hidromineral

Em 1937, o prefeito Floriano Saretti contratou engenheiros para analisar as águas de Jacutinga. Quando Clemente morreu em 1940, sua viúva seguiu os conselhos do prefeito, que era também farmacêutico, e vendeu as terras para Primo Raffaelli, comerciante de café e dono de uma grande cerâmica, que foi prefeito da cidade entre 1959 e 1963. Uma das primeiras providências do novo proprietário foi adotar o nome de Fonte São Clemente para as duas nascentes, em homenagem ao finado.

Em 17 de maio de 1950, enfim, a cidade conseguiu o título de estância hidromineral, inaugurada oficialmente sete anos depois como Estância Hidromineral de Jacutinga. A cerimônia foi justamente na São Clemente, com a presença de autoridades, parlamentares e até o pároco, todos “maravilhados com a localização da fonte e a beleza do ajardinamento”. A água mineral da Fonte São Clemente, que jorra 36 mil litros por dia, é engarrafada e vendida desde 1952, inicialmente como Águas Radioativas Jacutinga e hoje com a marca Jacutinga Saúde. De acordo com *A Gazeta*, em fevereiro de 1954 a fonte já estava “em franca exploração”, envolvendo “modelares aparelhagens para gaseificação e engarrafamento”. O jornal expressava a esperança de “transformar nossa cidade na mais aprazível estância mineira”.

Em 1957, de olho nessa meta, Raffaelli construiu e inaugurou o Parque das Águas, que hoje se chama apenas Fonte São Clemente e continua sendo propriedade privada, embora aberta ao público. A fonte,

suas instalações industriais, o Hotel Parque das Primaveras (cuja piscina é abastecida com água da fonte) e o Parque Primo Raffaelli formam e constituem um dos principais pontos turísticos da cidade.

A construção do hotel só teve início em 1962 por iniciativa de um grupo de acionistas que comprou o terreno da família Sebusiani. A obra ficou parada até 1975, quando Oswaldo Urbano, empresário de Campinas, comprou o edifício e finalizou a construção. Em 1º de dezembro de 1975 foi inaugurado o Hotel Estância de Jacutinga. Em 1981, o empresário Rodolfo Rohr, que já tinha outro hotel em Caldas Novas, adquiriu o imóvel e mudou o nome para Hotel Parque das Primaveras. Hoje, o hotel pertence ao empresário jacutinguense Roberto Sartori.

No parque, há um lago municipal com pista de caminhada e bicicleta, pista de skate, campo de bocha, quadras, piscina e uma academia ao ar livre, além de um parquinho infantil. Em recente reunião, o Conselho de Turismo da cidade foi comunicado que estava em andamento um projeto de reforma do lago, que seria fechado por um alambrado e teria pista de caminhada emborrachada, pista de bicicleta asfaltada e quiosques.

A São Clemente foi a única fonte que teve o turismo como proposta. As outras três fontes do município apenas extraem e comercializam a água. Num sítio a oito quilômetros do centro de Jacutinga, dentro de uma Área de Preservação Ambiental (APA), fica a fonte Serra de Minas, da família Vasconcelos, que engarrafa e vende a água com o mesmo nome da fonte. Desde 1997, a empresa La Água, cuja sede comercial fica em Campinas, extrai seu produto da fonte da Chácara Recanto Feliz, no bairro Alegria, em Jacutinga. Finalmente, em 2008, chegou à cidade a multinacional francesa Danone, controladora da CPN Mineração, que extrai de Jacutinga a água da marca Bonafont.

Os “grandiosos planos” imaginados pela *Gazeta de Jacutinga* em 1950 resultaram apenas em quatro empresas privadas, uma delas multinacional. Ao contrário de Tiradentes, onde recursos públicos foram alocados para criar a estância, em Jacutinga a iniciativa ficou totalmente a cargo de particulares. A esperança inicial de gerar renda, emprego e fluxo de turistas, com benefícios para toda a comunidade, resultou apenas na extração de um recurso natural por empresas privadas, que se limitam a engarrafar e comercializar as águas.

Obra parada

Vista aérea da Fonte São Clemente e da obra paralisada do Hotel Estância (atual Parque das Primaveras), nos anos de 1960. (pág. 100)

Acervo Mireille Melo





Ouro, pássaro, lugares: há outras jacutingas.

Em tupi-guarani, *yá-cu*, palavra que parece reproduzir o som do canto da ave, significa “comedor de sementes”. Mas *yá-cu-tinga* significa jacu branco, por causa das penas brancas na cabeça e nas asas da espécie comum no brejo jacutinguense. No entanto, o nome da ave não é o único significado dicionarizado da palavra. Jacutinga veio a designar também um tipo de minério de ferro que, muitas vezes, está associado ao ouro. Além disso, dá nome a outras duas cidades brasileiras.

O pássaro

A jacutinga é uma das aves mais exuberantes da Mata Atlântica. Tem uma plumagem negra brilhante, com manchas brancas nas asas e penas igualmente brancas no alto da cabeça, que são bastante alongadas e eriçáveis (são chamadas píleo). A face é toda emplumada de negro, com círculos brancos ao redor dos olhos. A base do bico é azulada e a barbel, com pouquíssimas penas, é vermelha em sua porção posterior, enquanto que a anterior é dividida em uma área lilás superior e outra azul brilhante, inferior.

Essa ave típica da fauna brasileira é considerada em perigo de extinção. Originalmente, era endêmica da Mata Atlântica, ocorrendo do sul da Bahia até o Rio Grande do Sul, o Paraguai e o norte da Argentina. No Rio de Janeiro, no Espírito Santo e no sul da Bahia, a espécie já foi extinta, devido aos desmatamentos e à caça indiscriminada.

Helmut Sick, ornitólogo alemão naturalizado brasileiro, constatou em 1985 que a jacutinga “era encontrada na região da Serra do Mar em qualquer altitude, em locais acidentados, semeados de rochas e cobertos por mata espessa, onde nidificava”. Hoje, a jacutinga só é encontrada em áreas protegidas da Mata Atlântica, como os parques da Serra do Mar, Carlos Botelho, Intervales e Ilhabela, no Estado de São Paulo. A população atual da espécie é estimada em cerca de 2 mil indivíduos.



Classe: Aves
Ordem: Galliformes
Família: Cracidae
Nome científico: *Aburria jacutinga*
Nome popular: Jacutinga
Categoria: Em perigo de extinção
Foto Erni/Shutterstock

A mina de ouro

Claude Henri Gorceix, fundador da Escola de Minas de Ouro Preto, já se referia em 1889 ao itabirito aurífero. Também conhecido como jacutinga, sua característica maior é a ocorrência do ouro em grossos e visíveis cordões amarelos, com alguns centímetros de espessura se destacando junto à rocha escura. Outra característica é a grande produtividade das minas deste tipo. Para Gorceix, esta era uma jazida especial e típica do Brasil.

Em um manuscrito dos anos de 1810, intitulado *Memória Descritiva da Província de Minas Gerais*, do acervo da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, o Barão de Eschwege descreve a exploração de ouro em Itabira:

“...as lavras de ouro do arraial de Itabira do Mato Dentro são célebres e dão ocupação a 600 escravos a época que visitei. As espécies de montanha são as mesmas com as perto de Ouro Preto. Acha-se lá na formação de jacutinga (achisto micáceo ferroso) placas de ouro das quais a maior pesava $\frac{1}{2}$ libra”.

Glossário

Jacutinga: Minério de ferro hematítico, coberto ou cheio de pó, friável (que pode se esfarelar) e, em geral, aurífero.

Itabirito aurífero: Nas jacutingas atravessadas por filões de quartzo, acontece impregnação de ouro. É o chamado itabirito aurífero, uma mistura xistosa de quartzo de grãos finos e ferro especular, com até 50% de teor de ferro. O ouro se encontra em palhetas e cordões grossos disseminados na massa de quartzo e ferro.

Grupiara: O local de ocorrência da jacutinga, também chamada guapiara ou gupiara. Terreno próprio para lavra de ouro. Cascalho aurífero disposto em camadas inclinadas nas vertentes dos montes.



As cidades

♦ Santa Rita de Jacutinga (MG)

A Cidade das Cachoeiras, como é conhecida, se destaca pelo turismo rural, com diversas trilhas e locais que possibilitam desde descanso até a prática de esportes como rapel e *rafting*. Tem atrações turísticas de valor cultural ou histórico, como sedes de fazenda construídas no século XVIII, que remontam ao tempo da escravidão e do café. Santa Rita de Jacutinga fica na mesorregião da Zona da Mata mineira e na microrregião de Juiz de Fora, a 370 quilômetros de Belo Horizonte e a 437 quilômetros de Jacutinga.

Os 400 km² do município estão inseridos na vegetação de Mata Atlântica, com uma zona urbana de apenas 0,3682 km². Em 2017, a população era de 5.043 habitantes, 75,5% dos quais viviam na cidade, que tem uma temperatura média anual de 20,7°C. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Santa Rita de Jacutinga é de 0,736, considerado como médio em relação ao estado.

♦ Jacutinga (RS)

Em 1891, o barão alemão Maurice de Hirsch fundou a Associação de Colonização Judaica (JCA, na sigla em inglês, ou ICA, na sigla em ídiche), com sede em Londres, para ajudar judeus russos e romenos a fugir de perseguições e a criar assentamentos agrícolas na Argentina, depois também no Brasil, nos Estados Unidos, no Canadá, na Turquia e na Palestina. A partir de 1899, um outro barão, o banqueiro francês Edmond de Rothschild, um de seus maiores benfeitores, já estava praticamente no controle da organização, que hoje atua somente em Israel.

Para cumprir seus objetivos, a entidade comprou terras por toda parte. Aqui, o governo federal mandou entregar à JCA (talvez vender?) a Fazenda Quatro Irmãos, no noroeste do Rio Grande do Sul, que era, de fato, propriedade de quatro irmãos: Clementino, David, José Gaspar e Antônio Santos Pacheco. Tanto os moradores como os tropeiros que passavam pela então Vila dos Quatro Irmãos referiam-se a ela como Jacutinga, devido ao grande número dessas aves por ali.

A vila virou distrito de Erechim em 1952 e município de Jacutinga em 1964. Os primeiros colonos exploravam o pinho. Hoje, graças ao investimento feito por agricultores da região em silos para armazenamento de cereais, o município tem também indústrias de balas, móveis e camisas, entre outras. A 395 quilômetros de Porto Alegre, capital do estado, a Jacutinga gaúcha tem uma área de 193,89 km² e uma altitude média de 650 m. Em 2016, tinha 3.709 habitantes.

Ouro, pássaro, lugares: há outras jacutingas.

Em tupi-guarani, *yá-cu*, palavra que parece reproduzir o som do canto da ave, significa “comedor de sementes”. Mas *yá-cu-tinga* significa jacu branco, por causa das penas brancas na cabeça e nas asas da espécie comum no brejo jacutinguense. No entanto, o nome da ave não é o único significado dicionarizado da palavra. Jacutinga veio a designar também um tipo de minério de ferro que, muitas vezes, está associado ao ouro. Além disso, dá nome a outras duas cidades brasileiras.

O pássaro

A jacutinga é uma das aves mais exuberantes da Mata Atlântica. Tem uma plumagem negra brilhante, com manchas brancas nas asas e penas igualmente brancas no alto da cabeça, que são bastante alongadas e eriçáveis (são chamadas píleo). A face é toda emplumada de negro, com círculos brancos ao redor dos olhos. A base do bico é azulada e a barbel, com pouquíssimas penas, é vermelha em sua porção posterior, enquanto que a anterior é dividida em uma área lilás superior e outra azul brilhante, inferior.

Essa ave típica da fauna brasileira é considerada em perigo de extinção. Originalmente, era endêmica da Mata Atlântica, ocorrendo do sul da Bahia até o Rio Grande do Sul, o Paraguai e o norte da Argentina. No Rio de Janeiro, no Espírito Santo e no sul da Bahia, a espécie já foi extinta, devido aos desmatamentos e à caça indiscriminada.

Helmut Sick, ornitólogo alemão naturalizado brasileiro, constatou em 1985 que a jacutinga “era encontrada na região da Serra do Mar em qualquer altitude, em locais acidentados, semeados de rochas e cobertos por mata espessa, onde nidificava”. Hoje, a jacutinga só é encontrada em áreas protegidas da Mata Atlântica, como os parques da Serra do Mar, Carlos Botelho, Intervales e Ilhabela, no Estado de São Paulo. A população atual da espécie é estimada em cerca de 2 mil indivíduos.



Classe: Aves

Ordem: Galliformes

Família: Cracidae

Nome científico: *Aburria jacutinga*

Nome popular: Jacutinga

Categoria: Em perigo de extinção

Foto Erni/Shutterstock

A mina de ouro

Claude Henri Gorceix, fundador da Escola de Minas de Ouro Preto, já se referia em 1889 ao itabirito aurífero. Também conhecido como jacutinga, sua característica maior é a ocorrência do ouro em grossos e visíveis cordões amarelos, com alguns centímetros de espessura se destacando junto à rocha escura. Outra característica é a grande produtividade das minas deste tipo. Para Gorceix, esta era uma jazida especial e típica do Brasil.

Em um manuscrito dos anos de 1810, intitulado *Memória Descritiva da Província de Minas Gerais*, do acervo da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, o Barão de Eschwege descreve a exploração de ouro em Itabira:

“...as lavras de ouro do arraial de Itabira do Mato Dentro são célebres e dão ocupação a 600 escravos a época que visitei. As espécies de montanha são as mesmas com as perto de Ouro Preto. Acha-se lá na formação de jacutinga (achisto micáceo ferroso) placas de ouro das quais a maior pesava $\frac{1}{2}$ libra”.

Glossário

Jacutinga: Minério de ferro hematítico, coberto ou cheio de pó, friável (que pode se esfarelar) e, em geral, aurífero.

Itabirito aurífero: Nas jacutingas atravessadas por filões de quartzo, acontece impregnação de ouro. É o chamado itabirito aurífero, uma mistura xistosa de quartzo de grãos finos e ferro especular, com até 50% de teor de ferro. O ouro se encontra em palhetas e cordões grossos disseminados na massa de quartzo e ferro.

Grupiara: O local de ocorrência da jacutinga, também chamada guapiara ou gupiara. Terreno próprio para lavra de ouro. Cascalho aurífero disposto em camadas inclinadas nas vertentes dos montes.



As cidades

♦ Santa Rita de Jacutinga (MG)

A Cidade das Cachoeiras, como é conhecida, se destaca pelo turismo rural, com diversas trilhas e locais que possibilitam desde descanso até a prática de esportes como rapel e *rafting*. Tem atrações turísticas de valor cultural ou histórico, como sedes de fazenda construídas no século XVIII, que remontam ao tempo da escravidão e do café. Santa Rita de Jacutinga fica na mesorregião da Zona da Mata mineira e na microrregião de Juiz de Fora, a 370 quilômetros de Belo Horizonte e a 437 quilômetros de Jacutinga.

Os 400 km² do município estão inseridos na vegetação de Mata Atlântica, com uma zona urbana de apenas 0,3682 km². Em 2017, a população era de 5.043 habitantes, 75,5% dos quais viviam na cidade, que tem uma temperatura média anual de 20,7°C. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Santa Rita de Jacutinga é de 0,736, considerado como médio em relação ao estado.

♦ Jacutinga (RS)

Em 1891, o barão alemão Maurice de Hirsch fundou a Associação de Colonização Judaica (JCA, na sigla em inglês, ou ICA, na sigla em ídiche), com sede em Londres, para ajudar judeus russos e romenos a fugir de perseguições e a criar assentamentos agrícolas na Argentina, depois também no Brasil, nos Estados Unidos, no Canadá, na Turquia e na Palestina. A partir de 1899, um outro barão, o banqueiro francês Edmond de Rothschild, um de seus maiores benfeitores, já estava praticamente no controle da organização, que hoje atua somente em Israel.

Para cumprir seus objetivos, a entidade comprou terras por toda parte. Aqui, o governo federal mandou entregar à JCA (talvez vender?) a Fazenda Quatro Irmãos, no noroeste do Rio Grande do Sul, que era, de fato, propriedade de quatro irmãos: Clementino, David, José Gaspar e Antônio Santos Pacheco. Tanto os moradores como os tropeiros que passavam pela então Vila dos Quatro Irmãos referiam-se a ela como Jacutinga, devido ao grande número dessas aves por ali.

A vila virou distrito de Erechim em 1952 e município de Jacutinga em 1964. Os primeiros colonos exploravam o pinho. Hoje, graças ao investimento feito por agricultores da região em silos para armazenamento de cereais, o município tem também indústrias de balas, móveis e camisas, entre outras. A 395 quilômetros de Porto Alegre, capital do estado, a Jacutinga gaúcha tem uma área de 193,89 km² e uma altitude média de 650 m. Em 2016, tinha 3.709 habitantes.



PRISMA

Um cenário de muitas pessoas, histórias e linguagens

São muitas as influências, saberes e fazeres que compõem a cultura de uma cidade. As pessoas que a habitam no decorrer do tempo, os lugares de onde vieram, as famílias das quais fazem parte. Os espaços onde se encontram e suas maneiras de expressar a vida. Sua geografia. Jacutinga, na fronteira entre Minas Gerais e São Paulo, formada principalmente pelo mundo rural, lugar de imigrantes, tem um fazer cultural diversificado e amplo. Produziu cultura iconográfica, música, teatro, literatura. Criou jornais e rádios. Fez festas populares e construiu e decorou casas, fazendas, igrejas.

Este capítulo, além de descortinar a paisagem cultural de Jacutinga, é uma homenagem a algumas das pessoas que a compuseram. Suas manifestações culturais, da música de raiz e carros-de-boi até a história da malharia, são feitas por pessoas que, ao representar a si mesmas e sua cultura, compartilham-se com os demais habitantes da cidade. E criam, assim, uma identidade coletiva.

Falamos de artes literárias, artes musicais, artes performativas (cênicas e dança), artes visuais (o universo da iconografia como pintura, desenho, gravura, escultura, arquitetura, afresco e fotografia) e cinema/ audiovisual no percurso histórico de Jacutinga. Falamos de patrimônios materiais, como igrejas e edifícios históricos, e de patrimônios imateriais, como a memória de associações e a oralidade de jacutinguenses. Falamos também da necessidade de lembrar e registrar tudo isso para que outras pessoas, em outros tempos, tenham acesso ao que forma a identidade da cidade. E usufruam daquilo que ela já criou.

Banda Prisma

Da esq. para à dir.:

Antonio Luis Salaro

(Lô), Luiz Carlos

Viotti (*sentado*),

Hamilton de

Almeida, José

Tadeu Stecca e

José Roberto Araujo.

Outros integrantes

da banda foram

Paulo Roberto

Grisolia e

Ricardo Cavini.

Acervo Luiz

Carlos Viotti

Uma paisagem cultural de Jacutinga

Desde sua fundação, em 1835, Jacutinga foi palco do encontro de imigrantes de diversas nacionalidades. Aí se destacavam portugueses, espanhóis e italianos, além daqueles já nascidos em território brasileiro. A manutenção de práticas artísticas e saberes tradicionais desses diferentes povos, transmitidos às gerações seguinte, somados ao fluxo de pessoas decorrente da localização de fronteira do município, promoveu interações que determinaram sua paisagem cultural.

Dois elementos importantes contribuíram para esta paisagem: a dinâmica promovida pelas coletividades fundadas por instituições religiosas (no início, representada majoritariamente pela Igreja Católica e pelas sociedades de apoio mútuo) e os diferentes ciclos econômicos, que foram se renovando ao longo das décadas.

Como conhecer as práticas artísticas da cidade? Por meio dos testemunhos individuais, que revelam o valor da oralidade; dos arquivos dos principais jornais da história de Jacutinga — *A Lyra*, *A Tribuna*, *A Evolução*, *A Gazeta de Jacutinga*, *Imprensa de Jacutinga* e jornais estudantis; e, principalmente, da memória coletiva registrada nas obras artísticas.

As manifestações artísticas podem nos contar muito sobre a sociabilidade e o modo de viver dos jacutinguenses nos diferentes momentos de sua história. Da mesma forma que a sociedade se transforma, que os ciclos econômicos se sucedem, as práticas artísticas também se alteram. Muitas práticas desaparecem ao longo dos anos, dando lugar a outras, emergentes. Também mudam as coletividades onde ocorrem.

Na história dessas práticas artísticas têm importância os espaços comuns onde as pessoas interagem e constroem os hábitos de seu universo social. Segundo o historiador francês Michel de Certeau, “o espaço é um lugar praticado”, ou seja, por meio da interação os lugares transformam-se em espaços de comunicação. Nesse sentido, os espaços físicos que sediam as coletividades são duplamente importantes. Por um lado pelo seu valor como *patrimônio material*, ou seja, sua componente física; por outro, como *patrimônio imaterial*, que diz respeito aos valores simbólicos pelos quais os indivíduos de uma comunidade se identificam.

Os espaços determinantes para a consolidação de uma atividade social e artística em Jacutinga têm diferentes perfis. Muitos são associações, clubes ou sociedades. Há corporações musicais, grupos de teatro, instituições religiosas e cinema.

Entre os espaços que existiram no passado, os mais significativos foram: o Clube Recreativo Família; a Sociedade Beneficente Italiani Uniti Angelo Bassi; a Sociedade Italiana Unidade de Jacutinga (*também conhecida como fascio* —ver pág. 63); o Clube Littero-Recreativo Jacutin-

guense; as diferentes instituições religiosas (a Casa da Criança da Igreja Católica e o Lar Américo Prado da Igreja Presbiteriana Independente); a Corporação Musical Carlos Gomes; a Banda de Música Enterpe Jacutinguense (regida por Rodolpho de Toledo); a Banda Bandalheira, que se tornou a Banda Lyra de São Vicente e depois Banda Municipal Jacutinguense); a Banda do Rio Manso (regida pelo maestro Zoroastro Barbosa); a Banda da Fazenda da Mata; a Banda Santa Cecília, além de outras bandas musicais na Vila Albertina, no Ribeirão de São Paulo e em Sapucaí; o Cine Avenida e, mais recentemente, o Cine Jacutinga; os corais; e os grupos de teatro, como o grupo Waldemar Moreira e o grupo UAI, dirigido por Oscar Pereira da Silva.

Espaços artísticos

Também se faz cultura no espaço público das ruas (com desfiles e serenatas, por exemplo); nos circos itinerantes, com apresentações musicais de artistas locais e também conhecidos do mercado fonográfico; e nos chamados “dramas”, espetáculos cênico-musicais.

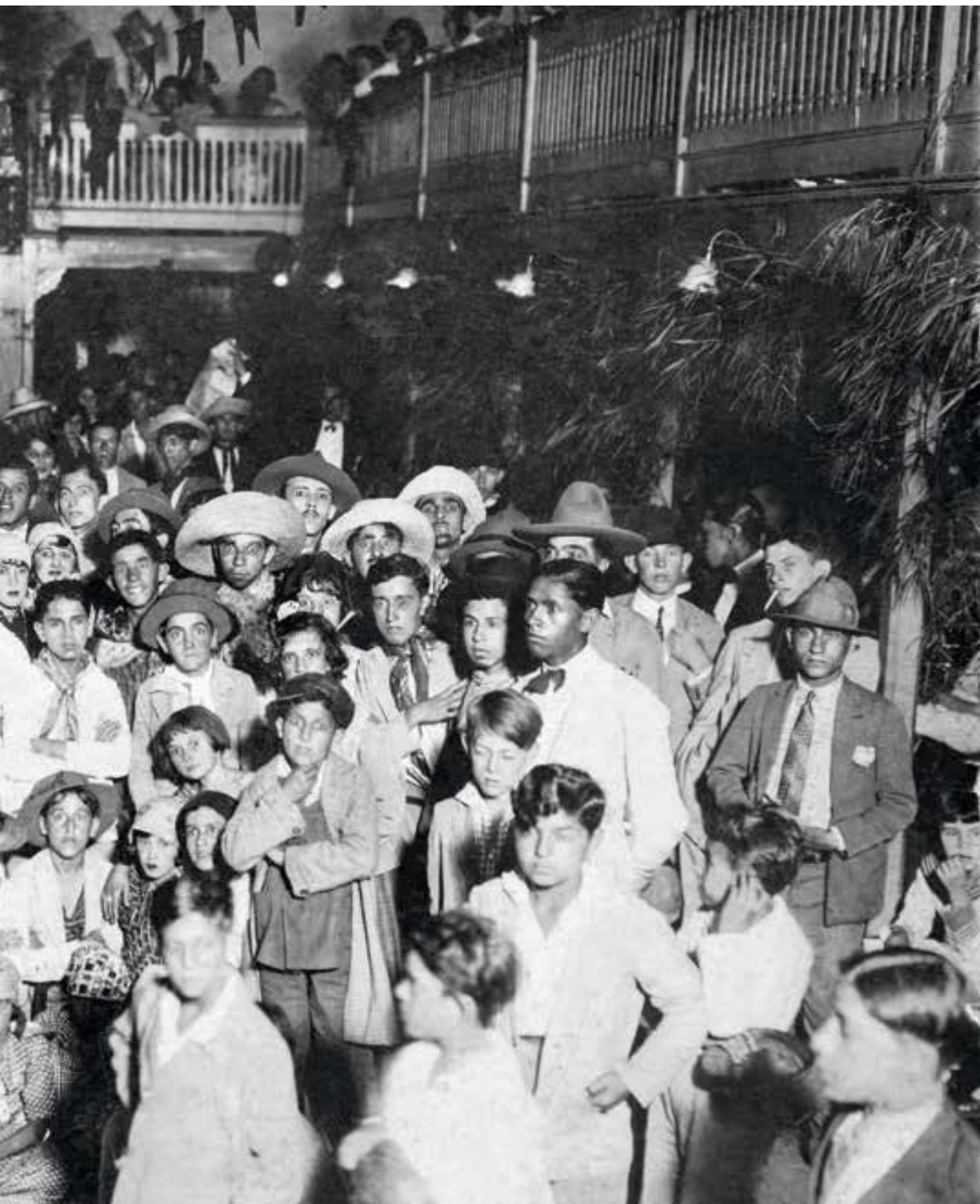
Entre 1983 e 1989, a Rádio Estância Jacutinga (REJ) dispunha de um auditório com programação ao vivo para o público. Entre os programas ao vivo, se destacavam os apresentados por Ronaldo (“Dôdi Boa Amizade” e “Cumpadre Dodô”). Outra rádio que marcou época foi a Rádio Comunitária Dynâmica. Ainda existem alguns dos espaços físicos que sediaram associações. Exemplo é o prédio do chamado *fascio*, no nº 210 da rua Silviano Brandão, onde existia a associação dos imigrantes italianos. Era um grande teatro, com palco, piano e camarotes, onde a comunidade apresentava vários espetáculos. Com a II Guerra Mundial, o governo brasileiro determinou o fechamento das associações italianas, muitas das quais haviam recebido dinheiro do governo de Mussolini (ver pág. 68).

O prédio, que tinha sido incorporado ao patrimônio público, foi doado em 1951 para a Igreja Católica. Sebastião Carvalho Vieira, o Monsenhor Vieira, transformou-o no Salão das Crianças, utilizando suas instalações também como ateliê. Mas o edifício acabou sendo vendido pela Igreja para terminar de construir o santuário de Nossa Senhora Aparecida. No decorrer das décadas, o espaço funcionou também como Cine Jacutinga. Foi demolido, reconstruído e, mais recentemente, utilizado como salão de igrejas evangélicas.

Entre a fundação do povoado e as primeiras décadas do século XX, Jacutinga viveu dias de bonança. Suas manifestações artísticas têm relação com o desenvolvimento de seus ciclos econômicos. Algumas famílias contribuíram em muito para isso porque, de modo geral, os saberes de diferentes ofícios eram transmitidos de geração a geração.

Festa no *fascio*
Sem data, a foto
veio do acervo de
Simone Adami.
(pág. 110)







Cinema e música

O Cine Avenida
funcionou neste
imóvel de 1925 até
a década de 1970.
Hoje, o prédio é
ocupado por lojas.

Acervo Simone Adami

Banda do Lar Américo
Prado, sem data:
instituições religiosas
também contribuíram
para a cultura
em Jacutinga.

*Acervo Igreja Presbiteriana
Independente de
Jacutinga*



Outro nível de agrupamento significativo no desenvolvimento das práticas culturais foram os bairros rurais —Stecca, Labegalini, Vieira e Machado, por exemplo— formados na extensão das fazendas. Estas, por sua vez, funcionavam como verdadeiras microcidades autossustentáveis. A Chácara do Frutal, onde hoje é o bairro Vale das Flores, foi um importante espaço de socialização nas primeiras décadas do século XX. O proprietário Carlo Filippi, imigrante italiano, desviou as águas do Rio Mojiguaçu para alimentar as rodas de um moinho que gerava energia elétrica para a propriedade. Segundo Toninho Bresci, 76 anos, este foi o primeiro gerador de energia elétrica local. A chácara de Filippi, que produziu ali um vinho premiado no Rio de Janeiro e na Itália, também foi palco de atuações realizadas pelas corporações musicais da época.

“Caipiridade”

Pois era nos bairros rurais que ocorriam as chamadas “funções” —também chamadas de *catira*, *cateretê* ou mesmo *roda de viola*. O *catira* é uma performance musical e coreográfica que combina a viola caipira com sapateado e palmas. Com as folias-de-reis, a Festa de São Gonçalo, a Festa do Divino e a Festa de São João, além de formas de trabalho coletivo como o mutirão, as “funções” configuravam uma complexa ritualística responsável pela sociabilidade desses bairros rurais.

Esse universo cultural pode ser definido como “caipiridade” e seu fazer musical pode ser designado como “música caipira”, “música sertaneja” ou ainda como “música raiz”, sempre envolvendo a viola caipira e a dupla de cantores-violeiros ou *folgazões*, que eram reconhecidos “bons de gogó, de trovação e de ponteio na viola”.

Muitos folgazões nas funções de Jacutinga são lembrados até hoje: Neco Machado, Antônio Machado, Zé Adão, Zé Romão, Joaquim de Oliveira, Afonso Bento, Anésio Forgati, Zé Resende, Zé Parmêra, João Delfino, Seu Leopoldo, Adolfo de Abreu, Antônio Toli, Laércio Cunha, Da Cunha, Amador Duarte, João Batista, João Taliba, Chico Taliba, Joaquim Foguete, João Massuia, Canhoto, Afonso Inocêncio, Raulzito Rodrigues, Nabor Toledo e Celso Mendes.

Havia também Avelino Alberti, o Avelino da Sanfona (*ver pág. 131*), que veio de Lavras para Jacutinga. Trabalhou muitos anos na olaria jacutinguense de Benedito Artur Almeida, na saída para Ouro Fino. Morreu nos anos 1970, aos 105 anos, e deixou um filho, Zezinho, que ainda vive.

A Chácara do Frutal foi um marco na história da *caipiridade*. Entre 1915 e 1916, Cornélio Pires, o “bandeirante da música caipira”, tornou-se amigo de Carlo Filippi e passou a frequentar assiduamente a chácara. Pires foi o responsável por inserir a “música raiz” no mercado fonográfico.



A "função"
Participantes
de uma "função"
na Chácara Frutal
em 1925.

*Acervo de Marlene
Antunes*

Produziu, do próprio bolso, a primeira edição de discos independentes em 1929, que tinha por título *Turma Caipira*. Mais de uma década antes, porém, em 1916, o jornal *A Evolução* já havia publicado dois poemas escritos por Cornélio à sombra do bambuzal da Chácara do Frutal: *Jacutinga* e *Ninho da Paz*.

A Igreja Católica era um catalisador da dinâmica social, tanto nos bairros rurais como nas áreas urbanas de Jacutinga. Pela perspectiva do patrimônio material, criou pontos significativos como os quatro relógios incrustados na torre da Igreja Matriz de Santo Antônio, feitos pelo espanhol Lourenço Fernandes e sua família em 1956. Vindo de Toledo, na Espanha, Fernandes transferiu para Jacutinga sua fábrica de relógios de torres, uma das poucas na América do Sul. O primeiro relógio fabricado em Jacutinga, em 1939, hoje está em Andradadas.

Cinema e fotografia

Em 1918, a empresa dos irmãos Fleming, donos de salas de cinema no Sul de Minas, inclusive em Jacutinga, contratou o cinegrafista José del Picchia para filmar a cidade de Pouso Alegre e a festa de São Sebastião. A partir daí, Francisco Almeida Fleming começa, ele próprio, a filmar e produz quatro longas-metragens (*Coração de Bandido*, 1919; *In Hoc Signo Vinctes*, 1920; *Paulo e Virginia*, 1923/4; *O Vale dos Martírios*, 1925/6) e centenas de curtas e médias-metragens. Foi um pioneiro das experiências audiovisuais no Brasil.

Nos anos 1950, Walter Bertucci, trabalhando durante o dia como assistente do farmacêutico e político Floriano Saretti e, à noite, como projecionista do Cinema Avenida, desenvolveu uma fórmula química para produzir cola de película cinematográfica. Esta fórmula foi usada até os anos 2000. Walter era um dos únicos fabricantes desse produto no país e recebeu encomendas de vários estados.

Seu interesse por fotografia e pelo cinema tinha origem clara: seu pai, Alfredo Bertucci, barbeiro italiano radicado em Jacutinga, trouxe, por volta de 1914, sua primeira câmera fotográfica para o município. Walter contribuiu muito para o patrimônio de Jacutinga ao registrar imagens de momentos importantes em documentários cinematográficos. Registrou, por exemplo, a visita de Juscelino Kubitschek a Jacutinga (1950); os comícios dos candidatos da UDN e do PSD ao governo do Estado de Minas Gerais (1950); a construção da Santa Casa de Misericórdia (1951); a inauguração dos Correios (1953) e da Casa Paroquial (1956); a construção do primeiro bairro popular de Jacutinga, o Jardim Dea, e da Casa da Criança. Filmou atividades religiosas, comemorações estudantis e cívicas. Walter teve antecessores no registro iconográfico da cidade.

Barbearia Bertucci
Autorretrato de
Alfredo Bertucci
em seu salão de
barbeiro, em 1914,
com a primeira
câmera fotográfica a
chegar a Jacutinga.

Foto Alfredo Bertucci
Acervo João Geraldo
Bertucci



Já em 1906, o fotógrafo Francisco Soucasaux fez registros panorâmicos e, em 1910, Pedro Rebello fez retratos e fotografou várias fazendas. Catorze anos depois foram publicados os primeiros dez postais de Jacutinga, fotografados por Alfredo Bertucci. O estúdio era o Selecta Photographia, na Rua Júlio Brandão. Como tema, as principais vistas e prédios. Esta foi a primeira vez que se realizou a divulgação da cidade.

Mais tarde, no final dos anos 1920, entrou em cena Adolfo Ariza, que continuou fotografando até os anos 1960. Com a filha Loreni, desenvolveu a pintura das fotos com lápis de cor e aquarela. Já na segunda metade do século XX surgem os fotógrafos, Walter Lopes e Antônio Vieira da Silva, o Conde. No final deste período, aparecem os estúdios de Jô e Marcos Bisco, dedicando-se à fotografia social. Além disso, também trabalham na cidade dois fotógrafos holandeses que desenvolveram uma tecnologia para reproduzir qualquer imagem na malha, essa especialidade de Jacutinga. Nas procissões de Corpus Christi, são essas as imagens usadas para decoração dos tapetes que enfeitam as ruas.

Pintura

Os vitrais, afrescos e pinturas da Igreja Matriz testemunham o talento de outros artistas, como Antônio Volponi (o Nêgo Volponi, como é conhecido na cidade) e o próprio Monsenhor Vieira. No espaço do sacrário há três pinturas assinadas por Sor Bianca, uma freira francesa que viveu na cidade por dois anos. Volponi aproximou-se da pintura aos 13 anos, quando visitou Zenaide Bento Figueiredo Bartolomei, filha de Afonso Bento, um fazendeiro que ensinou a filha a pintar. Afonso também era conhecido folgazão e compôs uma moda de viola chamada *Cerração*, segundo o também violeiro Nabor Toledo. A moda conta a famosa história de montaria ocorrida no Circo Asa Branca, quando o carreiro Francisco Duarte (o Nino do França) foi o primeiro a vencer o touro *Cerração*.

A visita de Volponi a Zenaide foi seu primeiro contato com um trabalho artístico. Depois disso começou a ter aulas com ela. Volponi conta que a chegada do Monsenhor Vieira, em 1958, gerou uma grande evolução cultural na cidade. Em 1963, o prelado abriu uma escola de pintura no salão paroquial da igreja e chegou a ensinar mais de 20 alunos, entre adolescentes e adultos. Entre eles, Volponi e Cecília Bassi.

Nessa escola, muitos alunos iniciaram estudos de pintura sobre feltro. Logo, alguns criaram na cidade lojas e fábricas de feltro pintado artesanalmente. Segundo Volponi, a fábrica mais importante nesse período chamava-se Ivã no Feltro (nome atribuído pela proprietária Gleice Fusco Leite). Produzia roupas para o público feminino e toalhas. Este comércio se espalhou pela cidade.

O "Poverello"
Está na Rua dos
Expedicionários o
painel "Poverello
São Francisco de
Assis", pintado pelo
Monsenhor Vieira
e tombado pelo
Patrimônio Histórico.
(pág. 120)

Foto Nívea Dias

**De Nêgo Volponi**

Pintura do início
dos anos 1960, feita
especialmente para
o então prefeito
Virgílio de Oliveira
Prado, o Nenê Prado.
O quadro continua
na casa da família.

Foto Nívea Dias





O processo surtiu efeito no ciclo econômico das malhas, que emergiu na mesma década de 1960. Volponi, hoje com 76 anos, viveu esse momento. “Foi na esteira do trabalho de feltro que a arte da tecelagem se desenvolveu”, garante. Entre 1965 e 1968, Monsenhor Vieira e Volponi montaram um ateliê de pintura sacra no prédio onde funcionou o *fascio*. Ali, Volponi produziu as telas que compõem o interior da catedral. Outros nomes também se destacam na pintura em Jacutinga, como Fidel Cezarini, Amaral Alves (que aprendeu com Volponi), Ademar Gonçalves Jr., Maria Amélia Grisolia Bortoloto, Clélia Fonseca de Carvalho e Sebastião de Carvalho.

Na arte dos desenhos e escultura, Sebastião Bonaldi é um nome de referência. Bonaldi criou uma bela história ilustrada de Jacutinga (ver págs. 123–127). Além disso, no quintal de sua casa, construiu um parque de esculturas feitas com as latas de óleo que comprava para fazer doces. Era a Latolândia. Algumas de suas esculturas hoje se encontram no jardim do Bosque dos Aposentados.

Entre os trabalhos feitos em madeira, destacam-se os nomes de João Pinheiro (obras sacras), Frutuoso de Moraes, Carlinhos Sapucaí, Romeo Caridade, Zé Grossi e os trabalhos de marcenaria desenvolvidos pela família dos Montoni. O belo presépio em madeira de Zé Grossi foi doado por ele à Prefeitura de Mogi Guaçu. Há também a antiga fábrica de cadeiras Donati, premiada em 1934 na exposição de Cruzeiro do Sul. Vale lembrar os marceneiros e carpinteiros que por muito tempo confeccionaram os carros-de-boi, carroças, charretes e bagageiras, que eram os principais veículos de transporte local. No passado, estes artefatos atendiam necessidades básicas. Hoje, são recontextualizados e apropriados como símbolo de identificação e pertencimento. Várias cidades no Sul de Minas realizam encontros de carreiros, alguns com mais de 300 carros-de-boi. Em Jacutinga, ainda hoje há pessoas que se dedicam à arte da construção dessas peças, como Pedro Menegutti, no bairro dos Machado, onde constrói carros-de-boi. Em sua oficina, Paulo César Pereira, conhecido como Paulêra, restaura charretes, bagageiras e também *bagarretes* (um híbrido entre a bagageira e a charrete).

Sobre o Bosque dos Aposentados, onde estão algumas das esculturas de Bonaldi, é importante lembrar a figura de Antônio Alberti, cujo busto está no bosque. Além de ter plantado árvores nativas nessa área, Alberti também iniciou uma coleção de artefatos antigos para a criação de um museu em Jacutinga. O museu ainda não foi construído, mas o acervo, hoje aos cuidados do escritor e ornitólogo Otávio Salles, está sendo catalogado.

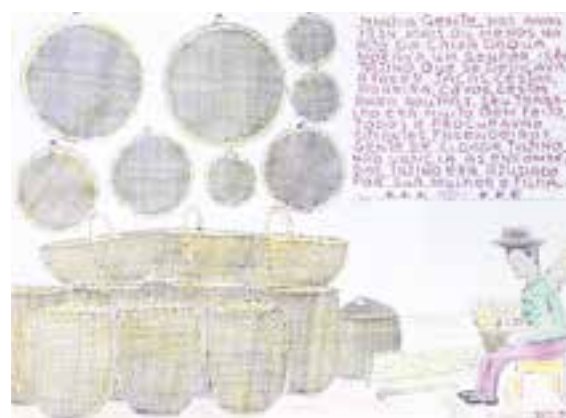
Salles atua em muitas frentes pela preservação da memória de Jacutinga. Na área da ecologia, por exemplo, ele estuda e cataloga espécies de insetos locais e, como funcionário municipal responsável pelo viveiro de plantas, ainda distribui mudas de árvores frutíferas típicas da região.



Caderno de desenho
Sebastião Bonaldi
desenhou
cuidadosamente
uma história ilustrada
de Jacutinga.
(págs. 123-127)

Acervo de Otávio Salles









Salles conserva em sua própria casa um verdadeiro acervo de livros, jornais e outros impressos que registram a história da cidade.

Vale a pena mencionar mais uma vez a presença marcante do Monsenhor Vieira. Além de ser um grande pintor, auxiliou na construção de alguns bairros populares na cidade e instalou uma escola de ofícios na Casa da Criança. Ali foram produzidos os três painéis coloridos espalhados por Jacutinga: na praça em frente da igreja, o painel intitulado “Entrada triunfal de Jesus em Jerusalém”; ao lado do cemitério, o painel “Ressurreição da filha de Jairo”; e, em frente à Escola Júlio Brandão, o “Poverello de São Francisco de Assis”, protegido por tombamento em 2007. Monsenhor Vieira usava como material o azulejo grande pintado, técnica que difere da arte em pastilhas.

Letras, teatro e música

Carnaval

Dois flagrantes dos anos 1970 no Clube Littero de Jacutinga. Acima, aparecem Oswaldo Freire da Fonseca (*primeiro à esq.*); Tobias Maurinho Perucci (*fantasiado de velhinho*) e Ney Guinesi (*agachado, à dir., com tambor*).

Abaixo, da esq. para a dir., estão Celso Grossi, de camisa estampada; o trombonista Chico dos Santos; o trompetista José Rodrigues; o baterista Olivério Pereira; e, ao tambor, Pompeu Bacci (o Piolim). O último à dir., é Edésio Galias.

Acervo Osmar Lula Fonseca

Quando foi fundada em 1927, *A Gazeta de Jacutinga* era dirigida por Adamastor Souza Leite, que veio de Mogi Guaçu para trabalhar no jornal que pertencia a seu sogro. Nesse local havia uma gráfica que também vendia trabalhos de tipografia, além de imprimir o jornal. Os textos eram compostos tipograficamente, ou seja, letra por letra. *A Gazeta* publicou muitos escritores locais, como João Alves e Clébio Rachid. Ao longo da década de 1960, Rachid publicou seus sonetos na *Gazeta*. Em meados de 1990, o escritor Luiz Jorge de Alencar produziu livros de *western* e mistério com ilustrações do recifense Octavio Cariello.

Nas artes cênicas, Jacutinga teve uma rica atividade teatral desde os tempos do *fascio* e de Monsenhor João Batista Maria Rigotti. Em 1911, o jornal *A Evolução* já registra esse movimento e, em artigo de 1916, cita o Grupo Dramático Arthur de Azevedo. Mas a grande referência teatral da cidade foi Maria Vieira, hoje com cem anos, que começou a atuar no início dos anos 1930. Desde os 14 anos de idade recitava, escrevia e atuava nas peças e, aos 17, estreou seu primeiro espetáculo, “Nascimento de Jesus”. Maria Vieira foi também uma das mais procuradas costureiras da época, criando os vestidos de baile e de casamento para as moças da alta sociedade da região.

Ao lado dessa diva local, destacavam-se como atores e atrizes amadores sua irmã Didi (Zaida), Teresa Donati, Armando Oliveira Pereira, Olívia Bevilacqua, Olívia e Dauro Bartolomei, Ideli Rodrigues, Monsenhor Vieira, Henrique Rigotti (sobrinho do monsenhor) e Oscar Pereira da Silva. Mais recentemente, destaca-se o trabalho de Roberto Moreno, ator natural de São Paulo que está radicado em Jacutinga há cerca de 20 anos. Além de professor, sua atividade inclui a organização do Festival Estudantil de Teatro e Cultura Jacutinguense (Festejac).



Há muitos protagonistas também no cenário das artes musicais de Jacutinga. A começar pelos maestros das bandas de sopro: os irmãos Francisco (Franchê) e Mário Guinesi, Zoroastro Barbosa, Zé Vaz, Gotardo Gotardi e João Pedro. Musicista importante foi a pianista e regente de coral Judith Gobbo. A lista é longa e não é possível esgotá-la. Todos tiveram contribuições muito importantes.

Não há como não registrar o trabalho do coral, da Corporação Musical Municipal; da Banda Flor de Lotus, fundada em 1999, e da Banda Prisma, com mais de 500 apresentações, destacando-se 40 carnavais. A música em Jacutinga tem variedade de estilos: inúmeras duplas de música raiz ou sertanejo universitário, grupos de pagode, forró e também bandas de rock. Muitas ainda estão em atividade e sua presença é marcada no Rock in Lago, evento promovido anualmente desde 2011.

Importância da preservação

Da mesma forma que perdeu o presépio de Zé Grossi, Jacutinga não manteve as esculturas feitas em bronze por Romeo Caridade, algumas ainda instaladas no Lago Municipal. As obras fazem alusão a jacutinguenses conhecidos como “personagens folclóricas” —Matraqueiro, Jaime Nora, Tonico Limão, Babau, Sinhá Gabriela, Mané Pato, Conceiçãozinha, Pituquinha e Vicente Trivellato (único vivo).

A Associação Cultural de Jacutinga, fundada por Vera Perugini, 70 anos, realiza desde 1997 a Semana Cultural, propondo a reflexão sobre o papel dos cidadãos nas práticas artísticas. O evento percorre a cidade utilizando os mais diversos espaços.

A criação do Museu do Tricô e do Crochê “Matilde Rodrigues Furrier”, instalado no centro da cidade em maio de 2012, indica que a sociedade começa a se preocupar em preservar sua memória. É importante que esse cuidado seja expandido para outras manifestações artísticas e culturais. No museu estão expostas peças como teares manuais, agulhas, blusas, fotos e publicações que contam a história das pioneiras da indústria da malharia —como Geni Fusco Leite, Ivone Moraes Cardoso e Carmita Palomo Duarte, entre outras.

Jacutinga apresenta um grande potencial e uma significativa atividade artística. São necessárias iniciativas que contribuam para preservar essa memória. Edificações que fazem parte do patrimônio da cidade poderiam ser transformadas em centros de referência. Além de se preservar acervos importantes, seria um ambiente de estímulo ao aprimoramento das competências artísticas em um espaço multimídia.

Mas, como em outras cidades do interior, a vida cultural de Jacutinga passou por grandes transformações com a urbanização, numa primeira

Avelino da Sanfona
Sô Dilino, como
era conhecido,
alegrava as festas
nas fazendas. Veio
de Lavras para
Jacutinga, onde
pisou nos ossos de
uma cobra morta,
deformando o pé.
Ele mesmo fabricava
uma alpargata de
couro, que usava
para marcar o ritmo
quando tocava.

*Foto Adolfo Ariza
Acervo Simone Adami*



fase, e com a disseminação da sociedade de consumo de massa e da internet, numa segunda fase. Ela pouco guarda da cultura rural.

No princípio do século XX, as principais atividades aglutinadoras da população eram as musicais, por meio das bandas, e os espetáculos cênicos, no teatro e nos circos itinerantes. Nos aglomerados rurais, dançava-se a catira, a folia de reis e as brincadeiras de roda. O principal veículo de comunicação de massa era o rádio.

Havia um conjunto de diversões para as horas de lazer composto pela bocha, a malha e as rinhas de briga de galo, além do carteadado —truco, pôquer, 21, caixeta— e do cinema. Este, que chegou a ter duas salas de exibição, o Cine Brasil e o Cine Avenida, e que se tornou uma atividade cotidiana nas noites de Jacutinga. Os clubes assistenciais (Uniti Angelo Bassi e Circolo Italiani Uniti, o *fascio*), a caça, a pesca e o futebol completavam a lista de lugares e atividades que compunham o universo de lazer dos jacutinguenses.

Na segunda metade do século XX, os aglutinadores sociais se transformaram, acompanhando a evolução tecnológica e legal, as mudanças nos modos de produção, nos costumes, nas leis e na comunicação. Foram proibidos os jogos de azar, as brigas de galo, a caça e a pesca. Os clubes já não eram assistenciais, transformaram-se em sociais. Foram fundados o Clube Lítero, o Clube de Caça e Pesca de Jacutinga (Capeja), o Aliança Desportiva Jacutinguense (ADJ) e o Clube de Campo Leão da Fronteira. O lazer ficou limitado a bailes e ao serviço de radiodifusão na praça durante o *footing*, através de alto-falantes. Surgiram novas bandas, as malharias, as feiras agropecuárias, as cavalgadas e a TV, que se posicionou como o principal comunicador de massas, reduzindo as diferenças regionais —e, portanto, também a diversidade. A moda, a gíria e os costumes se nacionalizaram.

Os esportes coletivos, como o futebol, conseguiram sobreviver à sociedade de comunicação de massa, embora os times do interior enfrentem muitas dificuldades. Mas, no século XXI, a projeção é para os esportes individuais e as artes marciais, como jiu jitsu, judô, fundismo, ciclismo, *mountain bike* e o *off road*.

As exposições agropecuárias se transformaram em rodeios. Dos clubes sociais, apenas o Clube de Campo Leão da Fronteira sobreviveu à transformação, adaptando-se em clube de serviços. A cidade não tem mais cinema; só restaram dois grupos de teatro: o escolar e o religioso. Com o avanço da internet, principal meio de comunicação da sociedade, sobretudo entre os jovens, os aglutinadores sociais estão cada vez mais frágeis, acentuando as características de um individualismo exacerbado e rompendo o tecido social, além de aumentar as diferenças socioeconômicas.

Da igreja matriz ao mercado e às casas

Das nove edificações mostradas nas próximas páginas, somente duas foram construídas há menos de cem anos: o Asilo São Vicente de Paulo (1923) e a Casa Viotti (1930). As demais são construções dos séculos XIX e início do XX e, como toda construção humana, refletem os ciclos econômicos dos lugares onde foram erguidas.

A sede da Fazenda Córrego Grande, da época da colonização de Ouro Fino; as estações ferroviárias de Jacutinga e Sapucaí, construídas principalmente para escoar a produção de café; o mercado, a Escola Júlio Brandão e a igreja matriz são das primeiras décadas do século XX e refletem o crescimento da cidade e os investimentos em sua urbanização. A maior parte desses locais continua em uso, com exceção da Residência Sebusiani e da Estação Ferroviária de Sapucaí. Todos os edifícios fazem parte do patrimônio material da cidade. Em seus projetos, guardam técnicas de construção e materiais, a história das pessoas que os construíram e a memória de Jacutinga ao longo de dois séculos.

O município não tem uma política de preservação do patrimônio e prédios históricos são demolidos para se transformar em comércio. A preservação fica somente nas mãos dos proprietários, que deveriam contar com apoio para manter essas construções. A Casa Sebusiani, por exemplo, será restaurada pela família. Ficou abandonada à espera do inventário, mas será recuperada agora, com os herdeiros já definidos.

Importantes fazendas, como a da Mata e a São José, deveriam estar nestas páginas. Sua ausência é outro sintoma da falta de cuidado com nossa história. A Fazenda da Mata já foi a maior da cidade, onde viveram e trabalharam cerca de 80 famílias de colonos, e teve sua antiga sede demolida para construção de uma nova. Já a história da Fazenda São José, cuja propriedade mudou de mãos várias vezes ao longo de décadas, se perdeu. A São José está sendo recuperada pelos atuais donos.

Aquarelas de Naiad
(págs. 134-151)

Fazenda Córrego Grande

Bairro São Sebastião dos Robertos

Aberta no início do século XIX

Há pelo menos seis gerações a Fazenda Córrego Grande está na mesma família, desde que foi aberta, durante a colonização de Ouro Fino. O primeiro dono de que se tem notícia foi João Roberto da Costa. Depois vieram Balbino Roberto da Costa (1858-1931) e Eduardo Roberto de Lima (1892-1961), avô dos atuais donos. Por isso o bairro dos Robertos e a vizinha Serra dos Limas, entre Jacutinga e a cidade de Andradas. A família é dona daquelas terras desde os tempos do Império.

Eduardo Roberto de Lima nasceu na casa que existe até hoje e que, naquela época, já na terceira geração da família, ainda fazia parte da Comarca de Jaguari. A propriedade em si não era inicialmente uma fazenda, mas um entreposto onde comerciantes e militares trocavam tropas de burros, compravam alimentação e

se hospedavam de passagem. Hoje com cerca de 400 m² a construção original em pau a pique, com base de pedra e colunas de madeira, foi ampliada com o correr dos séculos. Agora, a casa tem grandes janelões em verga reta e a porta de acesso principal em arco.

A fazenda tem hoje 85 alqueires, de um conjunto de propriedades que chegou a totalizar 2 mil alqueires e foi dividido, ao longo de gerações, pelos descendentes dos primeiros donos. Somente Eduardo Roberto de Lima (a terceira geração) teve dez filhos com sua mulher Edivina de Melo Lima. Chama-se Córrego Grande porque há muita água. Estêvão Roberto de Lima (sexta geração), que hoje divide a propriedade do lugar com o irmão, planeja criar vários açudes, uma vila e um restaurante. Por enquanto, a propriedade é usada apenas por familiares e amigos.



Estação Ferroviária de Jacutinga

Praça Delfim Moreira, s/n, Centro

Ano da inauguração: 1897

Por volta das 15 horas do dia 14 de março de 1897, ouviu-se pela primeira vez o apito da locomotiva do trem-lastro, que vinha testando a linha férrea, como registra o capítulo sobre Jacutinga no *Inventário de Proteção do Acervo Cultural* (IPAC/MG). No vagão-reboque da locomotiva estava escrito “Silviano Brandão”, em homenagem a Francisco Silviano de Almeida Brandão, que levava a ferrovia até lá (em 1898, Brandão foi eleito presidente da província de Minas Gerais, cargo que ocupou até 1902). Inaugurada em 15 de março de 1897, a estação de Jacutinga veio a chamar-se justamente “Silviano Brandão” entre 1918 e 1928.

Obra da Viação Férrea do Sapucaí, essa estação ferroviária —de estilo inglês, como todas as estações da época— é um produto da política de construção de ramais cata-café, que foram se espalhando onde havia fazendas e sacas do produto a serem embarcadas com destino a um entreposto. A primeira ferrovia construí-

da pela empresa, que operava a Estrada de Ferro do Sapucaí já em 1887, chegou a Itajubá, no Sul de Minas, em 1891, partindo de Soledade, estação operada pela Estrada de Ferro Minas & Rio. Incorporada pela Rede Sul-Mineira em 1910, a ferrovia passou às mãos da Rede Mineira de Viação entre 1931 e 1965. Esta foi sucedida pela Centro-Oeste e, finalmente, o sistema todo foi assumido pela Rede Ferroviária Federal em 1975.

O café embarcado em Jacutinga, como todo o café da região, destinava-se ao porto de Santos, por meio da conexão com a ferrovia Mogiana. O transporte de passageiros durou até 1976. O de cargas foi mantido por mais dez anos e em 1986 os trilhos foram retirados. Desde então, o prédio passou por diferentes ocupações. Foi, por exemplo, lanchonete e loja de malhas. Em 2015, já reformado, era ocupado por cursos profissionalizantes e de música. Hoje, abriga a Secretaria de Governo da prefeitura.



Estação Ferroviária de Sapucaí

Sapucaí novo

Ano da inauguração: 1898

A estação foi construída entre 1926 e 1927, substituindo uma modesta edificação de 1889, para atender a uma exigência da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que só autorizaria o tráfego nos três quilômetros entre a ponte sobre o Rio Eleutério e a sua estação de mesmo nome quando a Estrada de Ferro Sapucaí construísse a estação no ponto em que as duas linhas se juntassem. Sapucaí era esse ponto e servia às duas empresas. Era ponto final do ramal de Itapira e o entroncamento deste com a Estrada de Ferro Sapucaí, depois da Rede Mineira de Viação (RMV).

Por esta estação passavam tanto trens de passageiros quanto de carga. Em 1910, a estação foi incorporada pela Rede Sul-Mineira, depois pela RMV em 1931. No período da Revolução de 1932, a estação foi usada como posto de comando e enfermaria pelas tropas que ali se instalaram, ora federais, ora paulistas (*ver pág. 91*). Em 1956, a Companhia Mogiana começou a desativar os ramais e, em 1971, a rede foi incorporada pela RFFSA. Em 1990, enfim, os trilhos foram removidos.

Em 2010, a estação foi arrematada em leilão e hoje é propriedade privada. Como o município não tem ferramentas legais para proteger e preservar seu patrimônio arquitetônico e urbanístico, o imóvel se encontra em estado de deterioração e abandono.

Implantada em terreno plano, delimitado pelos muros laterais vizinhos e cercas de bambu e arame, com recuo de todos os lados, a estação é composta por duas edificações de planta retangular em pavimento único: um dos prédios abrigava a sede administrativa das companhias que operavam o embarque de passageiros e o outro era um depósito de produtos agrícolas.

As janelas e portas são de vergas retas, com bandeiras fixas e moldura de madeira no lado interno e argamassa no externo. O piso é de cimento bruto no galpão e na plataforma de ambas as construções e de ladrilho hidráulico. O telhado tem estrutura de madeira com cobertura em telhas francesas, beiras em cimalha, cumeeira no sentido longitudinal da edificação.



Escola Estadual Júlio Brandão

Rua dos Expedicionários, 85

Ano da Inauguração: 1910

A Escola Estadual Júlio Brandão foi inaugurada há 108 anos, em 29 de maio de 1910, e foi a primeira escola de Jacutinga. A data de sua inauguração é simbólica para a cidade: foi o dia em que também chegou a energia elétrica na vila de Jacutinga. Recebeu o nome de Grupo Escolar Júlio Brandão, em homenagem ao Senador Júlio Bueno Brandão, mineiro ilustre da cidade de Ouro Fino. É a única escola pública do município que hoje oferece Ensino Médio.

Foi projetada pelo arquiteto austríaco Otto Piffer e construída pelo próprio Júlio Brandão, juntamente com os coronéis Estevam Bueno e Jaime de Miranda. Piffer e seu irmão, José Piffer, diretor técnico da Companhia Melhoramentos, foram responsáveis por muitas obras públicas em várias cidades de São Paulo e Minas Gerais, como o Teatro Polytheama, o Paço Municipal e o Mercado Municipal, em Poços de Caldas; e a Capela de Santa Therezinha em Pouso Alegre. Em Jacutinga, Otto Piffer também projetou a Igreja Matriz de Santo Antônio.

Ao longo dos anos, a edificação passou por algumas reformas e ampliações, mas mantém suas características originais e, em sua fachada, duas placas certificam grandes obras, uma em 1965 e outra em 1985. Na década de 1970, um anexo foi construído para servir à escola.

O corpo principal, formado por planta em U, tem um pátio interno cercado por um avarandado de pilares, para o qual estão voltadas as salas de aula. O prédio é recuado por todos os lados e tem pavimento único, além do porão. A fachada é simétrica, em três partes. A fachada frontal recebeu mais adornos que as demais. As janelas, com sistema de abertura em duas folhas, fechamento em madeira e vidro transparente, são de peitoril e verga reta, com molduras em argamassa que se estendem além do vão com alguns relevos. As aberturas de ventilação e iluminação do porão são fechadas por gradil de ferro. No recuo frontal existe um belo jardim com a imagem de Nossa Senhora de Fátima e no recuo lateral esquerdo há uma paineira centenária.



Igreja Matriz de Santo Antônio

Praça Francisco Rubim

Inauguração: 1913

Importante exemplar arquitetônico do início do século XX, a Igreja Matriz de Santo Antônio foi projetada pelo arquiteto Otto Piffer e se tornou um marco visual de Jacutinga. Como ocorre em todas as pequenas cidades do interior, a igreja matriz é o ponto de referência, ilustrando filmes promocionais de turismo e calendários oficiais. Foi inaugurada em 24 de dezembro de 1913, no mesmo dia em que o prefeito Luiz Lisboa inaugurou também o Jardim Público Municipal, atual Praça Francisco Rubim.

A edificação foi construída sobre platô, num terreno que fazia parte de uma fazenda de José Francisco Fernandes. A igreja tinha fachada frontal chanfrada, com apenas uma porta, e torre central única. Hoje, a fachada tem três portas, uma central que dá acesso ao átrio e duas laterais que acessam diretamente a nave. Há, ainda, três óculos com fechamento em vidro colorido, um sobre a porta central e outros dois laterais em menores dimensões. A torre tem um relógio, fabricado em Jacutinga por Lourenço Fernandes, e seteiras em arco

pleno. As demais fachadas são ornamentadas com relevos e enquadramentos nos vãos de janelas e portas e o embasamento é revestido de pedra.

O interior da edificação tem piso em marmorite na nave e cerâmica na sacristia e no batistério. A faixa inferior das paredes internas recebeu acabamento em madeira. Os pilares que sustentam os arcos e abóbadas internas têm os fustes também revestidos de marmorite e os capitéis pintados na cor dourada. Há em alguns pontos, no alto das paredes, pinturas de imagens religiosas e afrescos. Algumas pinturas, feitas por Antônio Volponi, são cópias de obras do pintor alemão Gebhard Fugel (1863-1939), especializado em motivos cristãos, e do italiano Fra Bartolomeo (1473-1517). Na porta principal há um entalhe feito por João Pinheiro de Oliveira Pires.

Na década de 1950, um temporal arrancou parte da torre, que, na época, era de metal. No mesmo ano, esta torre foi demolida, dando início à primeira de inúmeras reformas. Mesmo assim, a matriz mantém suas principais características.



Mercado Municipal, hoje Paço Municipal

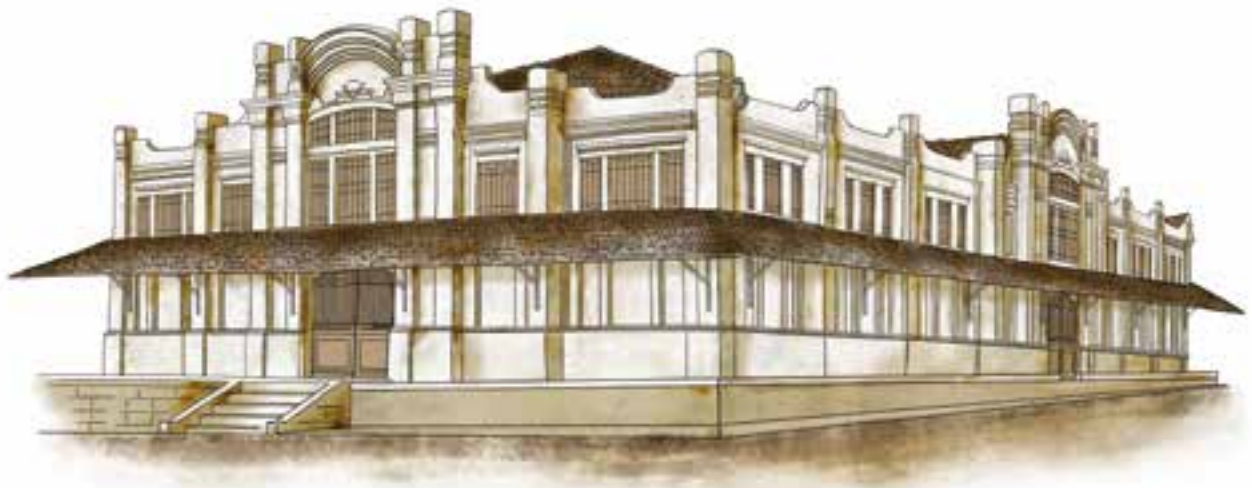
Praça dos Andradas, 75

Inauguração: 1914

Construído pelo Coronel Luiz Lisboa e pelo empreiteiro Vicente Rodrigues, o antigo Mercado Municipal foi inaugurado em 4 de janeiro de 1914. Era o ponto de encontro da população e, após a missa dominical matinal, ali se vendiam, trocavam e barganhavam galinhas, vacas, porcos e cavalos. Do lado direito da porta principal ficavam os vendedores de doces, salgados, pastelarias, cafés, arroz doce; do lado esquerdo, os vendedores de suínos e bovinos. Em frente aos vendedores de tabuleiros, ficavam os vendedores de milho, mandioca e canjica. Nos demais espaços ficavam os vendedores de feijão, verduras e legumes. No fundo, as gaiolas com as galinhas. No imóvel já funcionou a Cooperativa de Consumo do município, a sede dos Correios e a Secretaria de Assistência Social. Desde

o final da década de 1960, abriga as instalações da Prefeitura Municipal.

A edificação de pavimento único e planta retangular tem recuo por todos os lados e está sobre um platô, o que amplia sua visibilidade. O entorno é uma praça onde, antigamente, havia um pátio de comércio e de troca de mercadorias. O principal acesso se dá pela praça, por escadas simples espalhadas por todas as fachadas. Na fachada frontal está a porta principal, com verga em arco abatido, bandeira fixa e duas folhas de abrir. Há, também, sobre a porta, três vãos de iluminação, sendo o do centro maior que os outros. O fechamento destes vãos é em ferro e vidro transparente. Este conjunto se repete nas demais fachadas com pequenas variações. Seu estilo arquitetônico é simples, com algumas linhas góticas.



Casa Sebusiani

Rua Santo Antônio, 612

Construção: 1917

José Sebusiani veio da Itália em 1906 e formou gradualmente seu patrimônio, inicialmente com um comércio na Rua Américo Prado. Era chamado de “o homem dos sete ofícios” e fez o projeto da própria casa, cujo quintal tinha uma horta e parte dos parreirais, que se estendiam por vários outros terrenos, até a Rua Américo Prado. Também existiam parreiras da família na gleba hoje vaga, em frente ao Hotel Colonial. Com as uvas, trituradas numa prensa que ele mesmo fez, Sebusiani fabricava seu vinho caseiro. A casa também tinha uma oficina de carpintaria e marcenaria, onde ele fabricava suas ferramentas e instrumentos. As colunas da sacada e as grades de concreto do muro frontal foram feitas pelo próprio Sebusiani.

A residência é uma edificação térrea construída no alinhamento da calçada sobre porão, com amplo jardim lateral ornamentado por uma fonte, protegida por mureta gradeada e um belo portão em ferro forjado. Uma pequena escada liga o jardim ao alpendre, sustentado por delicadas colunas coríntias, onde se

tem acesso à porta principal em madeira, com bandeira de vidro ornamentada pelo brasão com as iniciais do proprietário. A partir do saguão de entrada, distribuem-se dois dormitórios, dispostos com janelas para a rua; o escritório, voltado para a lateral; e a sala de estar, ao centro. Nos fundos, cozinha, copa, banheiro e um terceiro dormitório, com janela voltada para o jardim.

A ornamentação floral das paredes da sala e do saguão de entrada é típica do final do período eclético, quando alguns elementos *art nouveau* foram incorporados aos projetos. A pintura interna das paredes foi feita por Amadeu Guinesi.

A construção apresenta elementos de estilo neocolonial com cobertura em beiral, frisos florais em relevo, janelas de vidraça com bandeira e vidros coloridos com venezianas nos dormitórios. A casa está mal conservada e em estado de deterioração —por enquanto. Este ano foi concluído o processo de inventário do espólio de que fazia parte e foram definidos os herdeiros. A Casa Sebusiani será recuperada.



Asilo São Vicente de Paulo

Rua Marechal Deodoro, 1026

Ano da inauguração: 1923

Fundado em 8 de junho de 1913 pelo Padre José Joaquim Santana, o Asilo São Vicente de Paulo foi patrocinado por uma associação filantrópica, a Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP) ou Sociedade Vicentina, fundada em 1872 como ramo brasileiro da entidade francesa, que surgiu em Paris, em 1833.

Até 1958, o edifício abrigou a Santa Casa de Misericórdia de Jacutinga. Com a transferência desta para a Maternidade Municipal, recebeu o nome de Asilo São Vicente de Paulo e passou a abrigar os idosos que até então viviam em 14 casas da Vila Vicentina, inaugurada em 1926 pela SSVP. O edifício pode hospedar até cem pessoas e, segundo seus registros, os primeiros “pobres asilados” foram João Caldeiro e sua esposa Marcolina. Hoje, a instituição é gerida pela entidade Irmãs da Providência de Gap e tem um médico voluntário, uma enfermeira-padrão, quatro auxiliares de enfermagem, uma nutricionista, um psicólogo, um assistente social e mais 36 funcionários.

Ao longo do tempo, o edifício sofreu alterações e ampliações. Atualmente, o complexo é um conjunto de cerca de oito edificações, com planta em U de único pavimento e porão alto com base de pedra. O acesso principal dá-se pela escada ou rampa que levam ao alpendre, onde estão duas entradas simétricas. A fachada principal apresenta elementos decorativos como frontão, platibanda, frisos e relevos com moldura em volta das janelas. No centro da fachada, em frente ao jardim, apresentam-se, de forma simétrica, três janelas com vidraça retangular. As portas de entrada e da parte interna do edifício são de verga reta com bandeira fixa e detalhe de vidro. O piso interno é de ladrilho hidráulico decorado e o piso do alpendre de lajota vermelha.

Junto à lateral direita está a capela do asilo, que tem recuo frontal com pequeno jardim que dá acesso para a rua. Na fachada principal repetem-se os mesmos elementos decorativos, acrescentando-se somente, em cima do frontão, a cruz.



Casa Viotti

Praça Delfim Moreira, 87

Construção: 1930

Em fevereiro de 1931, *A Gazeta de Jacutinga* registrou a inauguração de uma “elegante vivenda, de dois pavimentos, em estilo moderno, tipo *bangalow*”. Era a Casa Viotti, construída por Sebastião Nogueira de Sá Viotti, o Nenê Viotti, neto do imigrante genovês Jacobus Franciscus Viotti, que chegou ao Rio de Janeiro em 1828, aos 15 anos. Nenê Viotti nasceu em 1877 em Baependi, terra de sua avó, Isabel Caetana, e começou a vida como tropeiro. Mais tarde, foi comprador de café e comerciante de secos e molhados, em sociedade com o irmão Renato. Também desmatava terras para fornecer dormentes para a ferrovia e formar propriedades produtivas de café, vendidas em seguida.

Construído em frente à estação ferroviária, com projeto de um sobrinho de Nenê que era engenheiro e do arquiteto Victorio Coppos (1890-1965), que ficou famoso com suas obras, o sobrado guarda muita história. Na Revolução de 1932, a família Viotti retirou-se para sua fazenda e deixou o sobrado nas mãos dos militares que defendiam o governo de Getúlio Vargas. Eles instalaram um canhão na varanda do segundo andar, ponto privilegiado para vigiar os movimentos da estação. Também foi o sobrado dos Viotti que recebeu Juscelino Kubitschek em 1950, quando se candidatava ao governo

de Minas pelo PSD. Foi um grande baile, com a presença de toda a sociedade local. Uma noite memorável, segundo os cronistas da época.

A casa continua com a família Viotti e em bom estado de conservação. Com acesso lateral e jardim, tem dois pavimentos: a parte superior, com 14 cômodos, sempre foi moradia; o térreo foi inicialmente um depósito de café e depois abrigou uma cooperativa de consumo, uma loja de malhas e, nos anos 2000, o estúdio fotográfico da Ponto Toc, pioneira em fotografia de moda na região.

A fachada e a parte interna mantêm o projeto original, assim como a pintura dos cômodos e o mobiliário. Na entrada do piso superior há um suntuoso saguão ornamentado com colunas neoclássicas e pintura feita diretamente na parede por Amadeu Guinesi. A sala de jantar tem pintura adamascada, e a sala de música, tons de carmim com efeito luminoso. As janelas dos dormitórios são dispostas para as laterais, enquanto as da sala de música e da capela voltam-se para a rua. A sala de jantar, o banheiro e a cozinha estão nos fundos, onde há uma escada para o quintal. A capela de São Sebastião é a maior obra de arte dessa residência. Tanto por seu mobiliário, todo esculpido em madeira maciça, como pela pintura do teto e das paredes.





Compras, caminhadas e observação de pássaros

Jacutinga tem muitas atrações para turistas, mas nenhuma delas tão bem sucedida como a do evento FestMalhas, que em 2017 atraiu 200 mil pessoas à cidade, no quadragésimo aniversário do evento. Em 2018, a greve dos caminhoneiros atrapalhou um pouco, mas nada impede a realização da FestMalhas: prorrogada por uma semana, ainda assim a festa levou 180 mil visitantes a Jacutinga.

Afinal, a cidade integra um dos mais antigos circuitos turísticos mineiros, o Circuito das Malhas, que existe desde 2005 e abriga mais de 2.000 malharias, metade delas em Jacutinga. Líder na produção têxtil e referência na moda brasileira, o Sul de Minas não oferece apenas compras: tem clima de montanha, rico patrimônio histórico, rios e cachoeiras de tirar o fôlego. Especificamente em Jacutinga, seu brejo —o santuário das aves— tem atraído muitos observadores de pássaros, que podem contar com um guia residente que já fotografou 326 espécies de aves no território da município.

Para quem gosta de caminhar na natureza, os 71 quilômetros da Caminhada da Prece de Jacutinga levam da antiga estação ferroviária da cidade à basílica de Nossa Senhora do Carmo, no centro de Borda da Mata. Realizada pela primeira vez na Semana Santa de 2007, essa caminhada tem se repetido todos os anos, cada vez com mais participantes, e agora ocorre também em dezembro.

Outra caminhada concorrida é a Rota da Revolução, que percorre 65 quilômetros de marcos da Revolução de 1932, incluindo fazendas, memoriais e até trincheiras. A pé, de bicicleta ou de ônibus, os participantes são acompanhados por guias e entram em contato com descendentes dos combatentes. No centro urbano, onde não houve combates, Jacutinga abrigou as tropas federalistas.

Prece
Participantes da
Caminhada da Prece
em 5 de agosto de
2018, rumo à festa
do Bom Jesus em
Albertina.

Foto Nívea Dias



Sucesso

A FestMalhas de 2018 sofreu com a greve dos caminhoneiros e o atraso do frio. Mas, mesmo assim, atraiu 180 mil visitantes.

Foto Nívea Dias

A cidade tece

A prefeitura varre o Centro, renova a pintura branca dos meios-fios e, em parceria com a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Jacutinga (Acija), sinaliza todos os trevos nas estradas com placas para apontar o rumo de Jacutinga e divulgar o evento. Há 41 anos, todos os anos, na semana que inclui o feriado de Corpus Christi, Jacutinga expõe sua produção de malhas e seu talento para receber pelo menos cem mil visitantes na FestMalhas, o maior evento anual de negócios e turismo do município. A cidade toda tece. As malharias locais buscam a mão de obra necessária para produzir e depois atender clientes no atacado e no varejo, aprontam suas novas coleções e preparam cerca de 600 lojas e 60 estandes.

A FestMalhas, uma das mais tradicionais feiras de malhas do Brasil, é organizada pela Acija, com apoio da prefeitura. O espaço do festival, com estandes de malhas, produtos artesanais mineiros e praça de alimentação, tem cerca de 8 mil metros quadrados e há tempos transbordou do Palácio das Artes, onde hoje são realizados desfiles e eventos, e ocupou a Rua Augusto Felipe Wolf, na área central. Dois meses antes do festival, a rua é fechada para a montagem de um piso especial e da cobertura para os estandes. Em 2018, a decoração foi inspirada nos fios e na cor azul, tendência da moda para o ano. Foi de causar inveja às cidades vizinhas, também produtoras de malhas, garantem os habitantes de Jacutinga. Além disso, grupos de teatro preparam peças, bandas ensaiam shows, hotéis e restaurantes arrumam seus salões para receber mais e melhor e apresentam novos cardápios.

Em 2017, na sua 40ª edição, quase 200 mil pessoas foram comprar malhas em Jacutinga. Em 2018, o evento sofreu com a greve dos caminhoneiros e o atraso do frio —e foi prorrogado por uma semana, sem custos adicionais para os expositores, a fim de atrair visitantes depois de findo o movimento grevista. Pelos cálculos da Acija, 180 mil pessoas passaram pelo evento, 10% menos que no ano anterior. Além disso, o impacto das vendas realizadas por meio da internet também é sentido pelos expositores, embora ainda não seja mensurado.

Nada impede a realização da FestMalhas. Há anos bons e outros nem tanto, mas é uma iniciativa de longo prazo. Maio e junho são os meses em que Jacutinga brilha mais intensamente e ganha destaque no Circuito das Malhas do Sul de Minas, que produz vestuários em tricô e tecido plano; moda feminina, masculina, infantil e *plus size*; moda pet e pijamas; lingerie e acessórios —sem contar a diversidade de queijos, cachaças, artesanatos e doces típicos da região.

Um dos mais antigos circuitos turísticos mineiros, o Circuito das Malhas existe desde 2005 e foi certificado pela Secretaria de Turismo de Minas Gerais no ano seguinte. Surgiu com o crescimento do turismo de negócios nos municípios de Albertina, Borda da Mata, Inconfidentes, Jacutinga, Monte Sião e Ouro Fino — todos integrantes do circuito. Juntas, essas cidades recebem cerca de um milhão de visitantes por ano e o turismo de compras representa até 70% da receita desses municípios.

Jacutinga é a Capital Nacional da Malhas e a FestMalhas projeta a cidade como polo turístico e produtor de moda em malhas. A cidade é responsável por um terço da produção nacional de malhas, de acordo com a Acija. Monte Sião é chamada a Capital Nacional do Tricô. Para não ficar atrás, Borda da Mata passou a se intitular a Capital Nacional do Pijama. Em Inconfidentes, o crochê movimentou o comércio regional.

Circuito das Malhas

Líder na produção têxtil e referência na moda brasileira, o Sul de Minas oferece muitas coisas além de compras: clima de montanha, com altitudes superiores a 1.300 metros, e uma cultura das mais ricas, com enorme importância histórica e com marcante influência de imigrantes italianos. Junte a essa cultura a hospitalidade local, as belezas naturais, as montanhas, os rios e as cachoeiras de tirar o fôlego. As cidades do Circuito das Malhas também preservam um rico patrimônio arquitetônico do período áureo da produção de café na região. O cenário, antes ocupado pela cafeicultura e pela pecuária, transformou-se. Hoje, a região é um dos mais importantes centros de malharia retilínea do país (*ver box da malharia retilínea, pág. 31*). Segundo Priscila Moraes, presidente do Circuito das Malhas, não há levantamento do número de malharias na região. “Estima-se mil malharias em Monte Sião e outras mil em Jacutinga, as duas cidades principais”, diz ela.

O movimento nessas cidades não se limita a grandes eventos. A partir de março, é hora de visitar a região e conhecer os lançamentos das coleções de inverno, que acompanham tendências que foram destaque em passarelas internacionais. A segunda quinzena de julho é o momento certo para aproveitar as liquidações de inverno, que chegam a oferecer descontos de até 70%. Quem for visitar o circuito nessa época vai usufruir da qualidade das malhas, tricô, crochê e pijamas e também do charme e hospitalidade das pequenas cidades sul-mineiras, com suas comidas típicas, doces e queijos.

O circuito já se consolidou como um dos maiores centros de produção têxtil do Brasil. Mas vai além e resgata a cultura tradicional das comunidades, com eventos que mostram a dança, a música, as tradições

e o artesanato local. Além disso, neste cantinho tranquilo do sul-sudoeste de Minas, sempre se realizam eventos com foco na gastronomia e nos esportes, como ciclismo e *trekking*.

Jacutinga é famosa por causa das malhas, mas oferece muito mais aos turistas. Refúgio de uma grande diversidade de aves, com 326 espécies registradas, o município pode vir a se tornar um dos mais atraentes destinos turísticos para observadores de aves (*birdwatchers*) do Brasil e do exterior. Além disso, a cidade tem um guia ornitológico residente, o fotógrafo Geiser Trivelato, que conhece toda a região e todos os pássaros que nela habitam (*ver pág. 158*).

A observação de aves, ou *birdwatching*, é uma atividade turística que segue a vertente contemplativa do ecoturismo. Trata-se de observar as aves no seu meio natural, como atividade de lazer. Além da simples observação, com recurso de binóculos e telescópios de campo, essa atividade tem variantes como a fotografia, a pintura e a ilustração da natureza.

A maior parte dos observadores de aves vem de países considerados como os maiores geradores de turismo (Estados Unidos, Canadá, Austrália, Alemanha, Reino Unido), conscientes da necessidade de preservar os escassos recursos ambientais existentes. Nos EUA são mais de 47 milhões de observadores de pássaros. É um grande negócio, que gera mais de 600 mil empregos e movimenta quase 106 bilhões de dólares por ano.

Dados dos operadores turísticos estadunidenses indicam que, por ano, de 4 milhões a 6 milhões de turistas viajam para o exterior, procurando locais onde estejam em contato direto com a natureza. Entre esses viajantes estão os observadores de pássaros. Já a Embratur constatou que, em 2017, o segmento Turismo de Natureza representou 16,6% das viagens de lazer para o Brasil. E houve um crescimento de 11,5% no número de turistas nas unidades brasileiras de conservação, também em 2017. Para 2018, de acordo com a presidente da Embratur, Teté Bezerra, é esperado o número recorde de 8,6 milhões de turistas nas áreas protegidas.

Nas asas da diversidade

Com sua abundância de biomas, que propiciam a existência de inúmeros ecossistemas, o Brasil é bastante rico em aves e provavelmente tem um número significativo delas ainda não descrito pela ciência. Tem tudo, portanto, para receber um grande contingente de observadores de pássaros de outros países e para fomentar o desenvolvimento desta atividade de lazer entre os brasileiros.

Nos Estados Unidos, a era da observação organizada de aves começou em 1873, quando dois jovens ornitólogos fundaram, em Boston, o Clube Ornitológico Nuttall. No Brasil, essa história começa em 1946

No foco

No famoso brejo de Jacutinga, Trivelato (terceiro da esq. para a dir.) guia um grupo de cinco observadores de pássaros em julho de 2018.

Foto Nívea Dias

com a chegada a Porto Alegre do estadunidense William Belton (1914-2009), que foi cônsul dos Estados Unidos naquela cidade até 1948. Em seus três anos de permanência no cargo, ele se deu conta do enorme potencial da atividade de observação de pássaros por aqui. Em 1970, já aposentado, fixou-se em Gramado (RS) e de lá partiu em inúmeras expedições para os mais diversos rincões do Rio Grande do Sul, sempre observando pássaros. Em 1972, ministrou o primeiro curso de extensão sobre o assunto na Unisinos.

Um grande impulso para a atividade em todo o país surgiu em 2005, com a criação do site Aves do Brasil. Foi o primeiro site para registros de fotos e sons de aves, precursor do atual Wiki Aves. O Aves do Brasil foi atualizado entre setembro de 2005 e setembro de 2009, teve mais de 2.500 usuários, abriga mais de 20 mil fotos e tem mais de mil espécies cadastradas. Ali, centenas de brasileiros compartilharam suas descobertas em vários pontos do país.

Em seguida, o Wiki Aves alavancou de vez a prática da observação de aves no Brasil. Tornou-se o segundo site mais acessado do mundo no assunto e, em abril de 2018, contava com cerca de 30 mil usuários cadastrados. É a grande enciclopédia da avifauna brasileira, onde é possível consultar as espécies postadas em cada município. Estima-se que, no Brasil, haja cerca de 50 mil observadores de aves. Eles são ornitólogos, pesquisadores, universitários, estudantes de ensino médio e fundamental, além de profissionais liberais de diferentes áreas. A grande maioria desses observadores tem alto poder aquisitivo e nível superior de educação, e 70% deles estão concentrados no sudeste do país.

Fotógrafo é também guia e ensina a observar aves

As aves sempre foram um assunto fascinante para Geiser Trivelato, fotógrafo de natureza e guia de observação de pássaros em Jacutinga. “É a classe animal mais fácil de se observar na natureza em qualquer local que seja, até mesmo dentro das cidades”, diz. No município de Jacutinga, ele fotografou 326 espé-

cies diferentes de aves até março de 2018. Como o Brasil tem pouco mais de 1.900 espécies confirmadas em seu território, nada menos que 17% delas estariam dentro dos limites de Jacutinga —a grande maioria “hospedada” no brejo vizinho à zona urbana, um verdadeiro santuário das aves (ver pág. 168).

Muito antes de se falar em observação de pássaros no Brasil, Trivelato já era um observador. Desde bem pequeno, gostava de passarinhos e começou a ler tudo sobre ornitologia. As viagens que fazia pelo Brasil eram sempre motivadas pela sua

paixão pelas aves. Há cerca de oito anos, baseado no conhecimento que acumulou sobre esse universo, ele passou a oferecer serviços como guia para quem deseja observar e principalmente fotografar as aves em seu ambiente natural.

Em pouco tempo, Geiser colocou Jacutinga entre os principais municípios do Brasil para observação de aves. Recebe observadores de aves de várias partes do país e do mundo, a maioria dos quais fica hospedado nos hotéis da cidade e faz suas refeições nos restaurantes locais. O mais importante é que eles



gostam do que veem —muitos já voltaram mais de uma vez.

› **Como praticar** — O que é preciso para ser um observador de pássaros? A atividade requer pouco investimento: roupas leves e confortáveis, de preferência de cores discretas e que se confundam com a vegetação; boné ou chapéu, sempre; calçados com boa aderência e, se possível, com cano alto; e mochilas impermeáveis, para levar capa de chuva, caderno, guia, repelente, protetor solar, água, lanche etc. A maior despesa é o binóculo, uma

das principais ferramentas do observador de aves, porque torna possível a observação de detalhes e características importantes para a correta identificação das espécies.

É fundamental saber ouvir e identificar corretamente uma ave que canta no meio da mata. Para atraí-la, Trivelato usa o canto da própria espécie, arquivado em seu celular e amplificado por uma caixa de som conectada ao aparelho. Se a ave não aparecer, ele usa um dispositivo que fabricou e que emite o chamado de uma ave predadora. A ave surge imediatamente. Trive-

lato lança mão destes recursos de aproximação com parcimônia para não estressar as aves.

A observação de aves é uma atividade de lazer que contribui para a conservação dos ambientes naturais e para a educação ambiental e científica. Há épocas e momentos mais apropriados para encontrar determinadas espécies com maior facilidade. Os melhores períodos do dia são o amanhecer, até às 10 horas, e o final da tarde, entre 16h e 18h. Nestes períodos ocorre uma maior atividade das aves, em busca de alimento.

Caminhadas de Jacutinga

Na Semana Santa de 2007, um grupo de jacutinguenses percorreu pela primeira vez o Caminho da Prece. São 71 quilômetros e o ponto de partida é a Praça Delfim Moreira, onde fica a antiga estação ferroviária da cidade. O roteiro termina na basílica de Nossa Senhora do Carmo, no centro da cidade de Borda da Mata, passando pelos municípios mineiros de Ouro Fino, Inconfidentes e Tocos do Mogi. O mesmo grupo já havia percorrido o Caminho de Santiago, na Espanha, e o Caminho da Luz, rota de 200 quilômetros entre Tombos, na Zona da Mata mineira, e o Pico da Bandeira, na divisa entre Minas e Espírito Santo.

O êxito da primeira experiência, a ótima recepção ao longo da caminhada e o belo cenário das montanhas de Minas foram estímulos para que repetissem a experiência de 2008 a 2014, sempre na época da Semana Santa, com um grupo cada vez maior. Os peregrinos continuaram a se multiplicar e, hoje, com o trajeto inteiramente sinalizado, a caminhada atrai peregrinos todo final de semana.

Para estender os benefícios dessa caminhada aos amantes do esporte e outros interessados, os organizadores passaram a demarcar e a colocar pontos de apoio ao longo do trajeto. Passaram também a fornecer credencial e certificado de participação. Desde 2015, os moradores e proprietários de estabelecimentos comerciais à beira do caminho também se envolvem no projeto. Naquele ano, foi realizado o lançamento oficial dessa nova rota peregrina e turística no Sul de Minas.

É uma ótima opção para finais de semana, sendo um caminho intermediário, de curta duração, que além das oportunidades para meditação, encontro consigo mesmo e integração com pessoas simples, com a natureza e com situações do dia a dia, serve ainda como preparação para quem pretende fazer uma peregrinação mais longa (a rota mais curta para fazer o Caminho de Santiago, por exemplo, tem 120 quilômetros; a mais longa tem 850).

Jacutinga vai à guerra

A Revolução Constitucionalista de 1932 foi o movimento iniciado por São Paulo, entre julho e outubro daquele ano, com a intenção de derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas (*ver página 91*). Na divisa entre São Paulo e Minas Gerais, Jacutinga foi palco importante dessa revolta armada. Na cidade passava a única linha férrea a ligar o leste paulista com a região da Mogiana e havia uma linha de telégrafo importante para permitir o contato do comando federalista em Minas com o Rio de Janeiro, então capital do país. Não houve combates na área urbana, mas

o comando e as tropas do governo federal ficaram ali sediados. Mas os exércitos paulista e federalista combateram na zona rural de Jacutinga.

Fazendas, casarões, trincheiras, igrejas, pontos de artilharia e estações ferroviárias, assim como lugares de passagem, de combate e de acantonamento de tropas —tudo isso hoje faz parte da Rota da Revolução, criada em 2016 pelas secretarias de Cultura de Itapira e de Jacutinga, para incrementar o turismo na região. As prefeituras demarcaram o roteiro histórico em toda sua extensão, com placas indicando os pontos importantes na rota, que hoje é operada por uma empresa privada.

São 65 quilômetros, saindo da antiga estação ferroviária no centro de Jacutinga e passando, em Minas, pelos bairros rurais de São Luiz, Machado e Sapucaí, e, em São Paulo, pelo bairro Eleutério, Barão Ataliba Nogueira e Fazenda Malheiros. O retorno é pelos bairros mineiros, atravessando as fazendas da Mata e Bom Café e o bairro dos Stecca. O percurso pode ser feito a pé, de bicicleta ou de ônibus.

Em cada parada, as pessoas ouvem as histórias do conflito. O Marechal Eurico Gaspar Dutra, que viria a ser presidente do Brasil entre 1946 e 1951, ainda era major e comandava as tropas federalistas de Minas Gerais, que acamparam na Fazenda da Mata, um dos pontos do roteiro. Netos e bisnetos de pessoas que viveram naquele tempo recontam as memórias de seus antepassados. Em homenagem aos desconhecidos que pereceram na guerra erigiu-se, em terras da Fazenda Malheiros, o memorial Túmulo do Soldado, que guarda os restos mortais de um combatente cuja identidade se perdeu com o passar do tempo.

É um roteiro em permanente construção: outras cidades de Minas e São Paulo se interessaram por participar da iniciativa. Assim, outros levantamentos serão feitos, novos lugares acrescentados e mais histórias serão contadas.

Trilhas e marcos

O grupo de mulheres ciclistas Angels Bike, de Jaguariúna (SP), percorre o Caminho da Prece em junho de 2018.

(pág. 162)

Embora abandonada, a estação Sapucaí, da antiga estrada de ferro, é um dos marcos do trajeto da Rota da Revolução.

(pág. 164)

Fotos Nívea Dias











Rica fauna e flora, mas em perigo

Ainda sobrevivem no território de Jacutinga 326 espécies de aves, principalmente no brejo conhecido como santuário das aves, e 472 espécies de vertebrados, inclusive vários em risco de extinção, como o lobo guará e a onça parda. Além disso, a flora vegetal registra 886 espécies e, nos rios, surpreendentemente, vivem 73 espécies de peixes.

Mas tudo isso é apenas o que resta. Nos primeiros anos da década de 1820, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire percorreu a região do Sul de Minas e ficou muito impressionado com a variação contínua de montanhas, vales, matas e vargens, além da vegetação rasteira e emaranhada chamada carrascal. Um século depois, em 1927, o botânico brasileiro Frederico Carlos Hoehne encontrou um panorama completamente diferente: já não havia qualquer sinal de “mata verdadeiramente virgem” e por todo lado só se viam pastos, cafezais e roçados “ou então matagais feios, raquíticos”.

Hoje, menos de 10% do território ocupado pelo município de Jacutinga ainda tem florestas e há menos de 1% de área reflorestada, em geral com eucaliptos. A rica bacia hidrográfica desse território está gravemente comprometida, porque há coleta de esgoto, mas não há tratamento dos dejetos, que são despejados nos cursos d’água.

Infelizmente, até meados de 2018, ainda não fora implementado o Plano Municipal de Saneamento Básico, aprovado em 2015, e é quase imperceptível a atuação do Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente (Codema). Multiplicam-se os loteamentos em áreas de preservação ambiental, a maioria sem qualquer contrapartida. É grande, pois, o desafio ambiental da cidade.

O brejo

Na rota de migração de vários pássaros raros, o brejo é considerado um santuário das aves.

Foto Nívea Dias

O santuário das aves

Está documentado: o município de Jacutinga tem 326 espécies de aves, 180 delas no brejo, ao lado da mata ciliar do Rio Mojiguaçu. O brejo, esse pântano de 500 metros de comprimento por 200 de largura, tem várias nascentes e uma vegetação baixa, que esconde uma infinidade de aves e ninhos. Se desaparecesse essa vegetação, desapareceria também 90% da exuberante avifauna que a habita.

Bem perto da área urbana da cidade, entre os bairros Vale das Primavera II e Vale das Flores, o brejo foi visitado em 2010 por um grupo de alunos do curso de Engenharia Ambiental do Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal (Unipinhal), interessados em registrar as espécies existentes na cidade, determinar os riscos de extinção de cada espécie catalogada e também o estado de conservação de seus habitats. Nesse ano, o grupo apresentou o seu *Levantamento preliminar de avifauna do município de Jacutinga*.

A equipe incluiu o fotógrafo jacutinguense Geiser Trivelato (ver pág. 158) e catalogou 216 espécies de aves no município. Hoje, Trivelato já fotografou 326 espécies.

Os três caboclinhos

Algumas dessas espécies registradas no brejo não são observadas em nenhum outro local de Jacutinga. Exemplos são o tico-tico-do-banhado (*Donacospiza albifrons*), o coleiro-do-brejo (*Sporophila collaris*), o frango-d'água azul (*Porphyrio Martinica*), a sanã vermelha (*Laterallus leucopyrrhus*) e três pássaros que aparecem na lista de espécies ameaçadas de extinção no estado de Minas Gerais: o caboclinho-de-barriga-preta (*Sporophila melanogaster*), o caboclinho-de-barriga-vermelha (*Sporophila hypoxantha*) e o caboclinho-de-chapéu-cinzento (*Sporophila cinnamomea*).

Estes três caboclinhos são um claro exemplo da importância deste brejo, considerado um santuário das aves, porque são avistados apenas durante dez a 15 dias entre os meses de novembro e dezembro, a meio caminho de sua longa migração anual entre as regiões de cerrado do centro-oeste brasileiro e o sul do país. Chegam até a Argentina e o Uruguai, passando por Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e é nessa época do ano que se reproduzem no destino final. Comedores de sementes de alguns capins nativos que ocorrem em áreas úmidas, os caboclinhos apenas param para descansar no brejo de Jacutinga.

Além dos caboclinhos, outras aves raras aparecem por ali. Por exemplo, um curió macho, espécie que estava desaparecida há décadas, foi fotografado no brejo em dezembro de 2017. Talvez a descoberta mais

importante até o momento seja a de uma espécie que acaba de ser descrita pela ciência, cujo nome popular é patativa-tropeira (*Sporophila beltoni*). O *beltoni* de seu nome científico é uma homenagem ao ornitólogo estadunidense William Belton, que descreveu o pássaro (ver pág. 158), e seu nome popular indica que, ao migrar, a ave segue a histórica Rota dos Tropeiros, um caminho usado para conduzir o gado e outras mercadorias do sul da Bahia e de Minas Gerais para mercados no sudeste do Brasil, a partir do início do século XVIII e até 1930.

A patativa-tropeira é um papa-capim, parente próximo da patativa comum (*Sporophila plumbea*), mas tem o bico amarelo e habita o sul do Brasil. Depois do verão no sul do país, quando se reproduz, ela foge do inverno e migra para o norte. Registros de 2016 e 2017, nos meses de abril e maio, provam que o brejo de Jacutinga é um dos locais escolhidos pela ave para repouso e alimentação.

A mudança da paisagem

No século XIX, o Sul de Minas equivalia às terras entre a Mantiqueira e o arco formado de sudeste a oeste pelo Rio Grande. Reunia as terras banhadas pelos rios Grande e Sapucaí, percorridas pelo naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire nos primeiros anos da década de 1820. “Às matas virgens sucedem-se carrascais muito cerrados e copados, que se compõem de uma quantidade de árvores de diferentes espécies e principalmente arbustos”, escreveu Saint-Hilaire, ao visitar áreas da Serra do Ibitipoca, Aiuruoca, Carrancas, Baependi, Pouso Alto e Registro da Mantiqueira. A variação contínua de montanhas, vales, matas (inclusive as rasteiras e emaranhadas, chamadas carrascais) e vargens impressionou o francês, que também descreveu os tipos de solo: argilosos, arenosos e rochosos.

Um século depois, em 1927, o cientista Frederico Carlos Hoehne, chefe da Seção de Botânica do Museu Paulista, fez duas diferentes viagens pelo Sul de Minas e já encontrou um panorama completamente diferente do que Saint-Hilaire havia descrito:

Durante toda esta viagem [...] procuramos, mas não encontramos um reduto de mata verdadeiramente virgem, em qualquer dos pontos mais acessíveis visitados. Raríssimas áreas cobertas de capoeiras de mais de dez anos que enxergamos. Por todos os lados, em todas as direções, até onde a nossa vista alcançava, da janela do carro, só vimos pastos artificiais de capim gordura ou jaraguá, campos naturais, roças de milho, feijão, mandioca, arrozais e cafezais, ou então matagais feios, raquíticos, sem qualquer importância ou utilidade presente ou futura.

Estas alterações das paisagens sul-mineiras na virada para o século XX foram decorrentes de quatro dinâmicas principais, intimamente articuladas entre si: o crescimento demográfico regional; a introdução e expansão da cafeicultura; a modernização dos meios de transporte regionais; e a modernização da pecuária.

De fato, entre 1872 e 1920, o Sul de Minas esteve entre as regiões com maior taxa de crescimento e, no censo de 1920, já abrigava 20% da população mineira, tornando-se a região mais populada do estado: saltou de 260 mil habitantes em 1872 para quase 730 mil em 1907 e, no ano de 1920, alcançou mais de um milhão de habitantes. O número de cidades na região também passou de 17, em 1874, para 35, em 1907; em 1920, os municípios sul-mineiros já beiravam os 50. Esse crescimento fortaleceu o mundo urbano, as atividades comerciais e os aparatos políticos locais.

Formou-se, então, um conjunto de pequenas redes de cidades no sudoeste mineiro, entre elas Poços de Caldas, Pouso Alegre, Passos, Varginha, Itajubá e Alfenas. Gradativamente, aumentou o número de estradas vicinais que ligavam distritos e povoados às sedes municipais. Nas zonas rurais cresceu significativamente o número de propriedades, principalmente em função do parcelamento de antigas fazendas e da incorporação ao tecido produtivo de áreas anteriormente pouco ocupadas.

Além disso, nas primeiras décadas do século XX, uma das faces mais visíveis da pressão sobre a terra foi a extração de lenha para uso doméstico. O botânico Hoehne se assustou com os danos cumulativos que ela causava às paisagens sul-mineiras. O papel catalisador dos modernos meios de transporte na transformação das paisagens sul-mineiras não escapou a ele:

A estrada de ferro leva o progresso para os sertões de nossa terra, mas semeia e amplia também os desertos, porque nas fornalhas das suas locomotivas desaparecem as mais belas florestas nativas, de cujo replante ninguém se ocupa. [...] Para apressar o desaparecimento das florestas concorrem as estradas de rodagem e as vias férreas, que estão sendo abertas para muitas regiões exclusivamente para facilitar a aquisição de madeira e lenha.

Somente a cafeicultura superou os meios modernos de transporte na alteração das paisagens regionais. A fazenda de café ampliou muitíssimo a escala do desmatamento e alterou o padrão de uso do solo no Sul de Minas. Os cafezais subiram os topos dos morros florestados, ainda bem cobertos por matas primárias e secundárias, derrubando-as. Também impulsionou a ampliação da malha ferroviária e do trânsito de vapores

nos rios Grande e Sapucaí, espalhando trilhos, telégrafos, pontilhões, estações, portos e armazéns na região.

O café fez crescer ainda mais a população regional e trouxe consigo o calçamento de ruas, a eletricidade, o telefone, a construção de sistemas de abastecimento de água, teatros, praças e estradas para ligar as cidades às estações ferroviárias. Os moradores citadinos foram expostos a novos hábitos e muitas novidades. Se não houve alteração no sistema agrícola nem na estrutura fundiária por causa da expansão cafeeira, houve uma escalada nas pressões sobre o ambiente em toda a região. As florestas e os campos naturais sul-mineiros recuaram bastante. Sobraram tiras de matas ao longo dos córregos, manchas pequenas nas cristas dos morros ou nos pontos em que o terreno não oferecia vantagens à agropecuária. As culturas cafeeira e canavieira e os pastos artificiais também reduziram sensivelmente a biodiversidade regional.





Pássaros do brejo

Acima, à esq.,
o tico-tico
do-banhado
(*Donacospiza*
albifrons).

Ao lado,
o frango-d'água
azul (*Porphyrio*
martinica).

Acima,
coleiro-do-brejo
(*Sporophila collaris*).
Fotos Geiser Trivelato



Brejo de Jacutinga

O pântano que abriga 180 espécies de aves, algumas raras ou em perigo de extinção.

(pág. 176)

Foto Nívea Dias

Os três caboclinhos

Acima, o caboclinho-de chapéu-cinzento (*Sporophila cinnamomea*).

À dir., ao alto, o caboclinho-de barriga-vermelha (*Sporophila hypoxantha*)

Ao lado, o caboclinho-de barriga-preta (*Sporophila melanogaster*).

Fotos Geiser Trivelato











Mais aves do brejo

À esq., ao alto,
a patativa-tropeira
(*Sporophila*
beltoni).

Ao lado,
o curió
(*Oryzoborus*
angolensis).

Acima, a jacutinga
(*Aburria jacutinga*).
Fotos Geiser Trivelato

O grande rio da cobra

No idioma tupi, Mojiguaçu significa grande rio da cobra, devido ao traçado do rio, com majestosas curvas e meandros. Por décadas houve controvérsias quanto à localização da sua nascente. Estudos realizados por Brigante *et al.* (2003) chegaram à nascente do rio no município de Bom Repouso, no alto da Serra da Mantiqueira.

Do morro do Morgado, a 1.650 metros de altitude, onde nasce, o Rio Mojiguaçu traça seu rumo no sentido norte-sul, juntamente com seus principais formadores, o Ribeirão Eleutério e o Rio do Peixe. Dezenas de quilômetros depois, adaptando-se às condições geológicas do solo —uma grande bacia sedimentar que declina da Mantiqueira para o Rio Paraná—, deflete para leste-oeste e deságua no Rio Pardo, a 490 metros de altitude, no chamado Bico do Pontal, onde os dois rios se encontram, no município de Pontal. O Rio Pardo é um afluente do Rio Grande e, ao se juntar com o Rio Parnaíba, forma o Rio Paraná.

A bacia hidrográfica do Rio Mojiguaçu abriga 40 municípios e uma população de 1,5 milhão de pessoas, em dois estados (São Paulo e Minas Gerais). O rio atravessa zonas urbanas das cidades de Mogi Guaçu e Porto Ferreira e a zona rural de Santa Rita do Passa Quatro, a cerca de 200 quilômetros de distância da nascente. Em seguida, passa pelo norte do município de Descalvado, a nordeste e norte de São Carlos, onde é divisa do município; e prossegue em direção a Guataporã e Barrinha. A importância do rio cresce com o incremento da economia na região, mas o uso predatório e o descaso de autoridades, empresários e da própria população causa a degradação de suas águas e ecossistemas.

Na cidade de Mogi Guaçu, o rio chega a ter 50 m de largura e, em trechos na cidade de Pontal, pouco antes de se unir ao Rio Pardo, tem 350 m de largura. Em período de cheia, sobe cerca de 1,5 m acima do normal. Quando o Mojiguaçu e o Pardo se encontram, no Bico do Pontal, o resultado é bicolor: a cor mais clara do Rio Mojiguaçu e a mais escura do Rio Pardo.

Rio Pardo

Já o Rio Pardo nasce no município de Ipuiúna, na região centro-sul de Minas Gerais, passando entre a Serra do Cervo e o município de Poços de Caldas, perto de Cabo Verde. Daí, adentra o estado de São Paulo no município de Caconde, corta o município de São José do Rio Pardo e avança no rumo noroeste, atravessando a rica região cafeeira conhecida como Califórnia Paulista.

Ali, passa por importantes municípios paulistas, entre eles Santa Rosa de Viterbo, São Simão, Mococa, Casa Branca, Cajuru, Jardinópolis, Ribeirão Preto, Pontal, Sertãozinho, Viradouro e Barretos, até desembocar no Rio Grande, na divisa entre São Paulo e Minas Gerais. Boa parte do volume de água deste rio provém do Rio Mojiguaçu, que o alcança após a sua junção no município de Pontal. Seu curso total é de 573 km. O Rio Pardo tem grande aproveitamento hidroelétrico, formando as represas Euclides da Cunha, Limoeiro e Caconde.

A difícil questão ambiental

O perfil municipal na dimensão Meio Ambiente, no Índice Mineiro de Responsabilidade Social, publicado pela Fundação João Pinheiro em 2010, registra uma área de cobertura com mata nativa de 9,9% e uma área reflorestada de 0,8% no território de Jacutinga. Estes índices colocam o município entre aqueles com menor índice de cobertura vegetal em Minas. A cidade também não tem uma área protegida por unidade de conservação e muito menos área de proteção integral.

O Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente (Codema), órgão consultivo e deliberativo que possibilita a participação da sociedade civil e deveria assessorar o executivo municipal nas questões ambientais, é praticamente inoperante na cidade. O executivo municipal é omissos em relação aos principais problemas ambientais. Por exemplo, só depois de anos de exploração predatória, extraíndo bem mais do que autorizava o direito de lavra, a gigante multinacional Danone sentou-se à mesa para negociar um acordo de regularização da exploração de água no município. Conforme consta do próprio Termo de Reajustamento de Conduta (TAC), o empreendimento da Danone é de grande porte e de grande potencial poluidor.

A empresa vinha extraíndo 147 milhões de litros de água mineral, um volume 18,5 vezes maior do que o previsto no estudo inicial de impacto ambiental. A própria Promotoria de Justiça considerou essa conduta predatória e exigiu um conjunto de medidas ambientais e compensatórias:

Medidas ambientais: obtenção de Licença de Operação Corretiva (LOC) instruída com novo Estudo de Impacto Ambiental (EIA); cumprimento das condicionantes ambientais eventualmente estipuladas no licenciamento ambiental; apresentação de relatório anual sobre a execução do plano de regularização; obtenção de certificado ISO 14001; monitoramento trimestral do tráfego de seus caminhões; e apresentação de Plano de Gestão Ambiental (PGA).

O Mojiguaçu
Vista aérea do Rio Mojiguaçu, o rio da cobra grande, que nasce em Bom Repouso, serpenteia por Jacutinga e vai desaguar no Rio Pardo. (pág. 184)

Foto Hilton Viotti





Medidas compensatórias: pagamento da quantia de R\$ 3 milhões para compensação das lesões ambientais irreversíveis, em prestações anuais vencíveis entre 2015 e 2019; pagamento da quantia de R\$ 2 milhões para compensação dos impactos imateriais e lucros cessantes ambientais, também em prestações anuais vencíveis entre 2015 e 2019; criação de uma Reserva Particular de Patrimônio Natural, na forma da Lei Estadual 14.309/2002 (art. 36); e adoção de mecanismos de proteção dos recursos hídricos do município.

Não há registro de nenhuma impugnação do Codema sobre os termos do TAC ou mesmo eventual formalização de proposta de complementação das medidas compensatórias, especialmente no pormenor da pequena contraprestação financeira em comparação à envergadura da lesão ambiental indicada pela própria promotoria.

Loteamentos em APPs

Também há grande número de loteamentos no município, 23 atualmente. Alguns desses empreendimentos foram implantados em áreas de preservação permanente (APPs), não havendo notícia —o assunto é de interesse público, daí a exigência de transparência— sobre eventuais procedimentos de descaracterização de APP ou de medidas compensatórias.

É sabido que a ocupação antrópica antiga pode impedir a incidência dos proibitivos legais para intervenção em áreas de preservação. Contudo, a matéria nunca foi tratada pelo poder público de forma a possibilitar que a população soubesse quais áreas foram descaracterizadas com base nesse motivo. De maneira geral, tudo indica que projetos implantados em APPs são executados sem qualquer estudo de impacto ambiental ou mesmo uma contrapartida para a cidade. Somente um empreendimento, o Pedra Amarela, ao que se saiba, fez o relatório de impacto ambiental e construiu uma estação de tratamento de esgoto (ETE) como medida compensatória.

Para além desse problema, Jacutinga também é um dos 27 municípios que lançam seus esgotos na bacia dos rios Mojiguaçu e Pardo e está entre os 13 que não contam com ETE. Grande parte do município é servida por rede coletora, mas não há qualquer tipo de tratamento para o esgoto doméstico, que é lançado *in natura* nos principais cursos d'água do território, entre eles Ribeirão Santo Antônio, Córrego Jacutinga, Rio Mojiguaçu, Córrego Sem Nome, Ribeirão São Paulo, Ribeirão Sapucaí e Rio do Peixe. O agrotóxico utilizado na cultura da batata, em Jacutinga, pode ser a causa da contaminação dos leitões d'água também por chumbo. Já a contaminação por fósforo, que alcança o segundo maior

índice no GD6, unidade de gestão da Agência Nacional de Águas (ANA) que inclui Jacutinga, é causada diretamente pelo baixo investimento em saneamento básico.

Nesse quadro, dados do Plano Diretor de Recursos Hídricos dos Afluentes Mineiros Mojiguaçu e Pardo mostram a deterioração da qualidade da água em todas as estações de amostragem na Unidade de Gestão, inclusive duas delas que estão no território de Jacutinga, uma no Rio Mojiguaçu e a outra no Rio Eleutério. Esta fica a montante da foz do Eleutério no Mojiguaçu e as amostras registram presença de alumínio dissolvido, coliformes termo-tolerantes, *Escherichia coli* e ferro dissolvido acima dos níveis tolerados pela legislação. Na estação do Rio Mojiguaçu, na divisa com o estado de São Paulo, as amostras indicam presença de alumínio dissolvido, coliformes termo-tolerantes e *Escherichia coli* com mais do que o dobro dos níveis tolerados, além de ferro dissolvido, fósforo, manganês e sólidos em suspensão.

Uma das medidas utilizadas para avaliar os danos causados por essa carga poluente nos rios é a Demanda Biológica de Oxigênio (DBO), ou seja, quanto oxigênio é necessário para degradar a matéria orgânica no meio aquático. No caso de Jacutinga, a carga poluidora orgânica lançada nos rios foi avaliada em 1.030,10 kg de DBO por dia, o que corresponde à terceira maior carga poluidora da bacia do Mojiguaçu e do Pardo.

Desde 1934, a água utilizada para o abastecimento da população do município é proveniente do Ribeirão Taguarussu, na Serra do Alto Alegre. Atualmente, a captação da água de abastecimento ocorre em nascentes nas terras da família Stecca e, quando a estiagem é prolongada, também no Rio Mojiguaçu, em local a jusante do lançamento de esgotos.

O Plano Municipal de Saneamento Básico, aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo prefeito em julho de 2015, norteia todos os investimentos em infraestrutura sanitária no município: implantação e reforma de redes de captação de esgotos; captação, tratamento e distribuição de água; tratamento de resíduos sólidos; e construção de estações de tratamento de esgoto (ETEs) e de tratamento de água e drenagem urbana (ETAs). Mas, até meados de 2018, o Plano não havia sido implementado.

Lotes
Vista aérea de
loteamentos no
bairro Coronel
Rennó de Cima,
em Jacutinga.
(pág. 188)

Foto Hilton Viotti





O verde que resta

Pequenos fragmentos de Mata Atlântica, principalmente nas encostas das serras, ainda são encontrados no município de Jacutinga e, ao longo de todo o curso do Rio Mojiguaçu, há uma mata ciliar relativamente bem preservada e contínua, onde predomina a mata semidecidual de planalto (caracterizada pela perda das folhas no outono/inverno e pela exuberância na primavera e no verão). Logo ao lado da mata ciliar do Mojiguaçu surgem, nas planícies, áreas abertas sujeitas às inundações do verão, as chamadas várzeas ou brejos. Áreas de pastagens e antrópicas (modificadas pelos humanos) também são frequentes na região, onde ainda há criação de gado de leite.

As matas secas estão nas áreas mais altas, longe de cursos d'água, e as matas úmidas, com muitas bromélias e palmitos do tipo juçara, ficam nas baixadas e geralmente mais próximas dos rios. Há uma ou outra árvore de cerrado e cerradão (o que mostra que Jacutinga antigamente era área de transição da Mata Atlântica para o Cerrado) e ainda existe uma vegetação de mata mais baixa e típica de montanha, que pode ser encontrada nos topos das áreas mais elevadas.

O município já foi totalmente coberto pela floresta latifoliada tropical, com araucárias, e pelos chamados campos de altitude, onde hoje só há pastos. As maiores reservas florestais que restam estão na região do Pico da Forquilha e não têm mais de dez hectares. Esta devastação foi provocada, em boa parte, pelas plantações de café, que dominaram, por décadas, toda a zona rural, e também pelas culturas da cana-de-açúcar e, mais recentemente, do eucalipto.

Diante deste quadro pouco favorável, é de se admirar que recente levantamento feito por moradores e pesquisadores sobre a fauna local tenha registrado a presença de várias espécies ameaçadas de extinção, segundo o ICMBio: na mata do Pico da Forquilha, o lobo guará (*Chrysocyon brachyurus*), a onça parda (*Puma concolor*) e o gato-do-mato-pequeno (*Leopardus tigrinus*); e, no matão do distrito de São Luís, primatas como o sagui-da-serra escuro (*Callithrix aurita*) e o macaco saúá (*Callicebus nigrifrons*). Foram também fotografados animais como irara, lontra, veado-catingueiro, guaxinim ou mão-pelada, tatu-galinha, ouriço-cacheiro, cachorro-do-mato, jaguarundi ou gato-mourisco e ratão-do-banhado.

Quanto à vegetação, nessa região uma floresta que pertence ao bioma da Mata Atlântica e dois tipos de campos: rupestre e cerrado. A floresta muda conforme as estações do ano —tem um aspecto no verão, com chuvas intensas, e outro no inverno, quando seca, devido à temperatura média inferior a 15°C. Já os campos são caracterizados por

vegetação herbácea, formando um relvado com aspecto muito variável, de compacto e contínuo a ralo e descontínuo.

Só Campestre e Santa Rita de Caldas apresentam a vegetação rupestre, com árvores de até dois metros de altura, o que inclui os candeais e particularmente a candeia-da-serra (*Eremanthus erythropappus asteraceae*). Já no campo cerrado, a altura média das árvores pode chegar a sete metros. O cerrado ocorre em apenas quatro municípios da área do GD6: Bandeira do Sul, Botelhos, Campestre e Poços de Caldas. Um estudo sobre a flora da bacia hidrográfica dos afluentes mineiros dos rios Mojiguaçu e Pardo, realizado em 2009, apontou 886 espécies vegetais. Foram catalogadas 472 espécies de vertebrados e registradas 73 espécies de peixes.

As águas

A Agência Nacional de Águas (ANA) é responsável pela implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), elaborando planos de recursos hídricos nas bacias hidrográficas que cobrem mais de um estado ou país, ou seja, que são de domínio da União. Esse é o caso da bacia hidrográfica dos rios Mojiguaçu e Pardo, uma das oito sub-bacias que compõem a bacia do Rio Grande. Há uma unidade de planejamento e gestão, conhecida pela sigla GD6, que se ocupa dessa sub-bacia, inserida no sul-sudoeste de Minas Gerais.

Na primeira semana de janeiro de 2018, para implementar a gestão conjunta de recursos hídricos, foi assinado o Pacto para a Gestão Integrada das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Grande. O acordo foi celebrado entre a ANA, os estados de Minas Gerais e São Paulo e os comitês com atuação nessa bacia hidrográfica. Aguardam-se os resultados.

Por enquanto, a ANA oferece uma descrição técnica pormenorizada das águas da região. A bacia dos rios Mojiguaçu e Pardo tem uma área de drenagem de 6.076 km², composta por 31 municípios (20 deles na área do GD6, inclusive Jacutinga), com uma população estimada de 1,5 milhão de habitantes. Do ponto de vista geológico, essa região envolve complexas formações, o que resulta em uma província extremamente rica em recursos minerais, inclusive com fontes termais em Poços de Caldas. O relevo é constituído por três unidades geomorfológicas: Planalto do Alto Rio Grande; Planalto de Poços de Caldas; e Serra da Mantiqueira e maciço de Itatiaia.

► Rio Mojiguaçu

Nascente: Bom Repouso, MG

Altitude da nascente: 1.650 m

Foz: Rio Pardo

Área da bacia: 14.463 km²

Comprimento: 473 Km

Principais afluentes:

Margem esquerda: Rio do Peixe (SP), Ribeirão do Meio, Ribeirão do Pântano, Rio do Quilombo, Ribeirão das Cabeceiras, Ribeirão das Araras, Ribeirão Santa Rita.

Margem direita: Rio Oriçanga, Rio Manso, Rio Capetinga, Rio Jaguari-Mirim, Ribeirão Bebedouro, Rio Itupeva, Ribeirão da Onça.



► Rio Pardo

Nascente: Ipuiúna, MG

Altitude da nascente: 1.380 m

Foz: Rio Grande

Área da bacia: 32.334 km²

Comprimento: 573 km

Principais afluentes:

Rio Velho, Rio Mojiguaçu, Rio Tambaú, Rio do Peixe, Rio Araraquara.



O pico

Vista do Pico
da Forquilha,
ponto mais alto
de Jacutinga.
(pág. 194)

Foto Nívea Dias

Mamíferos

Acima,
a suçuarana
(*Puma concolor*).

À dir., ao alto,
o lobo-guará
(*Chrysocyon
brachyurus*).

Ao lado,
o veado-catingueiro
(*Mazama
gouazoubira*).

Fotos Geiser Trivelato







Referências

- Almanach Sul Mineiro*, 1874-1884. Acervo de Bernardo Saturnino da Veiga, Campanha, MG.
- Anuário Estatístico de Minas Gerais*, 1922-1925. Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais, 1929.
- Anuário Industrial do Estado de Minas Gerais*. Departamento de Estatística de Minas Gerais. Belo Horizonte: Oficinas Gráficas de Estatística, 1941.
- Anuário Minas Gerais* (1949). Departamento de Estatística de Minas Gerais. Belo Horizonte: Oficinas Gráficas de Estatística, 1950.
- BANCO Interamericano de Desenvolvimento (BID) et al. *Relatório final do estudo de Malharias Retilíneas no Circuito das Malhas*. Jacutinga e Monte Sião: Programa de Apoio à Competitividade dos Arranjos Produtivos Locais de Minas Gerais, outubro de 2014.
- BIONDI, Luigi. *Mãos unidas, corações divididos. As sociedades italianas em São Paulo na Primeira República: sua formação, suas lutas, suas festas*. São Paulo: Unifesp, 2012.
- BOUCHER, François. TELLES, André (trad.). *História do Vestuário no Ocidente: das origens aos nossos dias*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- BUTTROS, Silvia. *Família Fleming*. Três Corações (MG), 2006.
- CÂMARA Municipal de Jacutinga. *Leis e resoluções da Câmara Municipal do município de Villa de Jacutinga*. Jacutinga, MG: Casa Cardona, 1911.
- CARVALHO, Daniel Serapião de. *A formação histórica das Minas Gerais*. Rio de Janeiro: MEC (Cadernos de Cultura).
- CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. "Correndo a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas (1880-1920)." In *Saeculum Revista de História*. João Pessoa, 2013.
- COSTA, Antônio Gilberto, et al. *Cartografia das Minas Gerais da capitania à província*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- DIAS, Reinaldo, et al. *O turismo de observação de aves: um estudo de caso no município de Ubatuba, SP*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2010.
- FEAM. *Plano para Incremento do Percentual do Tratamento de Esgotos Sanitários na Bacia Hidrográfica dos rios Mojiguaçu e Pardo*. Belo Horizonte: Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), 2015.
- FERNANDES, Renata Silva. *Indígenas na historiografia mineira: estudo de caso*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 1995.
- FRIEIRO, Eduardo. "A civilização do ouro." Rio de Janeiro: Editora Globo, 1970.
- FURRIER, Max. "Análise ambiental e cartografia geomorfológica do município de Jacutinga, MG." Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2002.
- GIROLETTI, Domingos A. *Participação dos imigrantes italianos no desenvolvimento de Minas Gerais*. Universidade Federal Santa Catarina (UFSC), 2015.
- GODÓI, Manuel Pimentel de. *Recursos minerais do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Secretaria de Agricultura, 1947.
- IBGE. Censo demográfico, 1930-2010.
- IEPHA-MG. "Estruturas arquitetônicas e urbanísticas do município de Jacutinga-MG", in *Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC/MG)*. Acervo da biblioteca do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), exercícios de 2007 a 2010, 2012 e 2016.
- IGAM. *Plano Diretor da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mojiguaçu e Par-*

- do (Unidade de Gestão G-6), in *Plano Diretor de Recursos Hídricos*. Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos (IGAM), 2010.
- JOSÉ, Oiliam. *Indígenas de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Edições MP, 1965.
- MARQUES, Rita de Cássia et al. *As águas de Minas: criando cidades e curando doenças no Século XIX*. São Paulo: Associação Nacional de História (ANPUH), 2011.
- MARTINS, Marques Lobato. *Paisagens do passado no Sul de Minas: os ambientes rurais regionais e sua transformação pelo avanço da cafeicultura*. Diamantina: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFGJM), 2014.
- OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. *Identidades de fronteira e transgressões de limites SP-MG (1930-1935)*. Assis: UNESP, 2006.
- PAULA, Floriano Peixoto de. *Vilas de Minas Gerais no período colonial*. Belo Horizonte: RPEB, 1965.
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Minas dos Cataguases. Entradas e bandeiras nos sertões do Eldorado*. São João del-Rei: Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), 2004.
- Revista Genealógica Brasileira*, n° 13. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1946.
- ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais (1780-1783)*. Belo Horizonte: Coleção Mineiriana da Fundação João Pinheiro, 1993.
- SAINT-HILAIRE, Auguste François César Provençal. *Viagens pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.
- SILVA, Marcel Pereira da. *De gado a café: as ferrovias no Sul de Minas Gerais (1874-1910)*. São Paulo: Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Hollanda” (CAPH) e FELCH, 2012.
- SILVA, Marcel Pereira da. *Para abastecer e exportar: as estradas de ferro no Sul de Minas (1884-1910)*. São Paulo: USP, 2012.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. *A mitologia bandeirante: construções e sentidos*. Sete Lagoas, MG: Centro Universitário de Sete Lagoas (Unifemm), 2007.
- TAMASO, Izabela Maria. *Patrimônio, agência e memória: a demolição da sede da Sociedade Italiana de Espírito Santo do Pinhal, SP*. Londrina, PR: Antíteses, Universidade Estadual de Londrina (UEL), 1984.
- TAUNAY, Alfredo. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- TOMAZ, Lourenço Kallil. *Estação Sapucaí. A defesa de um lugar histórico que carrega em si uma herança alimentar característica*. Seminário de diplomação de graduação em Arquitetura e Urbanismo, sob orientação de Ana Paula Neto de Faria. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, março de 2017.
- TRIVELATO, Geiser Pereira et al. *Levantamento preliminar de avifauna do município de Jacutinga, MG*. Espírito Santo do Pinhal, SP: Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal (Unipinhal), 2010.
- VALLE, Benedito do. *Jacutinga: a concepção, o nascimento e a evolução*. Mogi Guaçu, SP: Graphical, 2000.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *A história do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.







Prefeitos de Jacutinga

Afonso de Paiva Pinheiro

(1901 – 1904)

Luiz Lisboa

(1905 – 26/10/1931)

Zoroastro Torres

(27/10/1931 – 30/9/1932)

Francisco Cascelli

(10/1932)

Florianio Saretti

(11/1932 – 5/11/1945)

João de Pinho Pessoa

(6/11/1945 – 10/2/1946)

Florianio Saretti

(11/2/1946 – 12/1946)

Edmundo Vieira Júnior

(1/1 – 19/4/1947)

Antônio Gonçalves Vieira

(20/4/1947 – 7/1/1948)

Antônio Machado de Carvalho

(8/1/1948 – 30/1/1951)

Virgílio de Oliveira Prado

(1951 – 1/1955)

Dario Roberto de Lima

(1955 – 1958)

Primo Raffaelli

(1959 – 1962)

Virgílio de Oliveira Prado

(1963 – 1966)

Luís Morais Cardoso

(1967 – 1970)

Oswaldo Freire da Fonseca

(1971 – 1974)

Luís Morais Cardoso

(1975 – 5/1981)

José Guerreiro

(6/1981 – 5/1983)

Dario Roberto de Lima

(6/1983 – 1985)

João Pythagoras de Carvalho

(1986 – 1988)

Luiz Roberto Pieroni

(1989 – 1992)

Noé Francisco Rodrigues

(1993 – 1996)

Luiz Roberto Pieroni

(1997 – 2004)

Darci de Morais Cardoso

(2005 – 2012)

Noé Francisco Rodrigues

(2013 – 2016)

Melquíades Araújo

(2017 – 2020)

Agradecimentos

Antônio Almeida Cascelli
Antonio Ferreira (Toninho Sapucaí)
Ana Esméria Viotti de Castro
Antonio José Bresci
Bruno Schuchter
Carlos César Marques Luz
Carlos Ediego Crivelaro
Dé Bresci
Domingos Giroletti
Eder Barbosa
Eduardo Bortolotto
Estevam Balbino Roberto
Família Sebusiani
Família Viotti
Francisco Prado Rennó
Gabriel Lujan
Genésio Labegalini
Inês Cordeiro
Isabela Cordeiro
Leandro Lopes
Lourenço Kallil Tomaz
Luiz Carlos Viotti
Lula Fonseca
Maria Carolina Freire
Miriam Antônia de Souza Modena
Odair Cunha
Osmar Fonseca
Paulo Pieroni
Rachel Bartholomei
Roosevelt Rodrigues
Ruben Ariza
Ulisses Gomes
Vera Perugini
Virgílio de Oliveira Prado Neto
Selma Duarte
Simone Adami
Soraya Adami

Entidades

Água Serra de Minas
Arquivo Público Mineiro
Assembleia Legislativa de Minas Gerais
Associação do Asilo São Vicente
de Paulo de Jacutinga
Associação do Circuito das Malhas do Sul de Minas
Associação Comercial, Industrial e Agropecuária
de Jacutinga [Acija]
Associação Cultural de Jacutinga
Biblioteca Central da UFMG
Biblioteca da Fundação João Pinheiro
Biblioteca Pública de Jacutinga
Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais
Câmara Municipal de Jacutinga
Casa da Criança
Centro de Estudos Econômicos e Sociais
da Fundação João Pinheiro
Departamento Nacional de Produção Mineral
[DNPM], 3º Distrito
Escola Estadual Júlio Brandão
Gil Sign
Igreja Católica
Igreja Presbiteriana Independente
Incomfio
Instituto Estadual do Patrimônio Histórico
e Artístico de Minas Gerais [IEPHA]
Instituto Moreira Salles
Mobilar
Poder Judiciário Municipal
Prefeitura Municipal
Secretaria de Estado de Governo
de Minas Gerais
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Governo
Tudisco Design

Panoramas

Vista panorâmica
de Jacutinga, 2018.
(pág. 196)

Foto Nívea Dias

Vista do bairro
Jardim Déa com
o Pico da Forquilha
ao fundo, 2017.

Foto Hilton Viotti

Apoio



Família Sebusiani



Este livro foi composto
em Spectral e Px Grotesk
e impresso pela Gráfica Mundo
em papel couché fosco 150g/m²
outubro de 2018
www.graficamundo.com.br

